

MESTRADO EM RISCOS, CIDADES E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS URBANAS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Área Metropolitana do Porto:
Uma perspectiva das políticas estratégicas
socioambientais urbanas

Amanda Barbosa da Silveira

M

2021



Amanda Barbosa da Silveira

Área Metropolitana do Porto: Uma perspectiva das políticas estratégicas socioambientais urbanas

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território, orientada pela Professora Doutora Teresa Sá Marques

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2021

Amanda Barbosa da Silveira

Área Metropolitana do Porto: Uma perspectiva das políticas estratégicas socioambientais urbanas

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território, orientada pela Professora Doutora Teresa Sá Marques

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

Sumário

Declaração de honra.....	8
Agradecimentos	9
Resumo	10
Abstract.....	11
Índice de Figuras.....	13
Índice de Quadros	14
Notas Introdutórias	15
PARTE I: Fundamentos investigativos	20
1. Desafios conceituais: natureza e meio ambiente	21
2. Olhares teóricos: a relação sociedade urbana e natureza	29
2.1. As perspectivas da urbanização da sociedade e da natureza	30
2.2. A questão da «produção da natureza»	35
2.3. Tópicos da teoria socioecológica do metabolismo urbano	37
3. Desafios práticos: transformações socioecológicas e governança.....	41
3.1. Urbano como realidade global	42
3.2. Globalização, governança e reescalamento territorial	45
3.3. Crise ecológica e mudança de narrativas político ambientais	47
PARTE II: Quadro metodológico.....	56
1. Perspectivas metodológicas.....	58
2. Desenho da investigação e apresentação dos dados	63
2.1. Preparação de dados.....	63
2.2. Exploração de dados	66
2.3. Especificação e redução de dados.....	73
2.4. Interpretação	78
PARTE III: Discussão de resultados.....	79
1. Abordagens dos objetivos estratégicos	82
1.1. Modelo do discurso valorização/qualificação	85
1.2. Modelo do discurso conservação/preservação.....	88
1.3. Modelo do discurso infraestruturação/modernização	89
2. Avaliação das categorias analíticas	92
2.1. Lentes analíticas	93

2.2. Domínios analíticos	97
2.1. Parâmetros analíticos.....	101
3. Narrativas da escala intraurbana	117
3.1. Campo conceitual.....	117
3.2. Esfera de instrumentos do ordenamento do território	121
3.3. Âmbito de articulações territoriais.....	123
3.4. Contexto de dinâmicas, experiências e visões	125
3.5. Exposição de análise qualitativa e contribuições	125
Notas Finais.....	130
Referências.....	135
Bibliográficas.....	135
Leis, Regulamentos e Relatórios	139

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

[Porto, 30 de setembro de 2021]

[Amanda Barbosa da Silveira]

Agradecimentos

A realização e concretização deste trabalho não seria possível sem o privilégio da rede de apoio que me cerca. O desenvolvimento de uma investigação é complexo, repleto de idas e vindas que trazem uma infinidade de inseguranças. Este trabalho se desenvolveu durante a mais séria pandemia da história humana recente e, nesse sentido, gostaria de agradecer sobretudo à todas as pessoas que tiveram a trabalhar para minimizar os impactos dessa situação.

Agradeço em primeiro lugar à Professora Doutora Teresa Sá Marques que acreditou no trabalho, o incentivou do começo ao fim, confiou no percurso e se fez disponível em toda a trajetória contribuindo para o melhor desenvolvimento da pesquisa com muita generosidade, abrindo sobretudo conexões com pessoas que vieram a colaborar imensamente com a investigação.

Também agradeço ao Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território e à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que me proporcionaram conhecimento adicional ao meu percurso de arquiteta e urbanista interessada em adquirir conhecimentos transdisciplinares. Docentes e discentes que contribuíram com o percurso do MRCOT, meus mais sinceros agradecimentos.

Agradeço ao meu companheiro, Lucas, que me deu apoio e suporte incondicional, trazendo sempre alegria, leveza e incentivo para continuar. Também agradeço à Heloísa e Josias que, sem seu apoio não teria tido a oportunidade de desfrutar de uma experiência como essa. À minha mãe, minha irmã, meu pai e meu irmão, que me apoiaram e me proporcionaram condições para seguir caminhos escolhidos por mim.

Por último e não menos importante, agradeço as contribuições diversas as quais não seria justo descrever nominalmente, pois são inúmeras que fizeram parte tanto do cotidiano quanto da vivência mais prolongada. Meus agradecimentos à todas as pessoas que contribuíram com o processo de desenvolver uma investigação e dissertar sobre ela. A experiência de imigrante brasileira em Portugal me proporcionou momentos e pessoas inesquecíveis que levarei comigo onde quer que eu vá.

Resumo

Esta dissertação teve como objetivo principal investigar como as políticas estratégicas municipais estão a fomentar dinâmicas de transformação das relações entre sociedade urbana e natureza nos contextos urbanos. A conjuntura de mudanças expressas da questão ambiental veio a dinamizar reflexão acerca do comportamento da urbanização extensiva e seus impactos, sobretudo no âmbito dos arranjos do ordenamento do território, composto pelo planeamento e da governança. A partir de reflexões teóricas acerca dos significados da natureza e das transformações derivadas da trajetória urbana, foram exploradas narrativas conceituais e políticas da questão ambiental urbana, sobretudo em contextos mais recentes. Dessa forma, foi utilizada a estratégia de estudo de casos múltiplos, aplicada especificamente nos concelhos da Área Metropolitana do Porto, a partir de multimétodos predominantemente qualitativos de análise de conteúdos e de categorias dos documentos estratégicos de ordenamentos do território. Com isso, foram desenvolvidos métodos de avaliação do discurso de objetivos estratégicos metropolitanos e municipais de maneira a identificar mudanças entre a geração em vigor e a revisão a decorrer, nos casos em que se aplica, a partir da perspectiva da tríade de componentes sociais, ecológicas e da governança. Como resultado, foram identificados perfis de abordagem e de visões baseadas nas práticas passadas, com uma perspectiva do que é desejável e recomendável para o futuro e de identificação de dificuldades na operacionalização de ambientes mais favoráveis para mudanças institucionais e conceituais acerca do comportamento urbano face à questão ambiental. Nesse sentido, as metodologias de análise comparativa qualitativa dos discursos estratégicos desenvolvidas possibilitam aplicações em outros contextos territoriais, de modo a aperfeiçoar ferramentas de avaliação do discurso estratégico para ampliar reflexões acerca da transformação de narrativas político socioambientais.

Palavras-chave: [transformações socioecológicas; Área Metropolitana do Porto; planeamento estratégico; governança; discurso político]

Abstract

This master thesis had as its main objective to investigate how municipal strategic policies are fostering dynamics of transformation of the relationships between urban society and nature in urban contexts. The juncture of changes expressed in the environmental issue has stimulated reflection on the behavior of extensive urbanization and its impacts, especially in the context of spatial planning arrangements, consisting of planning and governance. Based on theoretical reflections on the meanings of nature and the transformations derived from the urban trajectory, conceptual and political narratives of the urban environmental issue were explored, especially in more recent contexts. Thus, the multiple case study strategy was used, specifically applied in the municipalities of the Metropolitan Area of Porto, based on predominantly qualitative multimethods of content and category analysis of strategic documents for spatial planning. Thus, methods for evaluating the discourse of metropolitan and municipal strategic objectives were developed in order to identify changes between the current generation and the ongoing revision, where applicable, from the perspective of the triad of social, ecological components and governance. As a result, profiles of approach and visions based on past practices were identified, with a perspective of what is desirable and recommendable for the future and identification of difficulties in the operationalization of more favorable environments for institutional and conceptual changes about urban behavior regarding the environmental issue. In this sense, the qualitative comparative analysis methodologies of strategic discourses developed allow applications in other territorial contexts, in order to improve strategic discourse assessment tools to broaden reflections on the transformation of socio-environmental political narratives.

Key-words: [socio-ecological transformations; Metropolitan Area of Porto; strategic planning; governance; political discourse]

Ainda que tenham sido feitos ajustes de linguagem para facilitar a comunicação, esta dissertação foi escrita em português do Brasil, com exceção das citações diretas e das transcrições de entrevistas, que foram reproduzidas conforme as fontes originais em português de Portugal.

Índice de Figuras

FIGURA 1. GRÁFICO DO CONCEITO DE NATUREZA NO TEMPO.....	22
FIGURA 2. DIAGRAMA DA TRANSFORMAÇÃO DA ESCALA NO CONCEITO DE NATUREZA MAIS CONTEMPORÂNEO	23
FIGURA 3. A PRODUÇÃO DA SOCIONATUREZA.....	34
FIGURA 4. CRONOLOGIA DA TRANSFORMAÇÃO POLÍTICA ECONÔMICA DA QUESTÃO AMBIENTAL.....	53
FIGURA 5. DIAGRAMA ROSETA DE ANÁLISE DE CONTEÚDOS.....	71
FIGURA 6. DIAGRAMAS ROSETA DOS CONCELHOS DA AMP.....	73
FIGURA 7. FICHAS GUIA DO PRIMEIRO EXERCÍCIO DE ELABORAÇÃO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTAS.....	75
FIGURA 8. FICHA PROPOSTA DE EXERCÍCIO DE CONTRIBUIÇÃO COM A INVESTIGAÇÃO.....	77
FIGURA 9. TEMPORALIDADE DOS PDMs E DAS REFERÊNCIAS PARA REVISÃO.....	93
FIGURA 10. DIAGRAMAS ROSETA DOS CONCELHOS.....	94
FIGURA 11. CARTOGRAFIA DOS PERFIS DE ABORDAGENS DAS LENTES ANALÍTICAS.....	97
FIGURA 12. CARTOGRAFIA DOS PERFIS DE ABORDAGENS DOS DOMÍNIOS.....	100
FIGURA 13. CARTOGRAFIA DOS PARÂMETROS SOCIAIS.....	105
FIGURA 14. CARTOGRAFIA DOS PARÂMETROS ECOLÓGICOS.....	107
FIGURA 15. CARTOGRAFIA DOS PARÂMETROS DA GOVERNANÇA.....	109
FIGURA 16. GRÁFICOS ROSETA: PORTO, VALE DE CAMBRA E VILA NOVA DE GAIA.....	111
FIGURA 17. GRÁFICOS ROSETA: AROUCA, SANTO TIRSO E SÃO JOÃO DA MADEIRA.....	112
FIGURA 18. GRÁFICOS ROSETA: OLIVEIRA DE AZEMÉIS, TROFA E MAIA.....	113
FIGURA 19. GRÁFICOS ROSETA: PAREDES, PÓVOA DO VARZIM E VALONGO.....	114
FIGURA 20. GRÁFICOS ROSETA: SANTA MARIA DA FEIRA, GONDOMAR E ESPINHO.....	115
FIGURA 21. GRÁFICOS ROSETA: VILA DO CONDE, MATOSINHOS E AMP2020.....	116
FIGURA 22. EXERCÍCIO DE CONTRIBUIÇÕES DE SANTO TIRSO ACERCA DOS GRÁFICOS ROSETA.....	129

Índice de Quadros

QUADRO 1. O CONCEITO DE NATUREZA EM WILLIAMS E EM SMITH.....	26
QUADRO 2. TEMAS DO METABOLISMO URBANO	39
QUADRO 3. ESTRUTURA GERAL DA PESQUISA	60
QUADRO 4. SISTEMATIZAÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	65
QUADRO 5. SISTEMATIZAÇÃO DOS TERMOS DE REFERÊNCIA PARA A REVISÃO DO PDM.....	65
QUADRO 7. ANÁLISE DOS TERMOS DE REFERÊNCIA PARA A REVISÃO DO PDM.....	67
QUADRO 6. ANÁLISE DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	67
QUADRO 8. ABORDAGENS TEXTUAIS DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	68
QUADRO 9. ABORDAGENS TEXTUAIS DOS TERMOS DE REFERÊNCIA PARA REVISÃO DO PDM	68
QUADRO 10. MODELO DE CATEGORIAS ANALÍTICAS	69
QUADRO 11. ANÁLISE DE CONTEÚDOS DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	70
QUADRO 12. ANÁLISE DE CONTEÚDOS DOS TERMOS DE REFERÊNCIA PARA A REVISÃO DO PDM	70
QUADRO 13. AMOSTRAGEM DE CONCELHOS PARA ESTUDO DE CASOS MÚLTIPLOS	75
QUADRO 14. GUIA DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	76
QUADRO 15. ABORDAGENS TEXTUAIS DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	84
QUADRO 16. EXPRESSIVIDADE DE REFERÊNCIAS DAS LENTES ANALÍTICAS	95
QUADRO 17. QUANTITATIVOS DE OCORRÊNCIAS DAS ABORDAGENS DAS LENTES ANALÍTICAS	95
QUADRO 19. QUANTITATIVOS DE OCORRÊNCIAS DAS ABORDAGENS DOS DOMÍNIOS ANALÍTICOS	98
QUADRO 18. EXPRESSIVIDADE DE REFERÊNCIAS DOS DOMÍNIOS ANALÍTICOS	98
QUADRO 20. EXPRESSIVIDADE DE REFERÊNCIAS DOS PARÂMETROS ANALÍTICOS.....	102
QUADRO 21. QUANTITATIVOS DE OCORRÊNCIAS DAS ABORDAGENS DOS PARÂMETROS ANALÍTICOS	103
QUADRO 22. CONTRIBUIÇÕES DAS ENTREVISTAS ACERCA DE QUESTÕES CONCEITUAIS DA APRENDIZAGEM.....	119
QUADRO 23. CONTRIBUIÇÕES DAS ENTREVISTAS ACERCA DE QUESTÕES CONCEITUAIS DE VISÕES ATUAIS.....	120
QUADRO 24. CONTRIBUIÇÕES DAS ENTREVISTAS ACERCA DE QUESTÕES DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO .	122
QUADRO 25. CONTRIBUIÇÕES DAS ENTREVISTAS ACERCA DE QUESTÕES DE INTEGRAÇÕES INTERMUNICIPAIS..	124
QUADRO 26. CONTRIBUIÇÕES DAS ENTREVISTAS ACERCA DE QUESTÕES DE DINÂMICAS EM CURSO.....	126
QUADRO 27. CONTRIBUIÇÕES DAS ENTREVISTAS ACERCA DOS GRÁFICOS ROSETA.....	128

Notas Introdutórias

A presente dissertação, elaborada sob a especialização de Políticas Urbanas e Ordenamento do Território no âmbito do Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território se enquadrou em reflexões acerca da trajetória recente do discurso político dos objetivos estratégicos do instrumento do ordenamento do território concelhio sob a ótica das narrativas socioecológicas, tendo em conta a análise de dinâmicas. Nesse aspecto, foi pretendido equilibrar as componentes teórica, metodológica e empírica de forma a compor um exercício de desenvolvimento de competências nas três matérias.

O ponto de partida do projeto de investigação tem como fundamento reflexões acerca das relações entre a tríade cidade, sociedade e natureza. Nesse sentido, as trocas entre esses três eixos tem rebatimentos diretos no ordenamento do território que, conforme os desafios desempenhados pelas transformações tanto das três componentes quanto das relações entre elas, assume visões e caminhos estratégicos diferentes. Diante dessa dinâmica, importa refletir acerca dos discursos políticos desse instrumento, que é fundamental para ações territoriais concretas ao nível mais local, com base nas problemáticas histórico geográficas da urbanização e da crise ecológica.

A relevância do tema em discussão se relaciona com um contexto de revisão do comportamento do modelo de produção do espaço implicado em destruição da natureza, bem como dos arranjos político-institucionais para tratar dos efeitos desse padrão. Essa reflexão comportamental – e até moral – envolve uma reavaliação do campo das ideias no âmbito das perspectivas da sociedade e dos arranjos da governança acerca do território em que estamos a construir para vivermos. Nesse sentido, muitas transformações e dinâmicas estão imbricadas nos processos do projeto de sociedade.

O contexto da passagem do modelo industrial para o urbano não só desempenhou um dos maiores processos de mudança ambiental da história, como ainda tem vindo a revelar transformações profundas que complexificam drasticamente as problemáticas socioecológicas da conjuntura contemporânea. Nesse sentido, a lógica do modelo

capitalista de produção do espaço alterou as relações estabelecidas entre a sociedade e a natureza em uma perspectiva de separação total. Com isso, a questão urbana implica em grandes desafios para o planejamento e para a governança, sobretudo porque essa problemática está totalmente conectada à questão ambiental.

Uma parte da complexidade da questão ambiental refere-se ao âmbito conceitual do meio ambiente e da natureza que tem significados relacionados com experiências, imaginários e pensamentos individuais. Logo, com as mudanças sociais no percurso da história, o conceito de natureza socialmente criado também se transforma, estando, portanto, em constante disputa e contestação. Ora, se o significado faz parte da narrativa em que o conceito é inserido, este é o lugar onde cruzam-se as matérias do ambiente, da cultura e do discurso, contexto esse em que automaticamente são articulados à essência do projeto ambiental os tópicos político e econômico.

Nesse sentido, a urbanização como um fenômeno de produção material do espaço, se manifesta como um processo socioecológico perpétuo complexo de conquista ecológica que reúne redes políticas, sociais, culturais e econômicas completamente contraditórias e intrincadas. Também pode ser categorizada como um processo histórico e geográfico de urbanização da natureza fundamentada na generalização do consumo. Dessa forma, outros ambientes são produzidos e, como consequência, maiores são as destruições ambientais e agravadas são as desigualdades e as disputas socioecológicas.

O fenômeno da urbanização tem se tornado cada vez mais extensivo e, com isso, tem vindo a contribuir com a expansão da pegada socioecológica da escala local para a regional e consequentemente para a global. Como efeito, as dinâmicas da aceleração de circulação de pessoas, de mercadorias e capitais desenvolvem, dessa forma, processos de desterritorialização – manifestados pela globalização – desses elementos. Nesse sentido, as escalas são modificadas de maneira em que os limites são tencionados à diluição para fazer a manutenção do modelo urbano global. Com isso, mosaicos político-institucionais são pressionados para articular ações de resposta às problemáticas potencializadas pelo modelo capitalista.

Diante da crise ambiental gestada pela somatória da industrialização e urbanização extensivas, a constatação da situação passou a ser amplificada de meados do século XX pelo movimento ambientalista e academicista. As pautas da urbanização e dos efeitos da industrialização massiva fez parte de grandes estudos acadêmicos, sobretudo a partir da década de 1960. Nesse sentido, a discussão da pressão do modo de vida urbano e industrial atingiu escalas planetárias na agenda da política internacional, sobretudo com o estudo do Clube de Roma acerca dos limites do crescimento em 1972. Com isso, a relação entre globalização, questão ambiental e governança tem se estreitado.

Como consequência, a combinação das componentes social e natural na produção material do espaço tem ganhado cada vez mais aderência no desenho de políticas públicas urbanas e no discurso estratégico do planejamento territorial. A agenda socioambiental aponta urgências de transformação do pensamento acerca das interfaces da sociedade com o ambiente socialmente construído e suas relações com outras manifestações de vida para além da humana. Em virtude dessa situação, as narrativas da questão ambiental no âmbito da governança urbana tem vindo a manifestar mudanças de trajetória em busca da mitigação dos efeitos do modelo de urbanização extensiva.

Nesse sentido, Portugal como Estado-membro tem sua política orientada pela agenda europeia, que tem vindo a desempenhar estratégias e quadros legislativos enquadrados em pacotes de financiamento. Dessa forma, o caso português apresentou reorientação da política do ambiente desde a sua adesão na comunidade europeia em 1986. Tendo essas questões como pano de fundo, a estratégia e os métodos de pesquisa foram delineados para iluminar tendências de transformação de narrativas político ambientais urbanas de um passado recente para a atualidade.

A partir da estratégia de estudo de casos múltiplos, o objeto escolhido para desenvolver a análise compreende o instrumento do ordenamento do território dos Planos Diretores Municipais dos concelhos da Área Metropolitana do Porto bem como a estratégia metropolitana da AMP, designadamente o eixo dos objetivos estratégicos. Foi escolhido abordar as duas escalas pois são de grande importância e relevância para

o mosaico do ordenamento do território. A partir de uma abordagem predominantemente qualitativa, exploratória e multimétodos, a pesquisa estabeleceu a lógica de olhar comparativamente para o passado recente e para a atualidade. A investigação procurou responder à questão: «De que forma o discurso estratégico dos PDMs dos concelhos da AMP estão a fomentar mudanças socioecológicas?». Teve como principais objetivos norteadores a serem alcançados através de metodologias de revisão da literatura e de análise documental:

- Explorar teorias socioecológicas e discussões acerca das relações entre sociedade, natureza e urbanização através de reconstrução histórica;
- Perceber a linguagem estratégica do planeamento territorial para dinamizar iniciativas ao nível local;
- Desenvolver um ensaio metodológico de análise de documentos estratégicos de instrumentos do ordenamento do território.

E teve como objetivos específicos a serem atingidos por metodologias de análise de conteúdos, análise categorial e entrevistas semiestruturadas:

- Verificar a transformação de abordagens dos objetivos estratégicos dos PDMs acerca da relação da sociedade e natureza;
- Explorar tendências e visões estratégicas do planeamento territorial no âmbito socioecológico;
- Identificar relações intermunicipais pela transformação socioecológica na AMP.

Vale dizer que a pesquisa teve como ponto de partida questões amplas e ambiciosas, e longe de pretender esgotar assuntos, ao contrário, foi tencionado levantar problemáticas de maneira a construir um quadro introdutório teórico. Tendo esse enquadramento, a estrutura da dissertação segue um modelo tradicional de organização, designadamente a partir de 3 seções, uma primeira teórica onde são discutidos conceitos e teorias, a segunda metodológica em que são apresentados ângulos, materiais e o modelo de investigação e a terceira empírica que reúne a apresentação e discussão dos resultados.

Relativamente à primeira parte desta dissertação, intitulada Fundamentos investigativos, a estrutura está organizada em 3 capítulos que seguem uma lógica de refletir acerca de desafios e problemáticas da questão ambiental. Nesse sentido, foram abordados os conceitos de natureza e meio ambiente para encadear perspectivas teóricas acerca da relação da sociedade urbana com a natureza. Em seguida, foram discutidas reflexões que envolvem o modelo capitalista de produção do espaço, designadamente através dos fenômenos da urbanização, globalização e crise ecológica, tendo como pano de fundo narrativas políticas inseridas nesses contextos.

A segunda parte reúne a componente metodológica, que se baseou em processos dedutivos e interpretativos, compondo um exercício fundamental no desenvolvimento dessa pesquisa. Organizada em dois capítulos, apresenta primeiramente os métodos, as ferramentas e os materiais que compõem o quadro empírico da investigação, com base em revisão da literatura acerca de metodologias, bem como a exposição de algumas perspectivas que balizaram o percurso metodológico. Em seguida, a apresentação do desenho da investigação em pormenor com representação de todas as etapas desempenhadas para produção de dados e resultados.

A terceira componente desenvolve os resultados obtidos no percurso da investigação. Foi estruturada de acordo com as fases metodológicas desempenhadas para refletir acerca do discurso estratégico político do ordenamento do território. Nesse sentido, seguiu uma lógica de apresentar primeiro resultados mais gerais através da discussão de modelos e perfis de discurso, da avaliação do desempenho das categorias analíticas elaboradas no processo metodológico para em seguida afunilar até as narrativas intraurbanas.

No âmbito das considerações finais, foram discutidos as experiências e os aprendizados adquiridos com os processos da investigação, sobretudo com a tentativa de alinhar os três componentes da pesquisa, designadamente teoria, metodologia e prática. Também foram levantadas aspirações para a continuidade do projeto e para o aperfeiçoamento das ferramentas analíticas desenvolvidas. A ideia desde o princípio foi construir bases para continuar o trabalho no futuro, sem a perspectiva de encerrar o processo no âmbito da dissertação de mestrado.

PARTE I: Fundamentos investigativos

O quadro teórico compõe parte fundamental para a trajetória da investigação em virtude da complexidade do estudo das relações entre a sociedade, a natureza e a cidade. Para refletir acerca desses três grandes eixos, alguns recortes foram importantes para o desenvolvimento de pontos de conexão entre as temáticas. Importa à pesquisa explorar a transformação das relações no tempo, através de uma breve reconstrução histórica fundamentada em revisão da literatura. Assim, este capítulo reúne o objeto teórico a partir de três partes, de maneira a apontar algumas perspectivas que possibilitam pontes entre desafios conceituais e práticos associados à tríade natureza, sociedade e cidade.

A primeira seção deste capítulo engloba uma discussão mais conceitual acerca da linguagem do termo «natureza», com o objetivo de perceber melhor como o conceito está presente nos ideários social e político. A interpretação da linguagem nesse caso pode contribuir com reflexões mais concretas acerca do comportamento da sociedade urbana face ao que se entende por natureza. Com base na observação da transformação do entendimento do termo, a discussão permitiu uma visão mais atenta e crítica ao tópico seguinte.

A segunda parte foca em teorias socioecológicas e discorre sobre algumas ideias, com o intuito de reunir pensamentos que buscam superar a lógica da dualidade sociedade e natureza na cidade. Assim, foram reunidos e discutidos os conceitos de urbanização da sociedade, de urbanização da natureza, de produção da natureza e do metabolismo urbano. Os conteúdos referidos nessa seção focam nas questões urbanas e industriais fornecendo, portanto, bases para a discussão da última parte.

A terceira é dedicada à pensar nos rebatimentos dos processos da urbanização, seus feitos e efeitos no território e na governança. Para isso, aborda questões sobre globalização e crise ecológica, que espelham rearranjos na política ambiental, na governança urbana e no planejamento territorial. As questões levantadas formaram um quadro teórico conceitual ambicioso que pretendeu reunir elementos e conexões para balizar as reflexões acerca da componente empírica. No fundo, a ideia foi

construir um ensaio teórico circunscrito que buscou correlacionar as transformações da relação da sociedade com a natureza na cidade e como a governança e o planejamento se rearranjaram nesse cenário.

1. Desafios conceituais: natureza e meio ambiente

O conceito de natureza é, talvez, um dos mais complexos de compreender e delimitar, pois se relaciona com o pensamento e com o campo das ideias, que estão sujeitos à variações orientadas pelo tempo e às visões individuais. Assim, com a transformação da sociedade no percurso histórico, o entendimento da natureza se modifica e se molda à organização social. Não obstante, o conceito de meio ambiente se insere nessa problemática e, com isso, é submetido também à discussão de seu significado. Com a diversidade de entendimentos, os conceitos são colocados em campos de disputas simbólicas e materiais.

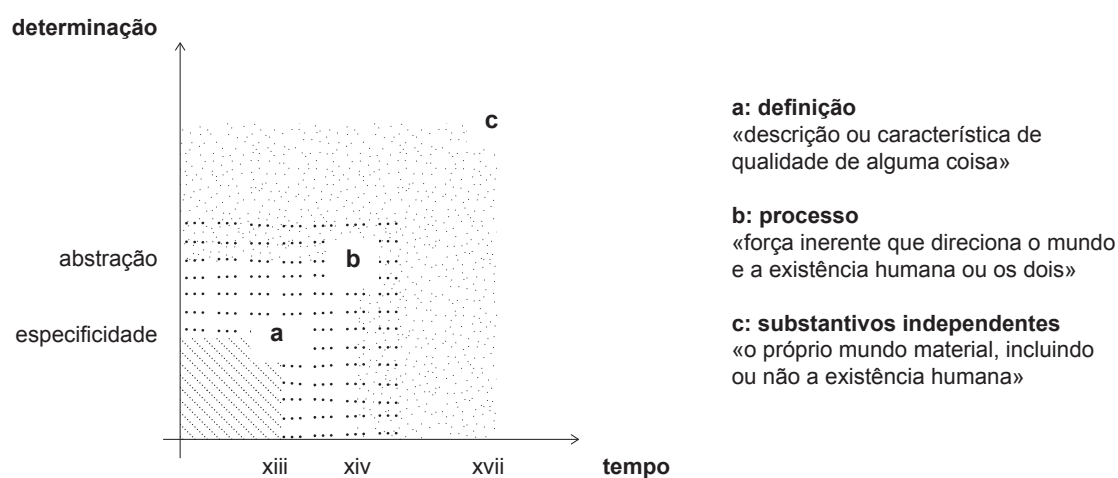
Áreas do conhecimento como a filosofia, a sociologia, a economia política, a biologia, entre outras para além das ciências sociais, econômicas e políticas, tem vasta pesquisa e discussão acerca desse assunto, que parece ser inesgotável pela sua complexidade e expressão. É sabido que há uma série de obras inseridas nesse debate, contudo, foi reunido nesse trabalho um recorte restrito, que pretende cumprir uma função introdutória da temática. Ou seja, não se pretende esgotá-la, mas sim enfatizar a presença, o histórico e, sobretudo, a importância da discussão no desenvolvimento de diversos campos do conhecimento, nomeadamente, no que toca as relações da sociedade com a natureza no tempo.

Este subcapítulo intenta refletir sobre a elasticidade dos conceitos da natureza e do meio ambiente no âmbito sociopolítico, em vias de dar espessura à questão ainda que de maneira geral e breve, dada a complexidade do tema e da extensão do repertório acerca do assunto. Para isso, as obras de Williams (2015 [1976]), de Smith (1988, 2008 [1984]) e de Harvey (1993, 2018 [1996]) parecem fornecer bases suficientes para resgatar a discussão conceitual e elucidar as complexidades de determinação dos significados, das linguagens e das aplicações dos conceitos neste ensaio.

Para encadear a discussão, será abordado a seguir o significado de natureza a partir da perspectiva de Williams (2015), que articula sociedade e cultura em diversas palavras da linguagem inglesa. O conceito de natureza está inserido na história do pensamento e da linguagem humana, que se desenvolve há um longo período e, por isso, envolve diversos processos de significação. Assim, a definição da palavra se transformou no tempo e expressou uma transição de escala, sobretudo com o desenvolvimento científico. Nesse sentido, através do materialismo histórico, Williams (2015) construiu o percurso histórico conceitual e o dividiu em três campos de significação: definição ou especificidade de algo, processos relacionados a um agente que rege o planeta e os seres e substantivos independentes, que se referem ao mundo material em sua totalidade (Williams, 2015, pp. 164–169).

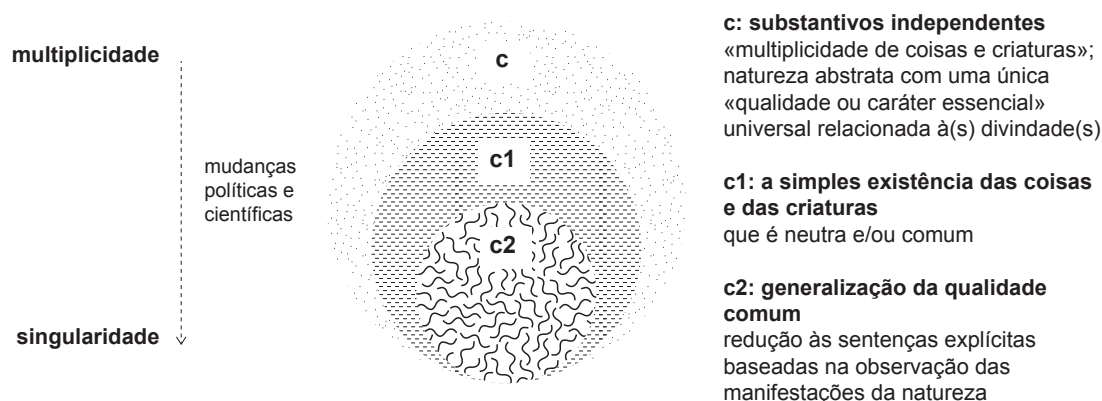
As definições empregadas são pelo autor localizadas no tempo, nos âmbitos da utilização mais específica ou mais abstrata do termo a partir do grau de determinação do significado em relação ao tempo, conforme representado na Figura 1. Conforme o sentido da natureza tenciona para um conjunto de substantivos independentes (c), a dimensão da determinação apresenta duas escalas de abrangência, como ilustrado na Figura 2, que demonstra as características de uma multiplicidade ou de uma singularidade a partir de mudanças políticas e científicas.

Figura 1. Gráfico do conceito de natureza no tempo



Fonte: elaborado pela autora com base em Williams (2015, pp. 164–165).

Figura 2. Diagrama da transformação da escala no conceito de natureza mais contemporâneo



Fonte: elaborado pela autora com base em Williams (2015, pp. 166–168).

Ao passo que a palavra ganhou abstração, ela também, em contrapartida, reduziu sua dimensão de uma multiplicidade de coisas e criaturas (c1) para uma singularidade generalizada de qualidade comum (c2). Enquanto o caráter de definição se consolida no século XIII, os de processo e de substantivos independentes coexistem a partir do século XIV. Isso significa que os sentidos não são estáticos no tempo e que podem acontecer em simultâneo. A condição abstrata da linguagem implica em percepções e comunicações carregadas de contradições e complexidades espelhadas em como, quando e por quem a palavra é entendida, caracterizada e utilizada.

Sobre o caráter abstrato da natureza, quando o conceito adquire a conotação de substantivos independentes e se insere na visão do mundo material, apresenta mudanças delineadas pela sociedade que personifica a natureza como divina, poderosa e representada com «n» maiúsculo. No entanto, esse ideário adquire contradição quando a natureza é entendida como uma condição primitiva e frágil, face à sociedade que a submete à processos de destruição contínua. A categoria de mundo material, à luz da observação e da representação dramática das leis da natureza, orientou o conhecimento científico e racional da natureza (Williams, 2015, p. 167). Esse processo desencadeou questionamentos da sociedade relativos ao seu comportamento no sentido de refletir também acerca da natureza humana produzida. Nesse aspecto, Williams (2015) destaca que:

«Mas a ênfase nas leis do conhecimento – levou a uma identificação comum da Natureza com a Razão: o objeto da observação com o modo de observação. Isso forneceu uma base para uma variação significativa, na qual a Natureza foi contrastada com o que foi realizado pelo ser humano ou o que o ser humano fez consigo mesmo. Um «estado da natureza» pode ser contrastado – às vezes de maneira pessimista mas mais frequentemente otimista e até programática – com um estado existente da sociedade. O «estado da natureza», e a nova ideia personificada de Natureza, desempenharam então papéis críticos em argumentos sobre, primeiro, uma sociedade obsoleta ou corrupta, que necessita redenção e renovação e, segundo, uma sociedade «artificial» ou «mecânica», que o aprendizado com a natureza pode curar» (Williams, 2015, p. 168).¹

Além das implicações científicas, o campo político também se faz presente na modelagem do conceito com a passagem da organização monárquica absolutista para constitucional, que se orientou para maiores percepções, interpretações e, sobretudo, classificação das leis naturais. A acumulação do conhecimento do mundo material, composto por organismos e ambientes submetidos às relações e aos processos envolvidos pela natureza, serviu e serve de base para a construção social desse termo, ainda que aconteçam sobreposições no entendimento (Williams, 2015, p. 168).

Uma outra característica interessante e talvez a mais relacionada com a área do conhecimento que este trabalho se insere é o domínio espacial, que passou a influenciar a ideia de natureza e sua estética com o fenômeno da urbanização. A partir do século XVIII a natureza era remetida ao «campo» e aos espaços originários sem ou com baixa intervenção humana, habitados por vidas tanto humanas quanto não

¹ Traduzido do original: «But the emphasis on discoverable laws – led to a common identification of Nature with Reason: the object of observation with the mode of observation. This provided a basis for a significant variation, in which Nature was contrasted with what had been made of man, or what man had made of himself. A «state of nature» could be contrasted – sometimes pessimistically but more often optimistically and even programmatically – with an existing state of society. The «state of nature», and the newly personified idea of Nature, then played critical roles in arguments about, first, an obsolete or corrupt society, needing redemption and renewal, and, second, an «artificial» or «mechanical» society, which learning from Nature must cure».

humanas. Todavia, a natureza como parâmetro para diferenciar cidade e campo não pode mais ser suficiente para essa distinção, pois uma parte da natureza produzida pelo ser humano – como por exemplo jardins, parques, lagos e espaços verdes – é considerada «natural» (Williams, 2015, pp. 168–169).

É interessante perceber como o termo ganhou elasticidade no tempo e, com isso, se inseriu em debates multidisciplinares. Smith (1988) também aponta a complexidade do termo, sua transformação na história e sua concepção contraditória. Em acordo com o que Williams (2015) levantou sobre o entendimento da natureza no século XVIII, no que se refere à sua concepção ser o oposto do ser humano, Smith (1988) ao discutir a ideologia da natureza afirma que a transformação do conceito foi conduzida especialmente pelo capitalismo industrial.

Smith (1988), assim como Williams (2015), discute algumas categorias da natureza, entretanto, as apresenta a partir de um critério de contraposição. Em um primeiro momento, levanta as classes «exterior» – que se assemelha ao mundo material colocado por Williams (2015) – mas em uma perspectiva dos processos que são exteriores à sociedade, e «universal» – onde seres humanos e não humanos se inserem. Em seguida explora o conceito a partir das experiências científicas e poéticas a partir de visões filosóficas, que orientaram o pensamento dicotômico de naturezas «interior» – do ser humano – e «exterior» – ao ser humano (Smith, 1988, pp. 27–28).

As categorias exterior e universal, colocadas por Smith (1988), se inserem na discussão das experiências científica e poética para situar o conceito de natureza e também para fundamentar argumentos da «ideologia da natureza» e da concepção burguesa de natureza. No campo científico, a exterioridade representa uma tradição mais antiga da concepção de natureza, que enquadra a natureza como objeto nos processos produtivos com uma forte inclinação à perspectiva religiosa, enquanto a universalidade se aproxima mais à ciência moderna, que considera a natureza universal e se baseia em uma unidade secular. No âmbito poético, a natureza foi representada mais na exterioridade como um mundo a ser alcançado, mas também como oposição à civilização, em uma perspectiva de contestação da posição de objeto produtivo em que foi socialmente enquadrada (Smith, 1988, pp. 28–29). As visões e os

significados colocados tanto por Williams (2015) quanto por Smith (1988) foram reproduzidas lado a lado no Quadro 1, de maneira a ilustrar comparativamente os significados e as categorias atribuídas nas obras em análise.

O mesmo desenvolvimento científico que sofisticou as ferramentas de domesticação da natureza fomentou uma «nostalgia ecológica», que passou a defender o retorno à natureza especialmente na vivência de classes economicamente dominantes, quando essas usufruíam convenientemente dos benefícios rurais e urbanos. Smith considera que a exterioridade e a universalidade ao passo que estão intrincadas, estabelecem contradições entre si (Smith, 1988, p. 35). Essa relação conflitante pode estar relacionada com a condição própria do conceito de natureza como um produto social e também como uma ferramenta sociopolítica da organização da sociedade.

Quadro 1. O conceito de natureza em Williams e em Smith

WILLIAMS	SMITH
significados	
inocente; desprovida; segura; insegura; fecunda; destrutiva; força pura, contaminada e amaldiçoada; campo e lugares intocados; plantas e criaturas não humanas; condição primitiva pré sociedade; a Deusa, o ministro, o monarca, o advogado ou a fonte da inocência original; objeto de observação com o modo de observação; forma simples e persistente da Deusa, a própria Natureza.	material e espiritual; dada e feita; pura e imaculada; ordem e desordem; sublime e secular; dominada e vitoriosa; totalidade e série de partes; mulher e objeto; organismo e máquina; acidental e planejada; selvagem e jardim; dom de Deus e produto de sua própria evolução; história universal à parte e produto da sua história.
categorias	
definição; processo; substantivos independentes.	exterior e universal; científica e poética.

Fonte: elaborado pela autora com base em Williams (2015, pp. 164–167) e em Smith (1988, pp. 28–29).

Em suma, a «ideologia da natureza», apresentada por Smith, se estrutura no argumento da dominação da natureza que, por sua vez, se ampara nas ideias de hostilidade da natureza e da «moralidade espiritual da natureza universal», que fundamenta bases comportamentais para a sociedade (Smith, 1988, pp. 39–45). A visão da externalidade da natureza, sobretudo no âmbito da materialização dos comportamentos próprios das leis da natureza, potencializa os esforços de domesticação e controle. Nesse sentido, o autor resgata a tentativa de reconciliação da análise da natureza e da história de outras obras consagradas para refutar a ruptura do estudo da natureza pelas ciências biológicas e do ser humano pelas ciências sociais. Smith (1988) afirma que:

«A relação com a natureza é um produto histórico e mesmo colocar a natureza como sendo exterior à sociedade (um axioma metodológico fundamental da «ciência» positivista, por exemplo) é literalmente absurdo, uma vez que o próprio ato de se colocar a natureza exige que se entre numa certa relação *com* a natureza. Por mais ideal que esta relação pudesse ser, ela é, todavia, uma relação com a natureza». (Smith, 1988, p. 49)

A partir dessa perspectiva, Smith argumenta que é necessário superar a visão dual da natureza e da sociedade e, para isso, é importante analisar relações próprias e materiais para além do que o autor aponta ser o «triunfalismo negativo da ideia da dominação da natureza». Em seu ponto de vista, é mais complexo entender as relações da sociedade com a natureza como processos de *produção da natureza*, no sentido que essa base teórica oferece uma maior capacidade de pensar em «um futuro histórico que está ainda para ser determinado pelos eventos e pelas forças políticas e não pela necessidade técnica», considerando o contexto do modo de produção capitalista (Smith, 1988, pp. 64–65). Contudo, o conceito de *produção da natureza* será abordado mais adiante, no subcapítulo em que são apresentadas e discutidas algumas teorias socioecológicas.

Comparar as duas hipóteses colocadas pode trazer aspectos importantes da própria visão dos autores, como o interessante esforço em atribuir qualidades ao conceito – o que de fato comprova a complexidade do entendimento do termo. Nesse aspecto

qualitativo, Williams apresenta adjetivos que se contrapõem de uma forma mais livre, ao passo que Smith os organiza de forma dialética. Inclusive, quando levantam as categorias do conceito de natureza, as concebe considerando o fator temporal que, entretanto, tem diferentes implicações nas hipóteses dos autores. Enquanto Williams explora a transformação do conceito no tempo – considerando a construção social da ideia de natureza e também da palavra como ferramenta de comunicação –, Smith se apoia na posição do ser humano em relação ao todo – que de fato sofreu alterações de acordo com o desenvolvimento do campo do conhecimento.

A terceira perspectiva a ser abordada se apoia em Harvey (1993, 2018 [1996]), que destaca que a natureza e o meio ambiente envolvem uma problemática maior que a semântica. A adaptação ao ambiente é uma condição constante e consequentemente catalisadora de transformações pelos organismos na natureza, de modo a construir seus próprios ecossistemas através da remodelação de outras possibilidades de subsistência. Isto é, ainda que o contexto da «questão ambiental» seja de alguma forma conhecido, este está incorporado em cada ambiente de cada ser. E é nesse contexto que ambiente, cultura e discurso – como expressões sociais baseadas em imaginários, pensamentos e experiências – se cruzam, de maneira que todo e qualquer projeto ecológico é também político econômico, assim como qualquer projeto político econômico é ecológico (Harvey, 1993, pp. 2; 25–28, 2018, pp. 110; 158).

De uma maneira geral, pode ser interessante traçar uma relação entre as ideias abordadas anteriormente. Enquanto Williams faz uma reconstrução histórica do conceito da natureza a partir da ótica da cultura, Smith apresenta uma visão mais sociológica da concepção do termo. Já Harvey reafirma a disputa ideológica e enfatiza, sobretudo, a componente política da narrativa da natureza. Ainda que as abordagens tenham diferenças, as três perspectivas apresentadas tem como pano de fundo a mudança da significação do conceito pela sociedade sobretudo urbana, à luz das dinâmicas do modelo capitalista.

Importa referir também a escolha da ordem de apresentação das ideias. Em termos metodológicos foram consideradas duas questões: uma primeira que se apoia na ordem cronológica, designadamente das primeiras edições, da obra mais antiga para a

mais recente, respectivamente 1976, 1984 e 1996. O outro tópico considerado pretendeu estabelecer um modelo de definição do conceito nos âmbitos da linguagem, da discussão da construção social do termo e do apontamento das redes intrincadas no percurso da concepção. Contudo, vale ressaltar que esses critérios não estão necessariamente presentes em apenas uma obra, tendo sido, portanto, interpretados e organizados para expor uma linha de raciocínio.

Longe de esgotar o assunto, o objetivo foi enunciar alguns significados sociais e políticos do que se entende por natureza e meio ambiente. Para além das contribuições teóricas das obras citadas, é interessante notar os métodos utilizados pelos autores de contextualização da problemática no tempo e no espaço. A partir dessa aproximação primeira, é possível dar espessura ao debate acerca da questão ambiental, de maneira a entender sua complexidade para além dos impactos materiais promovidos pela sociedade. As ideias e conceitos apresentados podem contribuir com as teorias socioecológicas abordadas a seguir.

2. Olhares teóricos: a relação sociedade urbana e natureza

No âmbito mais imediato da cidade, o conjunto de redes que fazem a manutenção da urbanização se estrutura cada vez mais em uma escala mais abrangente. De uma maneira geral, a urbanização é um processo de transformações socioecológicas perpétuas (Swyngedouw & Kaika, 2008, p. 567) e, em um contexto capitalista, a natureza é um produto social que se insere na lógica mercantilista das cidades. A definição de Kaika (2005) acerca das cidades como «densas redes de processos socioespaciais entrelaçados que são simultaneamente humanos, materiais, naturais, discursivos, culturais e orgânicos» que, combinadas, fazem a manutenção da vida urbana (Kaika, 2005, p. 22), pode oferecer caminhos interessantes para a discussão aqui levantada.

Para contribuir com a observação das mudanças socioecológicas, este subcapítulo objetiva se debruçar na discussão de um recorte teórico acerca dos assuntos da sociedade urbana, cidade e natureza sob a lente da urbanização. Nesse contexto,

refletir sobre o fenômeno urbano se faz fundamental para a observação de comportamentos sociais no âmbito da atribuição de papéis à natureza na manutenção do ambiente urbano.

De uma maneira geral, a ideia da incorporação do conjunto da natureza e da sociedade no processo de urbanização e no debate da produção do espaço desempenhou o pano de fundo da reflexão proposta. Nas seções a seguir serão apresentadas e discutidas algumas perspectivas que caracterizam o entrelaçamento da sociedade com a natureza na cidade e que buscam romper com a ideia da separação da cidade e da natureza, a partir da fundamentação teórica das relações dialéticas referentes à produção do espaço.

Em busca de abordar alguns conteúdos, o percurso teórico proposto teve como ponto de partida as ideias da urbanização da sociedade, da urbanização da natureza, da socionatureza para em seguida expor as perspectivas da produção da natureza e do metabolismo urbano. No fundo, foi tencionado construir uma narrativa teórica que começou por olhar os efeitos da urbanização e da industrialização na sociedade e na natureza, para em seguida discutir as relações da sociedade com a natureza nesse contexto de transformação extensiva e, por último, apresentar as aproximações em termos de estudos dos mecanismos de funcionamento das cidades repletas de limitações impostas pelo modelo urbano pós industrialização acelerada.

2.1. As perspectivas da urbanização da sociedade e da natureza

Um interessante ponto de partida para discutir a relação entre sociedade urbana e a natureza na cidade, é a partir da hipótese de Lefebvre (2002 [1970]) da *urbanização da sociedade*, que enquadra a transformação do comportamento social perante a passagem de modelos de organização social, nomeadamente rural, industrial e urbano. De acordo com o autor, a sociedade urbana é resultado de uma *urbanização completa*, que deriva de processos de industrialização responsáveis pelo controle da produção agrícola em uma escala global que, por sua vez, estabelece outras dinâmicas e relações entre os espaços e as práticas sociais (Lefebvre, 2002, pp. 15–17).

As transformações que ocorrem na sociedade contemporânea, sobretudo no contexto do capitalismo, balizam uma transformação profunda na relação da sociedade com a natureza (Smith, 1988, p. 158). Inseridas em dinâmicas de urbanização e de industrialização, essas mudanças moldaram a cultura e a sociedade em um processo contínuo. Nesse sentido, Lefebvre (2002, p. 69) afirma que a industrialização gesta a sociedade urbana e essa, por sua vez, altera o rumo da industrialização. Com a manifestação dos processos de industrialização em escala planetária e a passagem do rural ao industrial e posteriormente ao urbano, a sociedade urbana está sob um efeito de *complexificação* de suas características e comportamentos, processo esse que se revela intrincado no espaço e no tempo (Lefebvre, 2002, p. 153).

O urbano como um agente concentrador e transformador de contextos, se manifesta através da construção de uma *segunda natureza*, criada pela ação humana, sobre uma *primeira natureza*, primitiva. Em sua composição, o urbano reúne elementos que simulam a «natureza real», como por exemplo jardins, praças, parques e lagos. Estes elementos são fundamentais para a cidade, condicionam a existência do urbano e, em contextos de urbanização extensiva, representam «signos da ausência» e «resíduos da urbanização e da industrialização» (Lefebvre, 2002, pp. 35–36). Nesse aspecto, há ocorrências de diversas escalas da ideia da reprodução da natureza, desde plantas em vasos inseridos no ambiente particular até estampa em produtos comercializáveis.

As mudanças socioambientais desempenhadas pela urbanização envolvem uma produção constante de outras «naturezas» e de outras circunstâncias físicas e sociais, dadas a partir de processos históricos e geográficos de *urbanização da natureza*. A cidade, portanto, a partir de seu caráter de transformação da natureza via trabalho humano, se torna um «híbrido», ou melhor, em um conjunto de «híbridos» que se reproduzem de maneira a garantir o modelo da urbanização capitalista fundamentado na generalização do consumo (Kaika, 2005, pp. 23–25). Dessa forma, é possível afirmar que «na cidade, sociedade e natureza, representação e ser, são inseparáveis, integrais entre si, infinitamente ligados, mas simultaneamente, essa «coisa» híbrida

socionatural chamada cidade está cheia de contradições, tensões e conflitos»² (Swyngedouw & Kaika, 2008, pp. 568–569).

As transformações socioecológicas significam, portanto, modificação tanto da sociedade quanto da natureza, a partir das relações estabelecidas entre essas. Interessa, portanto, expor em mais detalhes as especificidades do conjunto que o processo de *urbanização da natureza* produz, a partir do conceito de *socionatureza*. Dessa maneira, resultam em uma produção histórico geográfica de *socionatureza*, que funde as componentes social e natural, a partir de uma reunião indissociável e contraditória de diferentes domínios culturais, político econômicos, bioquímicos, físicos e outros.

A produção da *socionatureza*, por sua vez, envolve questões político ecológicas que compõem discurso e linguagem representacionais, de maneira a construir narrativas da natureza, sobretudo as científicas relacionadas às soluções de engenharia urbana (Swyngedouw, 1996, pp. 70–72). Na prática, o conceito de *socionatureza* pretende representar as questões que envolvem por exemplo fluxos hidrológicos e energéticos de abastecimento e manutenção das cidades, com uma lente atenta às relações e conflitos sobretudo políticos inseridos nos sistemas intrincados nesse processo.

A partir de uma linguagem relacional e de uma abordagem materialista histórica, o objetivo de Swyngedouw com esse conceito é superar a distinção binária sociedade e natureza, entendendo essas componentes e suas relações estabelecidas como paradoxais, complementares, inseparáveis e, sobretudo, não neutras. Os processos derivados da relação da sociedade com a natureza, portanto, resultam em uma produção de outros modelos socionaturais que moldam o contexto histórico da natureza e da sociedade. Logo, pode-se dizer que, em contextos contemporâneos de

² Traduzido do original: «In the city, society and nature, representation and being, are inseparable, integral to each other, infinitely bound up, yet simultaneously, this hybrid socionatural «thing» called city is full of contradictions, tensions, and conflicts».

grandes e desenfreadas transformações, «objetos e sujeitos da vida cotidiana tornaram-se cada vez mais socionaturais»³ (Swyngedouw, 1996, p. 68).

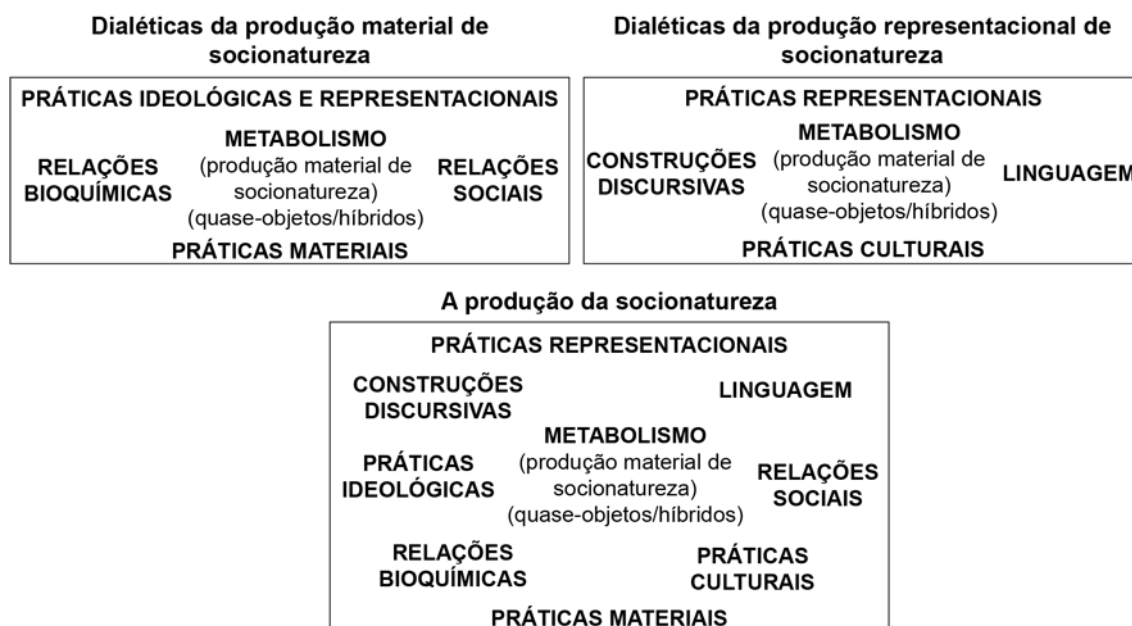
Swyngedouw (1996) ao apresentar as partes que compõem a produção da *socionatureza*, as organiza em dialéticas material e representacional, expressas em dois esquemas reunidos posteriormente em um terceiro, de maneira a enfatizar a teia de fatores que constituem essa ideia, conforme ilustrado na Figura 3. Essa escolha do autor é interessante porque revela graficamente uma construção encadeada do pensamento, sugere a relevância de ambas as dialéticas e indica o papel fundamental das abordagens representacionais para a consolidação do sistema como um todo.

No âmbito da produção material da *socionatureza*, as trocas realizadas pela sociedade e pela natureza, mediadas por práticas ideológicas e representacionais, resultam em objetos e coisas. Todavia, esse processo tem outros fatores fundamentais em sua composição devido ao fato dessa produção não ter caráter neutro, tanto em seu processo quanto no seu produto. Assim, Swyngedouw (1996) adiciona camadas a esse contexto que refletem conhecimento, ideário e comunicação e, assim, constrói o segundo esquema que traz à luz as questões representacionais. A produção representacional da *socionatureza* se insere no campo da prática cultural e envolve questões político ecológicas, que constroem narrativas da natureza e compõem discurso e linguagem representacionais (Swyngedouw, 1996, p. 70).

Importa referir que tanto os processos materiais quanto a reprodução simbólica da natureza são de igual importância na produção da *socionatureza* e, com isso, desenvolvem outras múltiplas relações. No fundo, essas ideias pretendem elucidar perspectivas dialéticas das trocas, a partir de uma visão não binária, que ressalta a importância do discurso e do poder nas práticas da produção de *socionaturezas* e, também sugerir, sobretudo, o caráter transitório e transformador desse processo.

³ Traduzido do original: «Indeed, from the very beginning, but accelerating as "modernization" heated up, the objects and subjects of daily life became increasingly more socio-natural».

Figura 3. A produção da sionatureza



Fonte: traduzido pela autora do original de Swyngedouw (1996, pp. 71–73).

Considerar a urbanização como um processo socioecológico perpétuo complexo que envolve diferentes domínios pode iluminar fluxos interescares de disputas diversas e desencadear olhares mais ecossistêmicos. Assim, abre oportunidades para perceber melhor a correlação entre processos de urbanização e as mudanças socioecológicas empreendidas para, assim, orientar políticas urbanas mais ajustadas, sobretudo em um contexto de pegada ecológica aos níveis regionais, nacionais e globais.

As perspectivas de urbanização da sociedade e da urbanização da natureza indicam complexidades dos processos subordinados à industrialização e, com isso, podem fornecer ferramentas de análise histórica e relacional de componentes dos panos de fundo do contexto urbano. Pode-se afirmar, no entanto, que não há fundamentos na separação entre a cidade e processos socioambientais, dado que estes estão arraigados na produção e na reprodução urbana. Inclusive, distinguir o que foi construído pelo ser humano e o que não teve interferência é uma tarefa que pode ser impossível de se concretizar. No âmbito da reprodução de partes de uma natureza primeira, a concepção de *produção da natureza* se debruça nessa problemática e abrange as questões relacionadas à essa atuação.

2.2. A questão da «produção da natureza»

À luz da ruptura da natureza natural da natureza pela ação humana, a sociedade engendra a sua própria vida material em um processo de produção social de seu meio. A ideia da natureza como um produto social conduz o entendimento da perspectiva de Smith (1988) de *produção da natureza* que, de uma maneira geral, significa um afastamento do valor de uso atrelado anteriormente à natureza, em um movimento de produção para troca, realizado pelo trabalho humano. Nesse sentido, o conceito segue uma linha marxista de entender a produção capitalista, na generalidade, como uma relação material entre sociedade e natureza.

Além disso, a *produção da natureza* não se baseia em uma ideia de dominação da natureza e não pretende ser uma consequência desse pensamento, ainda que possa ocasionar tal comportamento de forma indireta (Smith, 1988, pp. 67–70). Nesse aspecto, Smith (1988) destaca que:

«Ao invés da dominação da natureza, devemos, portanto, considerar o processo muito mais complexo de *produção da natureza*. Enquanto o argumento da dominação da natureza sugere um futuro sombrio, unidimensional e livre de contradições, a ideia de produção da natureza sugere um futuro histórico que está ainda para ser determinado pelos eventos e pelas forças políticas e não pela necessidade técnica» (Smith, 1988, p. 66).

A condição humana contemporânea de transformar coletivamente a matéria natural em utilidades para o seu próprio consumo no intento de suprir necessidades promove, por sua vez, outras necessidades, em um ciclo contínuo de divergência entre produção e consumo (Smith, 1988, p. 75). Com a generalização do capitalismo, «as sociedades humanas agora produzem a natureza de modo tão completo que a cessação do trabalho produtivo provocaria alterações profundas na natureza, incluindo a extinção da natureza humana» (Smith, 1988, p. 72) pois «em uma economia de troca, a apropriação da natureza cada vez mais é regulada por firmas e instituições sociais e, destarte, os seres humanos começam a produzir mais do que o suficiente para sua

subsistência» (Smith, 1988, p. 77). Ou seja, como tendência do capitalismo, a *produção da natureza* é amplificada e multiplicada para manter a estrutura social.

Essa relação contemporânea com a natureza fundamentada na ordem social capitalista é reproduzida na *produção da natureza*. O movimento capitalista de acumulação infinita provoca crises de escassez de recursos naturais e graves desequilíbrios ecológicos, que são desigualmente socializados. Vale dizer também que as transformações físicas da natureza no processo de produção da natureza além de fabricar mercadorias, gera outros produtos não pretendidos como por exemplo as doenças e as alterações climáticas. E em um contexto de desenvolvimento amplamente desigual, a distribuição da *produção da natureza* e suas decorrências são refletidas nas condições das classes sociais (Smith, 1988, p. 96).

Smith na primeira edição de Desenvolvimento Desigual, datada de 1984, buscou uma reflexão acerca da natureza que rompesse com a visão burguesa dicotômica da sociedade e da natureza à luz da condição social desigual e a partir do cruzamento de ideias acerca da natureza, do espaço e de processos sociais no espectro da produção capitalista. Dessa forma, ao propor a teoria da *produção da natureza*, motivada pelo postulado lefebvriano da produção do espaço, o autor assumiu as dificuldades de fundamentação da hipótese da produção de algo que era considerado dado e, portanto, sem sentido de ser produzido, até mesmo no campo teórico. No entanto, essa teoria foi validada, ganhou espessura com o tempo e, na terceira edição do livro em 2008, se inseriu na discussão da crise ecológica e dos mecanismos do capitalismo de superar a mercantilização da natureza via financeirização, como por exemplo o mercado de sequestro de carbono (Smith, 2008, pp. 243–244).

O debate ecológico no fim do século XX foi difundido e, dessa maneira, incorporado na agenda capitalista que, por sua vez, se reestruturou com o objetivo de superar a crise do capital e originar um outro domínio de acumulação. Smith (2008) denuncia a prática de «lavagem verde»⁴ realizada pelo setor corporativo nos anos 90, que assimilou a política verde de maneira a transformar os problemas causados pelo

⁴ Livre tradução de «*greenwashing*».

capitalismo em lucro. Nesse sentido, insere no contexto atual das mudanças climáticas o conceito de «lavagem da natureza»⁵, uma prática que tem conhecimento das questões socioambientais mas foca na narrativa dos poderes apocalípticos dos desastres ditos «naturais» mas que são socialmente produzidos (Smith, 2008, p. 245).

Para Smith está posta a magnitude da crise ambiental, mas, no entanto, a resposta capitalista face ao problema pode não ser necessariamente efetiva, dado que muitas vezes não se orienta ao cerne da questão, não parece ter uma visão ecossistêmica e continua a separar a sociedade da natureza. A preocupação com as respostas e soluções para combate às problemáticas cada vez mais complexas das cidades não é recente e pode ser abordada de diversas maneiras. Nesse sentido, o esforço de perceber melhor as questões urbanas, sobretudo nas discussões acerca das garantias do funcionamento das cidades em expansão, pode ser exemplificado pelo modelo do *metabolismo urbano*, uma associação dos fluxos urbanos com o sistema metabólico.

2.3. Tópicos da teoria socioecológica do metabolismo urbano

Diante de um contexto de urbanização extensiva e de dificuldades de compreensão e de delimitação, uma série de investigações acerca do fenômeno urbano buscaram meios de fornecer bases para o planejamento e para a governança. Dessa forma, objetivaram também analisar, rever e, talvez, superar binários desenvolvidos ou potencializados pelo percurso capitalista urbano, como por exemplo sociedade e natureza, cidade e campo, urbanização e suburbanização, crescimento e estagnação entre outros. No âmbito do estudo da relação entre a sociedade e a natureza, há uma ampla discussão nas mais variadas temáticas que datam do século XVII até a atualidade. Uma corrente que foi importante no século XX corresponde à teoria do metabolismo urbano – conceito resgatado da biologia para o estudo das cidades – que, no decorrer de seu desenvolvimento, seguiu vertentes diferentes de acordo com os contextos histórico e geográficos específicos.

⁵ Livre tradução de «*nature-washing*».

De uma maneira geral, a primeira delas, intitulada ecologia humana – formulada pela Escola de Chicago –, se fundamenta no entendimento da adaptação dos seres humanos ao ambiente urbano, enquanto a segunda, a ecologia industrial – desenvolvida por Abel Wolman (1965) –, deriva de uma visão mais tecnocrata que busca analisar fluxos de entrada e saída de materiais como água, energia, alimentos e resíduos das cidades, sobretudo em um contexto de crescimento urbano. As duas forneceram bases para a última delas, a ecologia política urbana – com grandes contribuições de Erik Swyngedouw –, que busca uma abordagem mais holística da questão urbana com lentes da economia política e da geografia urbana, a partir da análise das lógicas de complexos fluxos da cidade compostos por domínios socio naturais em todas as suas camadas (Wachsmuth, 2012, pp. 512–516).

Não por acaso, a ecologia industrial foca nos modos de utilização dos recursos devido ao contexto em que se insere – meados do século XX, momento em que a produção do conhecimento dos impactos da era industrial estava a ganhar consistência – e, por isso, se enquadra na ideia da natureza externa à sociedade em um movimento característico do capitalismo industrial de oposição dessas duas componentes. A periodização proposta por Wachsmuth (2012) é atenta ao lugar da natureza e das sociedades nas ecologias, que ocupam posições tímidas e até secundárias. A ecologia humana pouco refere a natureza e foca no estudo da sociedade na cidade, enquanto a ecologia industrial indica problemas técnicos da gestão de recursos naturais e de resíduos, acima de sociais. No entanto, de uma maneira geral, as três têm uma diretriz em comum que diz respeito à ideia do metabolismo urbano ser uma transformação da natureza em sociedade (Wachsmuth, 2012, pp. 508–515).

Ainda na discussão do metabolismo urbano, outra obra importante nessa argumentação é a proposta de Broto et al. (2012), que se baseia em uma metodologia de sistematização e de categorização de temáticas dentro do metabolismo urbano, associadas sobretudo à ecologia industrial. Ou seja, essa obra tem uma leitura de escala mais aproximada que levanta questões e ênfases de cada perspectiva, como representado no Quadro 2. É possível encontrar no recorte composto por seis temas uma aproximação com a análise feita por Wachsmuth, no sentido de enquadrá-los na

periodização – ecologias humana, industrial e política urbana — e perceber melhor como o metabolismo urbano estava a ser abordado.

O tema «a cidade como um ecossistema» se assemelha à ecologia humana, enquanto as categorias «fluxos de materiais e energia na cidade», «a base da material da economia» e «motores econômicos das relações urbano rurais» se inserem no arcabouço da ecologia industrial. Já a categoria «a reprodução da desigualdade urbana» revela uma atenção às questões sociais políticas de distribuição de recursos e controle de processos sendo, portanto, uma transição da ecologia industrial para a ecologia política urbana. E, por último, a categoria «ressignificação das relações socioecológicas» sugere um olhar mais holístico – pois se encaixa nas

Quadro 2. Temas do metabolismo urbano

tema	questão chave	ênfase
A cidade como um ecossistema;	Que lições do funcionamento dos ecossistemas podem ser aplicadas para projetar e planejar cidades melhores?	Modelos de desenvolvimento inspirados na natureza no desenho e no planejamento urbano;
Fluxos de materiais e energia na cidade;	Quais métodos podem contabilizar os fluxos de material e energia pela cidade e podem fornecer sugestões para sua otimização?	Análises comparativas de cidades e modelos de planejamento urbano em relação à sua eficiência na alocação de materiais e energia;
A base material da economia;	Que medidas políticas podem quebrar o vínculo entre urbanização, crescimento econômico e consumo de recursos?	Os limites materiais da economia e os modelos macroeconômicos para alcançar a estabilidade econômica e de recursos;
Motores econômicos das relações urbano rurais;	Como as relações econômicas moldam a distribuição dos fluxos entre as regiões urbanas e seus arredores?	Formas de organização territorial em relação aos diferentes modos de circulação econômica;
A reprodução da desigualdade urbana;	Como os fluxos urbanos existentes distribuem os recursos pela cidade e quem controla esses processos?	Padrões de acesso desigual aos recursos e o controle desses padrões pelas elites urbanas;
Ressignificação das relações socioecológicas.	Quais práticas socioecológicas têm o potencial de reimaginar e reconfigurar os fluxos socioecológicos existentes?	Visões e modelos alternativos de fluxos socioecológicos na produção cultural, práticas cotidianas e inovações políticas;

Fonte: traduzido pela autora do original de Broto et al. (2012, p. 852).

problematizações da ecologia política urbana de romper com a dualidade sociedade e natureza – que busca repertórios para proposição de outras relações socioecológicas, no âmbito de orientar ações efetivas do planejamento urbano e da governança.

Ainda que o campo do metabolismo urbano esteja em amadurecimento – sobretudo devido aos desafios impostos pela heterogeneidade dos fluxos das cidades –, essa ferramenta analítica de estudo e as suas abordagens tencionam interações transdisciplinares que tem muito a contribuir com reflexões dos modelos urbanos em sua complexidade. Nesse contexto, há duas questões interessantes a serem apreciadas: a necessidade de articulação da análise e do monitoramento do metabolismo urbano com as resoluções político governamentais, de maneira a ajustar orientações para a sustentabilidade urbana, e a importância da conexão de políticas ambientais com ações de combate à desigualdade social, bem como o inverso, ou seja, da orientação de políticas sociais que incorporam uma agenda ambiental (Dijst et al., 2018, pp. 191; 197).

A produção material dos espaços, por estar inserida em uma complexa rede de mobilizações políticas, sociais, culturais e econômicas, enfatiza a importância da governança e do planejamento. Harvey (2018) destaca a perspectiva da geografia histórica urbana como fundamental para lidar com as naturezas produzidas pela atividade humana urbanizadora, sendo, portanto, crucial para a visão global da questão do meio ambiente (Harvey, 2018, p. 242). Com a abrangência planetária dos processos socioecológicos, grandes e complexos são os desafios práticos à governança e ao planejamento para lidar com os efeitos das transformações socioecológicas catalisadas pelo modo de operação capitalista. Nesse aspecto, o capítulo a seguir foca nos desafios práticos do planejamento e da governança no contexto da urbanização extensiva e da crise ecológica fabricada.

3. Desafios práticos: transformações socioecológicas e governança

A passagem do contexto industrial para o urbano envolveu uma série de transformações que ainda afetam a sociedade e desdobram consequências socioespaciais e ambientais. Os processos desenvolvimentistas do capitalismo, sobretudo do último século para o atual, refletem uma produção do espaço massiva fundamentada na diferenciação multiescalar do espaço (Smith, 2008, p. 136). Com isso, grandes são os desafios para a questão urbana e, conseqüentemente, para o planejamento e para a governança urbana, que intentam superar desequilíbrios a partir de estratégias de coesão territorial.

À luz do que foi discutido anteriormente e, tendo também a matéria da transformação como pano de fundo, este subcapítulo objetiva reunir abordagens teóricas acerca dos percursos da governança e da questão ambiental urbana sob um ponto de vista global. Nesse sentido, o foco nos rearranjos e no desenvolvimento de ferramentas para lidar com o território urbanizado, sobretudo em uma temporalidade mais recente, pode fornecer caminhos para refletir acerca das tendências de mudança do discurso político urbano que, notadamente, se expressa na orientação de políticas ambientais urbanas e do desenho do planejamento territorial.

O percurso proposto partiu da discussão acerca do comportamento totalizante do modelo urbano para fornecer bases para o segundo tópico a ser abordado, o fenômeno da globalização e sua natureza. Em seguida foram reunidas algumas abordagens acerca da preocupação com a crise ecológica produzida no contexto da urbanização e da industrialização. A partir de revisão da literatura foi construído um quadro genérico da trajetória da questão ambiental no âmbito da discussão política global. De maneira geral, foi objetivado explorar mudanças de narrativas político ambientais globais, sobretudo a partir de meados do século XX.

3.1. Urbano como realidade global

Dentre as contribuições da teorização do urbano no século XX, Lefebvre (2002 [1970]) se referiu ao fenômeno urbano «como realidade global (ou se quer assim falar: *total*)» e também abordou as limitações metodológicas das reflexões teóricas no âmbito desse posicionamento global, a partir do entendimento que o urbano «reclama com urgência a reunião dos conhecimentos fragmentados, embora a torne difícil ou impossível» (Lefebvre, 2002, pp. 53–58). A partir da perspectiva do urbano ser um lugar e uma forma que reúne e transforma suas partes integrantes, o autor destaca que:

«A cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem relações. Ela cria uma situação, a situação urbana, onde as coisas diferentes advêm uma das outras e não existem separadamente, mas segundo as diferenças. O urbano, indiferente a cada diferença que ele contém, é considerado frequentemente como indiferença que se confunde com a Natureza, com uma crueldade que lhe seria própria. Contudo, o urbano não é indiferente a todas as diferenças, pois ele precisamente as reúne. Nesse sentido, a cidade constrói, destaca, liberta a essência das relações sociais: a existência recíproca e a manifestação das diferenças procedentes dos conflitos, ou levando aos conflitos» (Lefebvre, 2002, p. 111).

Localizar essas ideias de Lefebvre no tempo, designadamente de uma obra de 1970, é fundamental no sentido de perceber as questões que ele próprio levanta ao olhar para os processos desencadeados pela urbanização e pela industrialização, sobretudo em um contexto de amplificação de pesquisas sobre a questão urbana. Nesse aspecto, oferece um panorama da multiplicidade de questões intrincadas na urbanização ao referir que as expressões do urbano não são estáticas e tem relações entre si. Dessa forma, propiciou bases para a continuidade de suas hipóteses em estudos posteriores.

Nessa linha de raciocínio, Monte-Mór (1994), com base nas ideias de Lefebvre, discorre sobre a dimensão da urbanização contemporânea e define o conceito de *urbanização extensiva*:

«A urbanização extensiva – esta urbanização que se estende para além das cidades em redes que penetram virtualmente todos os espaços regionais integrando-os em malhas mundiais – representa, assim, a forma socioespacial dominante que marca a sociedade capitalista de Estado contemporânea em suas diversas manifestações, desde o centro dinâmico do sistema capitalista até – e cada vez mais – às diversas periferias que se articulam dialeticamente em direção aos centros e subcentros e subsubcentros...» (Monte-Mór, 1994, p. 171).

É possível referir que muitas perspectivas teóricas no âmbito das teorias da urbanização olham para o século XX a partir do ponto de vista da expansão das cidades e do crescimento populacional. No entanto, não é mais suficiente utilizar do argumento demográfico global de populações que vivem atualmente em cidades para discutir a urbanização e seus efeitos. Essa narrativa pode vir a homogeneizar e a desconsiderar desigualdades entre as nações bem como as condições altamente diferenciadas dos territórios (Brenner & Schmid, 2014).

Relativamente à análise da urbanização, há imensas dificuldades tanto metodológicas, de delimitação do que é urbano – em um cenário de aglutinação de aglomerações policêntricas –, que segue uma lógica dualista e generalista urbano e rural, quanto teóricas, devido à ocorrência e à extensão em diversas escalas, sob a perspectiva de alcance à lugares remotos conectados por diversos fluxos que afetam direta e indiretamente ecossistemas inteiros, de modo a fazer a manutenção do processo de urbanização global (Brenner & Schmid, 2014; Kaika & Swyngedouw, 2014).

De maneira a avançar na conceituação da questão urbana e de teorizar as condições urbanas da contemporaneidade, Brenner e Schmid (2014) levantaram características e condicionantes do fenômeno urbano que podem ser dispostas em três esferas: a primeira delas que se refere ao **campo** em que a urbanização se insere, que é teórico,

no âmbito de ser um processo histórico de natureza variável e não uma modelo global; a segunda corresponde às questões de **dimensão** do fenômeno, que por sua vez se dá de diversas formas variáveis, dinâmicas e planetárias; a terceira no domínio do **comportamento** da urbanização, condicionado à produção constante de diferenciações socioespaciais, que seguem lógicas de concentração e extensão entre os territórios das aglomerações e os que compõem os circuitos metabólicos das cidades (Brenner & Schmid, 2014, pp. 19–21). Além das características apresentadas, pode-se adicionar o fator de uma **temporalidade** vertiginosa catalisadora da urbanização, que contribui para que os desafios de apreensão e de compreensão do fenômeno e seus efeitos sejam ainda maiores.

A perspectiva de Lefebvre (2002) da cidade como uma reunião de diferenças se alinha com a abordagem de urbanização extensiva de Monte-Mór (1994) e com as ideias de Brenner e Schmid (2014) acerca do fenômeno da urbanização, no âmbito da lógica relacional dos fluxos contidos no ambiente urbano, da diversidade contínua de manifestações inseridas nesse contexto e, sobretudo, das proporções extensivas dos desdobramentos desse fenômeno. Em termos cronológicos, a obra de Lefebvre discute um momento de transformação capitalista industrial para o urbano, a de Monte-Mór traz à tona as questões metropolitanas da organização do espaço e a de Brenner e Schmid discute uma renovação da teoria urbana que olha para os padrões de urbanização pós guerra. As três, genericamente, enquadram esse processo como uma condição global que torna difusa a separação da cidade e do campo.

Para além dessas questões assinaladas mais gerais da urbanização, convém retomar algumas ideias referidas anteriormente, de maneira a reforçar a complexidade do fenômeno, nomeadamente a *urbanização da natureza*, a *socionatureza*, e o *metabolismo* urbano. No âmbito mais imediato da cidade, o conjunto de *socionaturezas* faz a manutenção da urbanização e se estrutura cada vez mais na escala *total* (Lefebvre, 2002, p. 53), através de articulações sociais, ecológicas e geográficas para mobilizar, comercializar e metabolizar as naturezas (Kaika & Swyngedouw, 2014, pp. 01–02).

Nessa perspectiva, as drásticas transformações históricas socioecológicas concebidas pelo modelo capitalista de produção do espaço revelam urgência de atuações orientadas para uma superação de soluções fundamentalmente tecnológicas, de maneira a conceber uma revisão dos próprios modelos político, econômico e social estabelecidos. Junto à essas questões levantadas, olhar para a relação entre globalização e governança interessa à reflexão acerca das narrativas político ambientais urbanas em seu percurso mais recente.

3.2. Globalização, governança e reescalonamento territorial

A aceleração das dinâmicas de circulação de pessoas, de mercadorias e de capitais que atinge a escala global, configura processos intensos de desterritorialização desses elementos, que circulam em fluxos cada vez mais entrelaçados, complexos, e difíceis de mapear. Fenômeno esse conhecido por globalização que, de acordo com Brenner (2018 [1999]), empreende «uma reterritorialização dos espaços, tanto socioeconômico como político-institucional, que se desdobram simultaneamente em múltiplas escalas geográficas sobrepostas» (Brenner, 2018, p. 64).

No contexto de reestruturação capitalista global pós anos 1970, as relações sociais passaram a se mover para escalas supranacionais em um movimento de descentralização de fronteiras nacionais. Essa deslocação está associada ao ciclo de globalização que decorria – e que, genericamente, se intensificou pelo desenvolvimento da telecomunicação – em virtude de redes fixas, como aglomerações regionais e do ciclo do modelo neoliberal (Brenner, 2018, p. 63).

Se é verdade que «a pegada socioecológica da cidade tornou-se global» e que «não existe um exterior ou limite para a cidade, e o processo urbano abriga processos sociais e ecológicos que se inserem em redes densas e multicamadas de conexões locais, regionais, nacionais e globais⁶» (Swyngedouw & Heynen, 2003, p. 899), esses

⁶ Traduzido do original: «The socioecological footprint of the city has become global. There is no longer an outside or limit to the city, and the urban process harbours social and ecological processes that are embedded in dense and multilayered networks of local, regional, national and global connections».

fenômenos foram possibilitados por uma primeira onda de globalização, caracterizada pela «construção de infraestruturas territoriais socialmente produzidas tais como ferrovias, rodovias, portos, canais, aeroportos, redes de informação e instituições estatais que permitem a circulação capital ainda mais rápido» (Brenner, 2018, p. 71).

Ou seja, a manifestação da globalização pode ser periodizada em duas grandes ondas de reescalonamento da territorialidade decorrentes da reestruturação capitalista global, sobretudo no contexto europeu. Uma primeira, de acumulação do capital circunscrita nacionalmente, que caracterizava competição entre nações, enquanto a segunda, em contrapartida, escalonada subnacionalmente em um movimento de «desnacionalização da territorialidade» com um cenário de disputas intranacionais. Ambas intentam atratividade do capital privado, bem como de investimentos do Estado para responder aos ciclos de crise econômica com reativação dos fluxos de circulação, através de processos de desterritorialização e reterritorialização para estimular novas ondas de crescimento (Brenner, 2018, p. 69).

Entretanto, o processo de reescalonamento da governança urbana, sobretudo europeia, não se manifesta de forma harmônica e pacífica mas, pelo contrário, questionada e disputada pelos campos social e político. De um lado são construídas redes de cooperação metropolitana e, do outro, grupos se manifestam por autonomia e pelas pautas que os interessam no nível local. Com as ferramentas de organização territorial de escalas urbano regionais e metropolitanas, o espaço regulatório se torna objeto de disputas no âmbito da governança urbana entre os níveis local e regional (Brenner, 2018, p. 93). Como efeito dessa lógica, é notório que o fator competitividade se faz presente de maneira geral na linguagem estratégica das políticas urbanas mais recentes. Ainda que, aparentemente, o discurso da cooperação tenha ganhado destaque no campo político atual, surgiram outros termos, como por exemplo «coopetição», que tenciona a combinação entre cooperação e competição.

No que tange as questões socioambientais, as transformações socioecológicas moldam e engendram outros ambientes, em um processo metabólico perpétuo inserido em um mosaico da regulação e da governança urbana. Em termos de escala, a tendência tem sido a diluição dos limites que, por sua vez, reorganiza a teia de interações envolvidas

em um movimento de expansão da escala, de maneira a fazer a manutenção do controle das redes e dos recursos. Como resultado, a conquista ecológica se amplifica e, inevitavelmente, agrava desigualdades, destruição ambiental e disputas socioecológicas (Swyngedouw & Heynen, 2003, p. 913).

A natureza urbanizada é um conjunto de elementos materiais essenciais para a manutenção das cidades e, por isso, reproduz simbolismos que pertencem à vida urbana. Assim, os territórios ocupados pela natureza urbanizada necessariamente estão associados às disputas sociopolíticas urbanas (Swyngedouw & Heynen, 2003, p. 914). Ou seja, todo e qualquer processo de mudança socioambiental é político e, portanto, isento de neutralidade.

Dado o estágio de globalização e a multiplicação de desequilíbrios socioambientais, as políticas públicas tem se reescalonado, se reterritorializado e se redirecionado de maneira a fomentar transformações no quadro de sucessão de crises que acometem as vidas humanas e não humanas. O debate acerca da mudança dos comportamentos social, político e econômico no bojo da questão ambiental não são recentes, mas a sua difusão pode ser localizada em um tempo mais recente, nomeadamente a partir de meados do século XX, respectivamente na segunda onda da globalização.

3.3. Crise ecológica e mudança de narrativas político ambientais

Como já referido, a expansão do ambiente construído, moldada pela lógica do modelo capitalista de produção do espaço, modificou drasticamente a relação entre a sociedade e a natureza a partir da total separação entre essas componentes. A urbanização configura, portanto, um dos maiores processos de transformação ambiental da história contemporânea e sua dimensão extensiva catalisa as afetações desse fenômeno.

A somatória da industrialização e da urbanização manifesta a natureza como símbolo de crise (Lefebvre, 2002, p. 36) e, essa associação, portanto, revela graves questões ambientais em todas as superfícies do planeta, tendo maiores impactos sobretudo em territórios mais vulnerabilizados devido às ações urbanas (Harvey, 2018, p. 242

[1996]). Sob a perspectiva desse entrelaçamento industrialização e urbanização, Lefebvre (2002) destaca mudanças de paradigma no âmbito da disponibilidade dos bens naturais:

«Os bens outrora raros tornam-se abundantes: o pão e os alimentos em geral (ainda raros numa grande parte mal desenvolvida do planeta, mas superabundantes na parte desenvolvida). Ao contrário os bens outrora abundantes tornam-se raros: o espaço, o tempo, o desejo. E depois a água, a terra, a luz» (Lefebvre, 2002, p. 36).

A dialética da abundância e da raridade pode ser discutida à luz da ótica da produção da natureza. O processo de produção da natureza ao focar na generalização da mercadoria, produz também outras naturezas indesejadas, como por exemplo poluição dos rios, perda de biodiversidade, desequilíbrios socioambientais, propagação de doenças, bem como as alterações climáticas. Nesse sentido, a crise ambiental produzida pelo modelo urbano capitalista passou a ser contestada pelo discurso ambientalista, sobretudo a partir de meados do século XX, no âmbito de discutir a pressão do modelo de vida da sociedade urbana e industrial no meio ambiente.

A década de 1970 reuniu uma série de estudos e ações de conscientização acerca da questão ambiental à nível mundial por conta do modo industrial e urbano. Contudo, as contestações de ambientalistas e de estudos acerca do meio ambiente são antecessores a esse momento. No entanto, nesse período, a difusão dessas ideias atingiu escalas planetárias com a inclusão da pauta ambiental na agenda da política internacional ao discutir as limitações do modelo de crescimento. Segundo Seixas et al. (2020), a Conferência de Estocolmo, organizada pelas Nações Unidas, realizada em 1972, contou com a participação de diversos países e de instituições para discutir a questão ambiental. Esse evento se insere no contexto do relatório Meadows, que foi dirigido pelo Clube de Roma, publicado no mesmo ano, 1972, em formato do livro intitulado Limites do Crescimento (Seixas et al., 2020, p. 61).

O estudo fez projeções apoiadas em duas grandes necessidades, as físicas e as sociais, que se articulam na discussão das limitações da utilização dos recursos naturais face

ao desenvolvimento capitalista e ao crescimento populacional. O objetivo era sensibilizar as pessoas acerca de um futuro complexo para a humanidade, com base nas tendências prospectadas naquela conjuntura. Assim, apresenta algumas conclusões: uma necessária revisão do modelo do crescimento demográfico mundial⁷, sobretudo das problemáticas da industrialização, da poluição, da produção de alimentos e da diminuição de recursos naturais para que os limites do crescimento fossem alargados para além dos cem anos verificados nas projeções; a urgência de um planejamento para estender a sobrevivência humana no planeta, a partir de um equilíbrio ecológico e econômico articulado com o atendimento das necessidades básicas de todas as pessoas, bem como de um empenho da população para alcançar esse objetivo (Meadows et al., 1978, p. 20 [1972]).

Ao discutir os impactos do modelo de vida e de produção industrial e estimular a preservação do meio ambiente e a gestão dos recursos naturais, essa obra foi um marco importante para o movimento ambientalista. No âmbito da questão social, o estudo incorporou um reconhecimento das condições vulneráveis que a população trabalhadora estava a enfrentar, nomeadamente insegurança alimentar e limitação econômica (Meadows et al., 1978, p. 18). Assim, representou de fato uma preocupação com os efeitos da industrialização e da urbanização. Contudo, tanto o estudo quanto a conferência foram protagonizados por grandes grupos industriais ligados à exploração de recursos naturais – como os setores petrolífero e automobilístico – que estavam preocupados com a manutenção de suas atividades. Esse fator é fundamentalmente relevante para perceber os interesses nessa repercussão e as narrativas empregadas nesse contexto (Seixas et al., 2020, p. 62).

A Conferência de Estocolmo indicou a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que concebeu em 1983 a Comissão Mundial de Meio

⁷ Ainda que o crescimento populacional possa vir a agravar problemas socialmente criados, é importante apontar que essa «necessidade» pode induzir políticas de controle demográfico, que inclusive, já foram adotadas por alguns países e são profundamente questionáveis pois podem praticar violação de direitos humanos. Ou seja, indicar uma revisão do modelo de crescimento humano não parece oferecer soluções efetivas para lidar com as redes de reprodução de destruição do meio ambiente e da natureza humana do modelo de desenvolvimento capitalista.

Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), que por sua vez foi encarregada de desenvolver uma «agenda global para a mudança». O repertório dessa agenda abrange a sensibilização dos países para orientar estratégias ambientais a partir de uma postura de cooperação internacional. Dessa forma, através dessa atribuição, a CMMAD foi encarregada de propor estratégias que considerassem a diversidade planetária no âmbito das relações entre população, recursos, meio ambiente e desenvolvimento, e de aperfeiçoamento de suas capacidades de operacionalização dos objetivos em um recorte temporal alargado (Seixas et al., 2020, p. 62; WCED, 1987).

Em 1987 a CMMAD, a partir do relatório de Brundtland intitulado *Nosso Futuro Comum*, apresentou o conceito de «desenvolvimento sustentável». Basicamente, o que é pretendido com esse conceito fundamentado em discussões antecessoras, não sendo portanto uma novidade nesse debate⁸, é o atendimento às necessidades humanas sem o comprometimento do futuro. É definido genericamente como:

«Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas» (CMAD, 1991, p. 49 [1987]).

Considera também as problemáticas sociais que afligem as populações de países sobretudo mais vulnerabilizadas. Com isso, reforça a importância da cooperação internacional para mobilizar uma transformação dos processos de crescimento e um maior equilíbrio entre as nações. A estratégia para atingir esses objetivos é definida por uma série de objetivos orientados às políticas públicas ambientais, nomeadamente, «(1) retomar o crescimento; (2) alterar a qualidade do crescimento; (3) atender às necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e

⁸ Discussões acerca do termo «sustentabilidade» já eram realizadas anteriormente, sobretudo no âmbito dos recursos renováveis, sendo esse conceito, no entanto, inserido no movimento ambientalista posteriormente (Lélé, 1991, p. 609). O conceito «ecodesenvolvimento», enunciado em 1971, foi precursor do «desenvolvimento sustentável» e enfatizou as componentes de equidade, de justiça social e da participação, sobretudo a partir de uma ótica de regiões mais desiguais (Lélé, 1991, p. 615; Seixas et al., 2020, p. 62).

saneamento; (4) manter um nível sustentável de população; (5) conservar e melhorar a base de recursos; (6) reorientar a tecnologia e administrar o risco; (7) incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisões» (CMAD, 1991, p. 53).

Alinhado ao contexto político da ascensão do neoliberalismo, de uma forma geral, o relatório rompe com a narrativa crítica dos limites do crescimento, assume uma postura menos calamitosa e define diretrizes de continuidade do modelo de crescimento infinito (Seixas et al., 2020, p. 62). A lógica, portanto, é da operacionalização da manutenção do crescimento capitalista, orientada para uma modernização ecológica à luz de soluções tecnocientíficas para a utilização dos recursos naturais. No âmbito social, a discussão se concentra nas problemáticas do crescimento populacional e da urbanização, sobretudo nos países do Sul Global, sugerindo que essas nações não devem seguir os modelos de consumo do Norte Global (CMAD, 1991).

A apresentação do «desenvolvimento sustentável» no relatório de Brundtland refere a relação da pobreza com a degradação do meio ambiente⁹ e aponta a estagnação econômica como a razão do agravamento dessas condições (CMAD, 1991, p. 53). A partir dessa perspectiva, sugere que o crescimento econômico é o que pode combater essas condições via inovação tecnológica. No entanto, é possível afirmar, com base no percurso capitalista, que crescimento econômico não significa necessariamente distribuição equitativa de renda e de poder, condições fundamentais para mudanças concretas na situação socioambiental.

Ainda que o foco do «desenvolvimento sustentável» esteja apoiado no atendimento de necessidades básicas, a sugestão de operacionalização através do crescimento orientou a tomada de decisão internacional¹⁰ e, com isso, obteve maior aderência na

⁹ Lélé (1991) faz uma análise semântica do «desenvolvimento sustentável» e aponta contradições e fragilidades do conceito. Dessa forma, apresenta complexidades sobretudo nessa relação da pobreza com a degradação ambiental, demonstrando que o problema não é linear através de um diagrama que apresenta uma série de variáveis – como estruturais, tecnológicas e culturais – nesse processo.

¹⁰ É importante referir que há afirmações problemáticas que demonstram uma postura imperialista da parte do Norte Global ao culpabilizar despossuídos pela destruição ambiental no Sul Global. Esse argumento pode ser conveniente para escamotear as ações comerciais do Norte Global nos territórios do Sul Global e para fazer a manutenção das políticas de controle e de desenvolvimento das nações

política ambiental (Lélé, 2013, p. 312). Posteriormente foi lapidado e sistematizado em parâmetros e diretrizes de transformação política, ambiental, cultural, social e econômica. Essa organização orientou um programa de ação, designadamente o relatório «Agenda 21», que resultou da segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio+10, em 1992 no Rio de Janeiro. Esse evento internacional reuniu a adoção de 170 governos à meta do «desenvolvimento sustentável» e deu início às tratativas de uma convenção das alterações climáticas. Em 2012, com a cúpula do Rio+20, foram estabelecidos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) oficializados no documento intitulado «O Futuro que queremos» (Lélé, 2013, p. 311; Seixas et al., 2020, p. 63).

O que essa trajetória da questão ambiental revela no âmbito das políticas públicas, sobretudo do século XX, é a difusão do conhecimento das consequências do modo de viver da sociedade urbana e a sensibilização de uma urgência de transformação socioambiental. Nesse sentido, Pereira (2018) afirma que ao passo que a «popularização da ecologia» e o conhecimento dos efeitos da antropização despertaram conscientização e educação ambiental, também interferiram no posicionamento radical do movimento ambientalista, que perdeu espaço para as narrativas empresariais e midiáticas (Pereira, 2018, p. 357).

Na perspectiva de uma contextualização cronológica do percurso da questão ambiental, pode-se reunir componentes de uma transição da visão do papel da natureza, no âmbito de perceber as fundamentações da construção dos relatórios Meadows e Brundtland referidos anteriormente. No entanto, seguramente há perspectivas anteriores à esse contexto e também outras diversas variáveis intrincadas nesse panorama. Ou seja, é importante enfatizar que há uma diversidade de organizações sociais e saberes espalhados pelo mundo e que cronologias não podem ser lidas de maneira estática e restritamente linear, pois há padrões que continuam a se manifestar ainda que surjam outros. Feitas essas observações, o exercício proposto na Figura 4 intentou referir uma perspectiva ampla histórica do momento de difusão

dominantes. Isso revela as disputas por poder que estão inseridas nesse debate. No entanto, essa problemática é extremamente complexa e não poderá ser abordada em profundidade nesse trabalho.

aderência e da influência do movimento ambientalista que despertou uma conscientização ecológica.

Segundo Pereira (2018), essa sensibilidade ecológica pode ser enquadrada em dois momentos: um primeiro relacionado à década de 1970, que adotou uma expressão mais indicativa do futuro do planeta devido aos problemas ecológicos criados pela humanidade e, um segundo, inserido na década de 1980, que assumiu uma postura mais estética da relação da sociedade com a natureza via modernização tecnológica, gestão de recursos e regulamentações política econômicas. Essas manifestações são relativas às narrativas da ecologia que comunicaram suas visões acerca da questão ambiental. De acordo com Pereira (2018), houve uma transformação dessas narrativas, dado que o primeiro período da sensibilidade ecológica discursou acerca dos danos provenientes das práticas industriais e urbanas, a partir de uma perspectiva apocalíptica do futuro e, posteriormente, adotou um olhar mercadológico da situação, estimulando o consumo de produtos «ecológicos» (Pereira, 2018, pp. 350–357).

De acordo com Katz (1998), a partir da década de 1980 surgiu um «ambientalismo corporativo», ou «ecologização» que, em conjunto com a ciência e com investimentos, transformou a natureza em estratégia de acumulação a partir de políticas ambientais de «preservação» e de «restauração», mas também através de privatização de territórios de domínio público. Essa lógica de reprodução da natureza se ampara na ideia de investimento no futuro, mas, no entanto, tem seus limites territoriais bem determinados para que seja controlado o acesso ao recurso ambiental em questão. Na prática, a estratégia insegue a valorização do capital tanto no tempo quanto no espaço ao mobilizar paisagens potencialmente interessantes à elevação dos preços de terras (Katz, 1998, pp. 47–49). Aqui podem ser resgatados os conceitos de «lavagem verde» – que parece estar alinhado com o momento do «ambientalismo corporativo» – e «lavagem da natureza» – que configura práticas mais recentes, nomeadamente virada do milênio, com a preocupação acerca das alterações climáticas – apontados por Smith (2008) e referidos anteriormente.

Nessa mesma linha, Kaika e Swyngedouw (2012) apontam três iniciativas de inserção das questões ecológicas no modelo capitalista de produção, reprodução e consumo na

agenda mundial da política ambiental: uma primeira orientada ao discurso de proteção ambiental, uma segunda da virada do capital para o mercado «verde» e, por fim, outra no âmbito de práticas de financeirização e privatização de bens naturais comuns. Embora essas categorias se diferenciem entre si, seus processos estão interligados (Kaika & Swyngedouw, 2012, p. 103). Essas questões revelam algumas teias de contestação inseridas nessa temática, que manifestam as disputas de narrativas acerca da natureza e do meio ambiente em um contexto de uma extensiva cultura urbana industrial homogeneizadora e de escalada do neoliberalismo.

Ainda que o exposto nesse pequeno recorte cronológico seja limitado à alguns enquadramentos, interessa perceber o percurso da mudança de abordagem da questão ambiental, tanto na expressão no território quanto no debate político, sobretudo em tempos mais recentes. Nesse sentido, Harvey (2018 [1996]) afirma que há de se observar rigorosamente os conjuntos produzidos pelas ações humanas baseadas na lógica urbanizadora e sua capacidade de promover desequilíbrios ecológicos com impactos multifacetados no território, bem como a disposição de condições compatíveis com a criação e disseminação de doenças perigosas das mais diversas (Harvey, 2018, p. 243).

O século XXI revela algumas permanências do século passado e demonstra a potencialização dos problemas ecológicos, vide a produção das naturezas da doença pandêmica da Covid-19 no início da década de 20 e das mudanças climáticas com manifestação de temperaturas extremas no Sul Global, que estão a secar os fluxos hidrológicos essenciais para o cultivo de alimentos por exemplo. A análise da mudança do discurso político das estratégias urbanas, sobretudo a partir da lente da ecologia política, pode oferecer ferramentas de reflexão acerca da transformação socioecológica histórica e geográfica do fenômeno da urbanização extensiva. Tendo como referência o quadro teórico apresentado nesse capítulo, será apresentado a seguir o modelo metodológico que orientou as ferramentas analíticas da componente empírica.

PARTE II: Quadro metodológico

Uma pesquisa com procedimentos essencialmente de caráter qualitativo tem como base interpretações, que fundamentam dados coletados (Willig, 2014, p. 136) e apontam significados para compreender questões subjetivas, sobretudo no âmbito social (Hesse-Biber, 2017). Segundo Berg (2001), a abordagem interpretativa de análise de dados qualitativos pode fornecer ferramentas para a construção de repertórios textuais repletos de significados, que analisados e sistematizados tem a capacidade de indicar modelos de comportamentos e de atividades sociais (Berg, 2001, p. 238). De acordo com Hesse-Biber (2017), a pesquisa qualitativa, de uma maneira geral, utiliza componentes textuais, imagéticos e morfológicos para elaborar narrativas subjetivas.

Na perspectiva de explorar a condição de mudança, pesquisar o «como» direciona a investigação para uma estratégia de estudo de caso que tem o fator temporal como elemento fundamental para o percurso analítico (Blaikie, 2000, p. 83; Yin, 2001, pp. 25–26). Segundo Hesse-Biber (2017), a abordagem exploratória de estudo de caso proporciona um leque de opções de coleta de dados que podem manifestar outras teorias, bem como indicar caminhos para outros contextos. Ademais, a utilização de estudos de caso coletivos possibilita uma análise ainda mais abrangente, que contribui para a elaboração de comparativos e analogias e conduz os casos à uma posição mais secundária face à um desenvolvimento teórico (Berg, 2001, p. 229; Hesse-Biber, 2017).

Sendo o estudo de caso «uma estratégia de pesquisa abrangente» (Yin, 2001, p. 33), esta reúne técnicas de coleta e de análise de dados que contam com uma variedade de materiais. No âmbito dos casos múltiplos, deve-se seguir uma lógica de replicação da experimentação nos estudos, de maneira a levantar cruzamentos e comparativos das evidências (Yin, 2001, pp. 68–69). Para analisar os dados, é necessário interpretá-los e filtrar as informações através de classificações orientadas à temática da pesquisa.

O método de análise de conteúdos qualitativos fornece ferramentas para explorar significados materiais de maneira sistemática, a partir de interpretação de objetos textuais e seus contextos. Basicamente, o que a análise de conteúdos intenta é o estudo de grupos de textos para perceber abordagens e referências de elementos

contidos ou não no conjunto textual. Dessa maneira, é um recurso eficiente para captar padrões e indicar características inseridas ou ausentes no discurso (Hesse-Biber, 2017). Assim, pode contribuir com uma análise de ideias dominantes e também com a verificação de tendências sociais inseridas em processos históricos (Berg, 2001, p. 28).

Há outras duas questões interessantes sobre o método de análise de conteúdos, como a possibilidade de investigar o percurso de processos em desenvolvimento com um recorte temporal mais longo, a partir de diversos materiais como documentos, relatos jornalísticos, iconografia, registros em arquivos, observação, entrevista, entre outros. Essa metodologia permite também autonomia no levantamento de dados e no desenvolvimento de correlações diversificadas, a partir da elaboração de categorias de análise de dados (Berg, 2001, p. 258).

De acordo com Dey (2005), o desenho de categorias analíticas tem como base subjetividades derivadas da linguagem textual para extrair dados e designar relações possíveis entre os conteúdos coletados. A criação de categorias é um exercício criativo que requer pensamento lógico e sistemático, no sentido de considerar tanto a característica de cada tópico, quanto a relação do conjunto das categorias elaboradas para que sejam adequadas à geração de dados para análise (Dey, 2005, pp. 100–103). Portanto, a técnica da análise categorial reúne características em comum dos elementos contidos nos conteúdos em estudo e, por analogia, indica agrupamentos temáticos que organizam as ideias e fornecem dados (Bardin, 2011, pp. 147–148).

Uma outra componente importante nas pesquisas qualitativas refere-se à realização de entrevistas, que podem ser desenhadas de diversas formas. Nesse sentido, o método de entrevistas semiestruturadas permite maior fluidez no desenvolvimento pois utiliza de perguntas mais abertas e exploratórias. Assim, oferece oportunidades de exploração de tópicos não pré concebidos na estruturação do guia da entrevista, dando liberdade, portanto, à pessoa que está a ser entrevistada partilhar outros pontos de vista (Hesse-Biber, 2017). A partir do referencial abordado, a seguir serão apresentadas perspectivas metodológicas e o desenho da investigação.

1. Perspectivas metodológicas

Ainda que a temática da natureza seja complexa em termos de definição do que é «natural», o significado de natureza em contextos urbanos considerado nessa pesquisa se baseou na interpretação de Angelo (2020, p. 12), que se refere às unidades de reprodução de naturezas produzidas, domesticadas e implantadas na cidade, como espaços abertos verdes compostos por plantas, árvores, lagos e animais que interagem com esses elementos.

Em virtude dos processos intensos e extensivos de urbanização, as narrativas da questão ambiental no âmbito da governança urbana podem vir a mostrar tentativas de mudança de trajetória, em busca de mitigação dos desdobramentos do modelo de produção do espaço. Nesse aspecto, Portugal como Estado-membro da União Europeia se insere nas orientações estratégicas europeias, que exercem influência nas diretrizes temáticas de desenvolvimento através de orientações estratégicas e legislativas, como por exemplo a Política da Coesão (European Commission, 2021), a Governança Multinível da Agenda Urbana (European Commission, 2019) e o Pacto Ecológico Europeu (Comissão Europeia, 2019), entre outras. Esse fenômeno designado por «europeização das políticas públicas» parte dos princípios da Comissão Europeia de fomentar um desenvolvimento policêntrico do território europeu fundamentado na lógica da coesão territorial (Dias & Seixas, 2017, pp. 5–6, 2019, p. 48).

Tendo essas questões como pano de fundo, a estratégia e os métodos de pesquisa foram delineados para iluminar tendências de transformação de narrativas político ambientais urbanas de um passado recente para a atualidade. Nesse sentido, foram elaborados alguns argumentos a serem explorados através da estratégia de estudo de casos múltiplos:

- A disseminação da discussão da questão ambiental contemporânea pressiona ações multinível para estimular um convívio mais equilibrado entre a sociedade urbana e a natureza através de iniciativas de renaturalização e de melhorias de qualidade de vida (European Commission, 2015). As localidades que orientam estratégias nesse sentido tendem a obter destaque no cenário competitivo

territorial, seja via acesso à financiamentos, seja a partir de divulgação publicitária para atrair investimentos e capital humano.

- A agenda global climática tem se orientado, predominantemente, para soluções voltadas à modernização ecológica que discursam pelo equilíbrio metabólico através das transições energética, de gestão de resíduos e de utilização de recursos. Os planos nacionais, regionais e locais tem, de uma maneira geral, assumido esses compromissos mediante a condução de políticas públicas voltadas especialmente ao setor tecnológico.
- A condição de alta complexidade e de difusão dos desafios contemporâneos exige esforços ecossistêmicos que requerem planejamento além fronteiras administrativas e institucionais e sobretudo com participação cidadã ativa. Dado que componentes ambientais superpõem áreas de diferentes superintendências, rearranjos políticos tem sido praticados para que estratégias de coesão territorial se reproduzam e também para que a implementação de projetos seja mais eficiente.

Os métodos apresentados anteriormente – análise de conteúdos, análise categorial e entrevistas semiestruturadas – sustentaram o quadro metodológico dessa investigação. Essas técnicas se aplicam aos materiais existentes que, por sua vez, se inserem em contextos mais abrangentes sendo, portanto, apropriadas para variados tipos de conteúdos a serem utilizados. Por esse motivo, se fazem pertinentes à articulação de processos dedutivos, relativos à captação de conteúdos de documentos, e indutivos, correspondentes ao contexto dos argumentos e dos objetivos da pesquisa.

A partir de conceitos e de teorias mais abrangentes, a pesquisa seguiu, portanto, um caminho fundamentalmente qualitativo mais exploratório, que pretendeu investigar de que maneira o discurso político estratégico do planejamento territorial tem se transformado para estimular mudança de paradigmas socioecológicos urbanos de territórios concelhios inseridos na Área Metropolitana do Porto a partir dos argumentos expostos, da pergunta central e dos objetivos. O Quadro 3 detalha a estrutura geral da pesquisa com a questão central, objetivos e metodologias.

Quadro 3. Estrutura geral da pesquisa

Questão central	Objetivos	Metodologias
De que forma o discurso estratégico dos PDMs dos concelhos da AMP estão a fomentar mudanças socioecológicas?	GERAIS. Explorar teorias socioecológicas e discussões acerca das relações entre sociedade, natureza e urbanização através de reconstrução histórica; Perceber a linguagem estratégica do planeamento territorial para dinamizar iniciativas ao nível local; Desenvolver um ensaio metodológico de análise de documentos estratégicos de instrumentos de ordenamento do território.	Revisão da literatura; Análise documental.
	ESPECÍFICOS. Verificar a transformação de abordagens dos objetivos estratégicos dos PDMs acerca da relação da sociedade e natureza; Explorar tendências e visões estratégicas do planeamento territorial no âmbito socioecológico; Identificar relações intermunicipais pela transformação socioecológica na AMP.	Análise de conteúdos; Análise categorial; Entrevistas semiestruturadas.

Fonte: elaboração própria.

No âmbito do estudo de caso, os modelos metodológicos de análise de conteúdos de documentos estratégicos propostos por Dias et al. (2020) e por Dias e Seixas (2017) nortearam uma parte do processo dessa investigação. Acerca dos caminhos considerados, foram utilizadas duas abordagens territoriais: a metropolitana – designadamente Área Metropolitana do Porto – e a concelhia – referente aos municípios integrantes da AMP. Nesse sentido, é interessante olhar paralelamente estratégias metropolitanas e locais, em busca de uma visão mais abrangente que possa indicar relações e influências entre as partes. A AMP por apresentar tendências policêntricas (Cunha Dias et al., 2020, p. 49), pode vir a contribuir com análises de cenários variados.

Um segundo ponto diz respeito ao material da análise, designadamente o instrumento de ordenamento do território dos Planos Diretores Municipais. O PDM representa o instrumento fundamental de ordenamento do território em Portugal, sobretudo com a exigência da União Europeia para o acesso à financiamento de programas (Oliveira & Breda-Vásquez, 2016, p. 87). A sua importância está atrelada às orientações

estratégicas do desenvolvimento territorial municipal ou intermunicipal, que compete à definição de diretrizes, da execução e da programação ao nível mais local e material do ordenamento do território (Decreto-Lei n.º 80/2015. Regime Jurídico Dos Instrumentos de Gestão Territorial, 2015). Nesse sentido, a escala municipal tem uma maior sensibilidade territorial para encaminhar ações e diretivas concretas a partir da visão estratégica de mudanças socioecológicas.

A terceira questão se apoia no plano de tecer uma reconstrução histórica específica que considera o discurso estratégico do passado mais recente e o compara com o prospectivo. Nesse aspecto, o processo de revisão dos PDMs, que começou a partir de 2014/2015 com o prazo final até 2020 – sendo que em alguns casos a pandemia do COVID-19 impactou o processo e a finalização da revisão foi adiada –, oportunizado pela reformulação do sistema de classificação do solo proposta pela LBOTU (Lei n.º 31/2014. Lei de Bases Gerais Da Política Pública de Solos, de Ordenamento Do Território e de Urbanismo, 2014) do novo RJGT (Decreto-Lei n.º 80/2015. Regime Jurídico Dos Instrumentos de Gestão Territorial, 2015), favorece uma reorientação a favor de abordagens mais estratégicas e inseridas nos paradigmas contemporâneos da questão socioambiental (Cunha Dias et al., 2020, p. 45).

Assim, essa investigação teve a oportunidade de olhar para as estratégias dos PDMs já revistos ou em processo de revisão face às antecessoras à última atualização, de maneira a desenvolver um ensaio que intenta identificar mudanças de discurso e discursos de mudança acerca da questão socioecológica em contextos urbanos da AMP.

As componentes qualitativas, por estarem diretamente ligadas à interpretação, são desafiadas à lidar com a subjetividade do exercício de realizar abstrações e generalizações. Ao passo que a adoção de multi métodos é fundamental para que uma pesquisa qualitativa seja robusta, a ação de recortar é transversal e contínua no percurso da investigação. Assim, escolhas são feitas na trajetória de pesquisa de modo a assumir caminhos realizáveis no espaço de tempo em que a investigação se insere. No entanto, ainda que recortes sejam situados, não necessariamente são limitados. Nesse sentido, a escolha de abordagem de uma parte da totalidade dos instrumentos

de ordenamento territorial e um fragmento específico de um deles não significa que não se tem em consideração o conjunto, mas que uma seleção foi feita para desenvolver e materializar um eixo de análise.

É do conhecimento que o PDM não é o único instrumento de ordenamento do território, que o planeamento territorial não se esgota nesse plano e que os objetivos estratégicos definidos não necessariamente expressam a plenitude da visão estratégica. Contudo, é um instrumento crucial do ordenamento do território, sobretudo na escala mais material, que é a local. E os objetivos estratégicos intentam sintetizar as perspectivas gerais que balizam o programa do PDM. Essas questões valem também para a amostra de entrevistas realizadas, no sentido de ponderar a singularidade de cada experiência relatada, tendo em mente que podem não representar necessariamente uma visão generalizada mas que podem indicar perspectivas.

A utilização do programa de ação metropolitana, designadamente o AMP2020, foi uma escolha consciente de que seu enquadramento pertence à esfera estratégica dos fundos comunitários, não sendo portanto um instrumento de ordenamento do território. Nesse aspecto, o objetivo de revisitar o conteúdo estratégico do programa foi verificar se os concelhos tem vindo a ser influenciados pelas diretrizes mais abrangentes do nível metropolitano e se em termos estratégicos há convergências ou divergências entre as visões estratégicas das duas escalas, local e metropolitana.

Uma outra questão importante a ser destacada refere-se ao material dos objetivos estratégicos contidos nos termos de referências para revisão do PDM delineados nos Relatórios de Fundamentação e Metodologia. É sabido que por ser visões desejáveis para a revisão futura, alguns pontos só se encaixam nessa temporalidade e no âmbito desse exercício prospectivo. Ou seja, alguns termos de referência podem indicar o que se espera do processo de revisão do PDM, não sendo portanto, por vezes, aplicáveis aos objetivos estratégicos do PDM em si. Feitas essas considerações, a seguir será apresentado o detalhamento do modelo de pesquisa, com a explanação dos procedimentos de cada etapa realizada no desenvolvimento da investigação.

2. Desenho da investigação e apresentação dos dados

O processo do desenho da pesquisa empírica partiu de uma série de «leituras flutuantes» – «leitura intuitiva, muito aberta a todas as ideias, reflexões, hipóteses, numa espécie de *brainstorming* individual» (Bardin, 2011, p. 75) – para identificar materiais e documentos, de forma a levantar impressões através da composição de um banco de dados do discurso estratégico dos PDMs na AMP à luz dos objetivos estratégicos propostos nos documentos.

Como já referido, a investigação utilizou «multimétodos» (Hesse-Biber, 2010) qualitativos complementares – pesquisa bibliográfica e documental, análise de conteúdos, análise categorial e entrevistas semiestruturadas –, seguiu a estratégia de múltiplos estudos de caso (Berg, 2001; Hesse-Biber, 2017; Yin, 2001) – com amostragem de alguns concelhos da Área Metropolitana do Porto – explorando períodos distintos dos Planos Diretores Municipais em uma perspectiva de enquadrar visões do passado face as prospetivas.

O contexto material desse exercício se refere à uma visão mais abrangente e global da revisão dos PDMs, não pretendendo portanto verificar em pormenor cada caso isoladamente em sua particularidade. Nesse aspecto, os dados coletados foram processados e interpretados de maneira à perceber melhor narrativas estratégicas de transformação das políticas territoriais socioecológicas em alguns contextos urbanos. Seguindo a sugestão de Hesse-Biber (2017) acerca das etapas de uma análise qualitativa – designadamente preparação, exploração, especificação e redução de dados e interpretação –, o detalhamento do percurso da componente empírica da investigação compõe os tópicos a seguir.

2.1. Preparação de dados

Para analisar o discurso estratégico dos Planos Diretores Municipais e as tendências para o futuro, foi necessário primeiro preparar os dados através da recolha documental de cada concelho dos 17 que constituem a Área Metropolitana do Porto.

Em virtude da extensão, da abrangência e da diversidade de padrão dos documentos, dos contextos territoriais e das temporalidades de aprovação do instrumento, foi necessário recortar um fragmento comum à todos os documentos. Nesse aspecto, foi dada ênfase aos objetivos estratégicos, pois esses sintetizam a visão do plano.

Dessa forma, foi pretendido fazer uma leitura de todos os objetivos estratégicos com especial atenção aos que vinculam a questão socioambiental, verificar textualmente a abordagem dada às diretrizes que mais se encaixam nas importâncias da pesquisa e traçar comparativos entre os concelhos, bem como em relação à visão estratégica metropolitana da AMP. A seguir serão apresentados todos os passos com os procedimentos ilustrados para o melhor acompanhamento do processo.

- **Passo 1: Recolha de materiais.** Foram coletados nos sítios eletrônicos das autarquias, no mês de fevereiro de 2021, os PDMs em vigor, os antecessores ao que está vigente em casos de aprovação mais recente – como o caso do Porto – , os termos de referência para revisão do PDM referidos nos Relatórios de Fundamentação e Metodologia e o programa estratégico AMP2020.
- **Passo 2: Sistematização dos objetivos estratégicos.** Foram levantados todos os PDMs e dispostos os objetivos estratégicos um a um, lado a lado, em uma tabela sistematizada com todos os territórios organizados por ordem cronológica de aprovação, conforme reproduzido no Quadro 4. A Estratégia 2020 da Área Metropolitana do Porto também foi incluída nesse levantamento, com o objetivo de perceber se as diretrizes do documento podem ter influenciado os planos dos concelhos com aprovação posterior. Com o intuito de verificar tendências, o mesmo procedimento foi realizado com os termos de referência para revisão do PDM inseridos nos Relatórios de Fundamentação, conforme reproduzido no Quadro 5. Algumas informações foram importantes nesse processo, como: ano de aprovação, geração do PDM – 1ª geração centrada nas questões regulamentares de contrução e zonamento, 2ª geração voltada à atratividade socioeconómica, sobretudo do turismo e 3ª geração com uma orientação mais estratégica e focada no ambiente (Cunha Dias et al., 2020, p. 45) —, fase do documento em análise – em alguns casos só foi possível

2.2. Exploração de dados

A etapa de exploração dos dados envolve o exercício de criar analogias, de comparar, de contrapor e de agrupar os dados (Hesse-Biber, 2017). De maneira a explorar sistematicamente os significados materiais, os elementos textuais dos conteúdos coletados foram relacionados em interfaces através do desenvolvimento de categorias analíticas. Conforme a técnica da análise categorial proposta por Bardin (2011, pp. 147–158) – já apresentada e discutida anteriormente – essa parte do percurso metodológico se estruturou através da leitura sistemática dos objetivos estratégicos que iluminou diretrizes que apareceram mais de uma vez. Assim, foi possível detectar padrões que poderiam guiar o desenvolvimento de uma estrutura analítica para avaliação e comparação das estratégias. A seguir serão apresentados em detalhe os passos dessa etapa de trabalho.

- **Passo 1: Análise dos objetivos estratégicos.** A primeira reflexão dos conteúdos se apoiou em coletar abordagens textuais dos objetivos estratégicos e dos termos de referência voltadas às propostas ambientais e socioecológicas. Nesse sentido, foram encontrados três eixos: valorização/qualificação da natureza – abordagens que evidenciem a lógica de integração econômica e ambiental –, preservação/conservação do meio ambiente – com foco na delimitação e proteção de componentes ambientais – e infraestruturação/modernização – enfoque em infraestrutura básica, desenvolvimento sustentável e alterações climáticas a partir de soluções tecnológicas voltadas à prevenção e mitigação de riscos, otimização de utilização de recursos e diminuição de impacto ambiental –, sendo que há também casos em que há mais de uma abordagem. O propósito dessa categorização foi apontar e refletir acerca da visão e do posicionamento de cada um dos concelhos quanto à temática ambiental e também à variabilidade discursiva ao longo do tempo. O Quadro 7¹³ e o Quadro

¹³ Retirados dos documentos: Porto (Relatório Sobre o Estado Do Ordenamento Do Território, 2015, p. 7); Vale de Cambra (Relatório Sobre o Estado Do Ordenamento Do Território, 2018, pp. 131–132); Vila Nova de Gaia (Relatório Do Plano Diretor Municipal, 2008, p. 36); Maia (Regulamento Do Plano Diretor Municipal Da Maia, 2013, p. 23908); Santo Tirso (Relatório Do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso, 2011, pp. 21–22); São João da Madeira (Regulamento Do Plano Diretor Municipal de São João Da

6¹⁴ apresentam as categorias dispostas da cor castanha mais clara à mais escura na mesma ordem das referências textuais apresentadas anteriormente atribuídas à cada objetivo estratégico.

Quadro 7. Análise dos objetivos estratégicos

território	ano	gestor	termo	objetivo estratégico	oe1	oe2	oe3	oe4	oe5	oe6	oe7	oe8	oe9	oe10	oe11	oe12	oe13	oe14	comentários
maia	2008	2	fundamentação	maia 2008															
santa tereza	2010	2	fundamentação	santa tereza 2010															
gondomar	2014	2	fundamentação	gondomar 2014															
arouca	2019	2	fundamentação	arouca 2019															
vale de cambra	2019	2	fundamentação	vale de cambra 2019															
póvoa do varzim	2014	2	fundamentação	póvoa do varzim 2014															
porto	2020	2	fundamentação	porto 2020															
vila nova de gaia	2020	2	fundamentação	vila nova de gaia 2020															
matosinhos	2019	2	fundamentação	matosinhos 2019															

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados.

Quadro 6. Análise dos termos de referência para a revisão do PDM

território	ano	gestor	termo	tr1	tr2	tr3	tr4	tr5	tr6	tr7	tr8	tr9	tr10	tr11	tr12	tr13	tr14	comentários
santa tereza	2011	2	fundamentação	santa tereza 2011														
paredes	2014	2	fundamentação	paredes 2014														
gondomar	2015	2	fundamentação	gondomar 2015														
arouca	2019	2	fundamentação	arouca 2019														
vale de cambra	2019	2	fundamentação	vale de cambra 2019														
póvoa do varzim	2014	2	fundamentação	póvoa do varzim 2014														
vila nova de gaia	2020	2	fundamentação	vila nova de gaia 2020														
porto	2020	2	fundamentação	porto 2020														
vila joão da manóia	2012	2	fundamentação	vila joão da manóia 2012														
olímpia da manóia	2012	2	fundamentação	olímpia da manóia 2012														
tróia	2012	2	fundamentação	tróia 2012														
valongo	2014	2	fundamentação	valongo 2014														
santa maria da feira	2015	2	fundamentação	santa maria da feira 2015														
espinho	2016	2	fundamentação	espinho 2016														
vila do conde	2018	2	fundamentação	vila do conde 2018														
matosinhos	2019	2	fundamentação	matosinhos 2019														

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados.

Madeira, 2012, p. 13679); Oliveira de Azeméis (Regulamento Do Plano Diretor Municipal de Oliveira de Azeméis, 2013, p. 3); Trofa (Relatório Do Estado Do Ordenamento Do Território, 2017, p. 6); Paredes (Regulamento Do Plano Diretor Municipal de Paredes, 2014, p. 13270); Póvoa do Varzim (Relatório Do Plano Diretor Municipal de Póvoa Do Varzim, 2014, p. 33); Valongo (Relatório Do Plano Diretor Municipal de Valongo, 2014, p. 18); AMP (Estratégia AMP2020, 2014, pp. 66–81); Santa Maria da Feira (Regulamento Do Plano Diretor Municipal de Santa Maria Da Feira, 2015, p. 14848); Gondomar (Regulamento Do Plano Diretor Municipal de Gondomar, 2015, p. 32331); Espinho (Relatório Do Plano Diretor Municipal de Espinho, 2016, p. 6); Vila do Conde (Alteração Ao Regulamento Do Plano Diretor Municipal de Vila Do Conde, 2018, p. 24128); Matosinhos (Relatório Do Plano Diretor Municipal de Matosinhos, 2019, p. 97).

¹⁴ Retirados dos documentos: Maia (Relatório de Fundamentação, Metodologia e Programação de Trabalhos, 2018a, pp. 3–4); Santo Tirso (Termos de Referência Para 2a Revisão Do Plano Diretor Municipal, 2018, p. 5); Paredes (Relatório de Fundamentação, Metodologia e Programação de Trabalhos, 2018b, p. 8); Gondomar (Proposta Para Revisão Do Plano Diretor Municipal de Gondomar, 2018, p. 2); Arouca (Relatório de Fundamentação, Metodologia e Plano de Trabalhos, 2019, p. 4); Vale de Cambra (Relatório de Fundamentação Metodologia e Programação de Trabalhos, 2019, p. 6); Póvoa do Varzim (Revisão Do Plano Diretor Municipal Da Póvoa de Varzim, 2019, p. 3); Vila Nova de Gaia (2a Revisão Do Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Gaia, 2020, p. 4); Porto (Relatório de Discussão Pública Do Plano Diretor Municipal, 2020, pp. 37–38).

- **Passo 2: Sistematização de abordagens textuais recortadas.** De maneira a visualizar comparativamente o comportamento das abordagens dos concelhos e da AMP, foram sistematizadas as categorias e os dados em um quadro conforme, representado no Quadro 8 e no Quadro 9. A partir de recolha textual direta, o objetivo com esse primeiro exercício foi buscar tendências de mudança de discurso acerca das visões das relações urbanas com a natureza e com o meio ambiente sem utilizar de competências interpretativas, de maneira a correlacionar perspectivas com as narrativas político ecológicas discutidas na componente teórica desse investigação.

Quadro 8. Abordagens textuais dos objetivos estratégicos

Território	Ano	Valorização/ Qualificação	Conservação/ Preservação	Infraestruturação/ Modernização
Porto	2006	X		X
Vale de Cambra	2008		X	
Vila Nova de Gaia	2008	X		
Maia	2008	X	X	X
Arouca	2009	não consta	não consta	não consta
Santo Tirso	2011	X		X
São João da Madeira	2012			X
Oliveira de Azeméis	2012	X	X	
Trofa	2012	X	X	X
Paredes	2014	X	X	
Póvoa de Varzim	2014	X		X
Valongo	2014	X		X
AMP	2014		X	X
Santa Maria da Feira	2015	X	X	
Gondomar	2015	X	X	X
Espinho	2016	X	X	
Vila do Conde	2018		X	
Matosinhos	2019	X	X	X

Fonte: elaboração própria.

Quadro 9. Abordagens textuais dos termos de referência para revisão do PDM

Território	Ano	Valorização/ Qualificação	Conservação/ Preservação	Infraestruturação/ Modernização
Maia	2018	X	X	X
Santo Tirso	2018	X		X
Paredes	2018	X		X
Gondomar	2018	X	X	
Vila Nova de Gaia	2018	X		X
Arouca	2019	X	X	X
Vale de Cambra	2019	X		X
Póvoa do Varzim	2019	X	X	X
Porto	2020	X	X	X

Fonte: elaboração própria.

- **Passo 3: Modelo de categorias elaboradas por análise de conteúdos.** De acordo com os argumentos a serem explorados nos estudos de caso e nos conteúdos dos documentos analisados, foi desenhado um modelo ordenado por três níveis de determinação, referidos por lentes – que concentram 3 grandes eixos temáticos com foco determinado, ainda que tenham pontos de toque entre si –, domínios – sendo 2 a cada lente, que indicam ramificações de abordagem dos dados – e parâmetros – sendo 3 para cada domínio, que correspondem aos indicadores para análise. Dessa forma, a lente ecológica indica os domínios de manutenção urbana e modernização ecológica, a lente social tenciona os domínios da qualidade de vida e do equilíbrio socioespacial e a lente da governança aponta para a cooperação e a aplicabilidade. O descritivo de todos os itens está representado no Quadro 10. A ideia foi construir uma base referencial para elaborar comparativos tanto globais através das lentes, quanto mais pormenorizados através dos domínios e dos parâmetros.

Quadro 10. Modelo de categorias analíticas

Lente	Domínio	Parâmetros
Ecológica Se refere às esferas de ordem ambiental e da natureza, no âmbito material.	Manutenção urbana Aborda os efeitos da urbanização no espaço designadamente no que se refere ao controle e reversão de impactos ambientais e ao objetivo de cidades mais compactas;	Incentivo à Agricultura Reconhecimento da importância da atividade e estímulo para o seu desenvolvimento no âmbito urbano; Contenção do Espalhamento Restrição e colimação de novas frentes urbanas no âmbito de incentivo à cidade compacta; Contenção da Poluição Detecção e atuação em áreas contaminadas e em atividades poluidoras do meio ambiente na cidade.
	Modernização ecológica Refere às ações em busca da diminuição do impacto das cidades seguindo um pensamento de sustentabilidade urbana pautado em soluções tecnocientíficas.	Mobilidade Sustentável Incentivo à transição tecnológica dos transportes urbanos; Gestão de Recursos Naturais Administração da utilização de recursos naturais nas tratativas de diminuição do uso desenfreado e não consciente; Transição Energética Geral Incentivo de mudança de padrão de uso energético em várias atividades para além da pública.
Social Reúne questões sociais e espaciais no âmbito da urbanização.	Qualidade de Vida Reúne questões relativas à provisão de melhores condições de bem estar para a população humana e não humana;	Espaços Verdes Urbanos Orientações para a importância e propósitos de implantação de mais e melhores espaços verdes urbanos; Gestão de Ecossistemas Coordenação de diversos ecossistemas de maneira a garantir sua preservação e suas conexões; Mobilidade Suave Desincentivo à utilização de automóvel e estímulo ao uso de transporte coletivos e aos deslocamentos ciclo ativos e pedonais.
	Equilíbrio Socioespacial Se concentra na problemática dos usos do solo e correções de infraestrutura para manutenção urbana	Distribuição Custos/Benefícios Equalizar perdas e ganhos na distribuição de atividades no tecido urbano pelas realizações de transformação do solo; Realocação Industrial Reordenamento de unidades industriais para concentrar e consolidar parques infraestruturados fora de contextos residenciais; Infraestrutura Básica Fornecimento igualitário de infraestrutura urbana básica como água, esgoto, telecomunicação, energia, transporte e outras.
Governança Contempla questões da gestão urbana no âmbito do planeamento e da operacionalização das estratégias e dos instrumentos.	Cooperação Posicionamento do concelho em relação às outras instituições, municípios e também à participação da população local nos processos do planeamento;	Integração Intermunicipal Interesse na cooperação entre concelhos de maneira a integrar projetos que transponham limites administrativos; Administração Colaborativa Desenvolvimento de projetos e políticas em colaboração com instituições e outras atividades tanto públicas quanto privadas; Participação Societal Incentivo à processos participativos na concretização, na monitorização e na avaliação do planeamento;
	Aplicabilidade Abrange a operacionalização e as condições de execução para alcance de melhores resultados.	Melhoria de Competências Aperfeiçoamento da capacidade de realização dos objetivos para operacionalização do plano estratégico; Planos Interdisciplinares Compatibilização de diferentes projetos e desenvolvimento integrado de propostas; Modelo Territorial Ajustado Articulação das propostas com contextos e condições locais considerando passado, presente e futuro.

Fonte: elaboração própria.

- **Passo 4: Aplicação do modelo categorial.** Em seguida, todos os concelhos e a AMP foram ordenados por ordem cronológica de aprovação em uma tabela sistematizada com os parâmetros de análise. A aplicação do modelo metodológico qualitativo de categorias analíticas desenvolvido partiu da releitura dos objetivos estratégicos para verificar referências nulas, indiretas e diretas de cada parâmetro nos conteúdos dos objetivos estratégicos de cada território – conforme representado respectivamente da cor cinzenta mais clara à mais escura no Quadro 11 e no Quadro 12 – através da interpretação dos significados dos conteúdos de modo a avaliar o comportamento dos parâmetros de acordo com uma escala de abordagem dos termos. O objetivo

Quadro 11. Análise de conteúdos dos objetivos estratégicos

lentes	domínios	parâmetros	porto 2006	vale de cambra 2009	vila nova de gaia 2009	maia 2006	arouca 2009	santo tiro 2011	são joão da madeira 2012	oliveira de azeméis 2012	trofa 2012	paredes 2014	póvoa do varzim 2014	valongo 2014	AMP 2014	santa maria da feira 2015	gondomar 2015	espinho 2016	vila do conde 2016	matosinhos 2019
ecológico	manutenção urbana	incentivo à agricultura					-													
		contenção de espolamento					-													
		contenção de poluição					-													
	modernização ecológica	mobilidade sustentável					-													
		gestão de recursos naturais					-													
social	qualidade de vida urbana	transição energética geral					-													
		gestão de ecossistemas					-													
		espaços verdes urbanos					-													
	equilíbrio socioespacial	infraestrutura básica					-													
		realoção industrial					-													
governança	cooperação	distribuição de custos e benefícios					-													
		integração intermunicipal					-													
		administração colaborativa					-													
	aplicabilidade	participação social					-													
		melhoria de competências					-													
		planos interdisciplinares					-													
		modelo territorial ajustado					-													

Fonte: elaboração própria a partir de análise de conteúdos.

Quadro 12. Análise de conteúdos dos termos de referência para a revisão do PDM

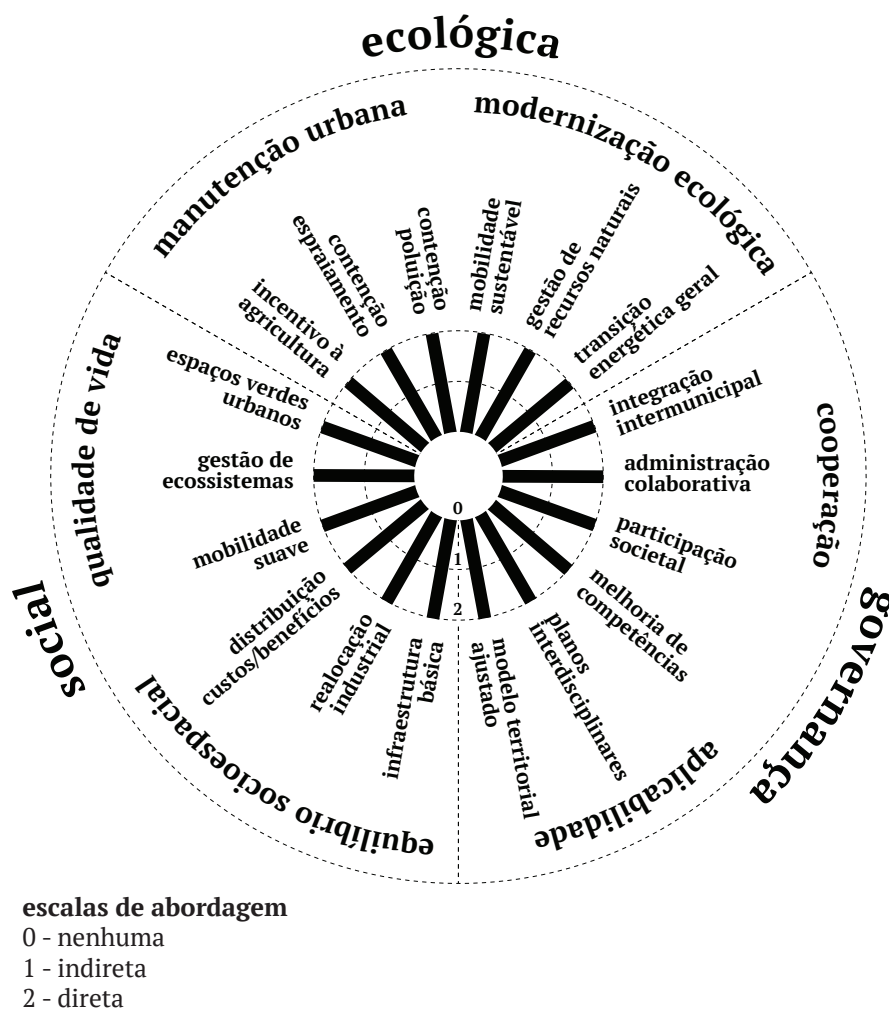
lentes	domínios	parâmetros	maia 2018	santo tiro 2018	paredes 2018	gondomar 2018	arouca 2019	vale de cambra 2019	póvoa do varzim 2019	vila nova de gaia 2020	porto 2020	são joão da madeira	oliveira de azeméis	trofa	valongo	santa maria da feira	espinho	vila do conde	matosinhos
ecológico	manutenção urbana	incentivo à agricultura																	
		contenção de espolamento																	
		contenção de poluição																	
	modernização ecológica	mobilidade sustentável																	
		gestão de recursos naturais																	
social	qualidade de vida urbana	transição energética geral																	
		gestão de ecossistemas																	
		espaços verdes urbanos																	
	equilíbrio socioespacial	infraestrutura básica																	
		realoção industrial																	
governança	cooperação	distribuição de custos e benefícios																	
		integração intermunicipal																	
		administração colaborativa																	
	aplicabilidade	participação social																	
		melhoria de competências																	
		planos interdisciplinares																	
		modelo territorial ajustado																	

Fonte: elaboração própria a partir de análise de conteúdos.

foi compor um mosaico de avaliação dos parâmetros para dar suporte à leitura comparativa do discurso estratégico dos concelhos, à luz da interpretação de tendências com um olhar para a visão do passado recente.

- **Passo 5: Diagrama roseta.** Com o objetivo de explorar uma linguagem gráfica, as informações categoriais já realizadas em formato de tabela foram dispostas em um diagrama roseta. Assim, foi escolhido representar os parâmetros no qual as referências nulas, indiretas e diretas de cada concelho preencheram um gráfico de barras circular, aos moldes da Figura 5. A ideia foi construir uma base representativa a ser aplicada em cartografia para que a componente territorial pudesse ser explorada na leitura de dados.

Figura 5. Diagrama roseta de análise de conteúdos



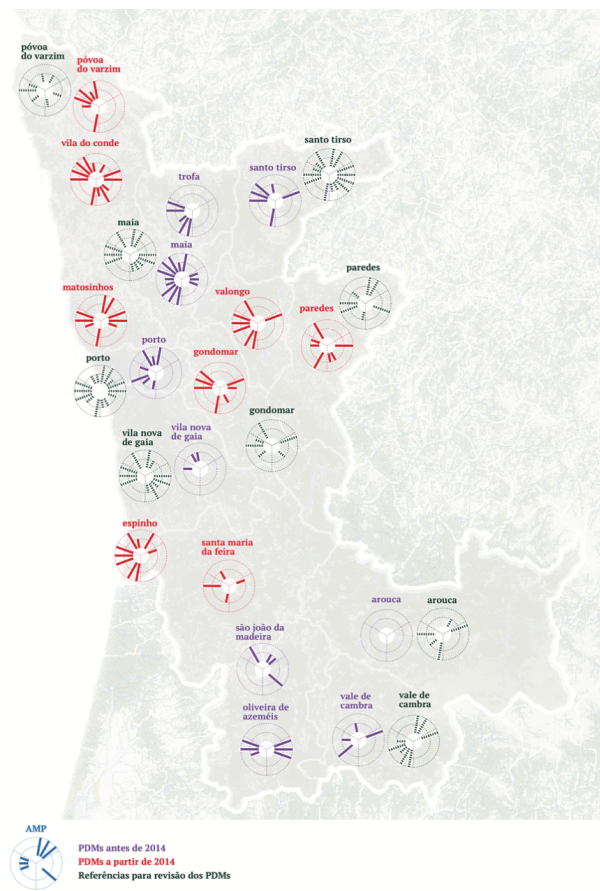
Fonte: elaboração própria.

- **Passo 6: Cartografia do discurso estratégico.** As análises de conteúdos foram aplicadas no modelo de diagrama roseta que foram em seguida inseridas em uma base cartográfica da Área Metropolitana do Porto. A reprodução dos diagramas no esquema cartográfico diferenciou os PDMs antes de 2014 e depois de 2014 – devido à aprovação do novo RJGT que oportunizou uma nova geração de PDMs (Cunha Dias et al., 2020, p. 47) – e os diagramas com a análise dos termos de referência foram apontados como tendências para o futuro, conforme representado na Figura 6¹⁵.

Conforme referido anteriormente, a abordagem exploratória de estudo de caso proporcionou variedades de dados que favorecem discussões teóricas, sobretudo com a utilização da estratégia de estudos de casos coletivos, como escolhido nessa pesquisa. A etapa de exploração dos dados além de gerar uma série de conteúdos interessantes para análise, também configurou um ensaio metodológico exploratório que construiu bases possíveis para replicação noutros casos. Nesse contexto, a pesquisa avançou para a etapa seguinte, que intentou aproximar mais a análise em direção à algumas amostras mais locais, de maneira a complementar dados e a validar a análise qualitativa realizada nas etapas de exploração de dados.

¹⁵ O concelho do Porto foi representado na categoria de referências pois o PDM foi aprovado após a realização do mapa.

Figura 6. Diagramas roseta dos concelhos da AMP



Fonte: elaboração própria.

2.3. Especificação e redução de dados

Essa etapa correspondeu à coleta de dados mais aproximados através de releitura dos documentos estratégicos e de complemento de informação por relatos da experiência de profissionais do planejamento e da governança, a partir de entrevistas semiestruturadas. Em termos estratégicos, foram selecionadas algumas amostras que correspondem à uma parte dos concelhos da AMP, pois era mais interessante coletar um número reduzido do que realizar o exercício em todos os 17 concelhos. Em suma, o processo metodológico partiu da recolha de dados dos PDMs e dos Relatórios de Fundamentação – quando disponível – de todos os concelhos, para a realização de uma análise mais abrangente que fornecesse bases para uma amostragem mais

reduzida e focada em estudo de casos múltiplos, nomeadamente de alguns concelhos. O percurso dessa fase será exposto nos tópicos a seguir.

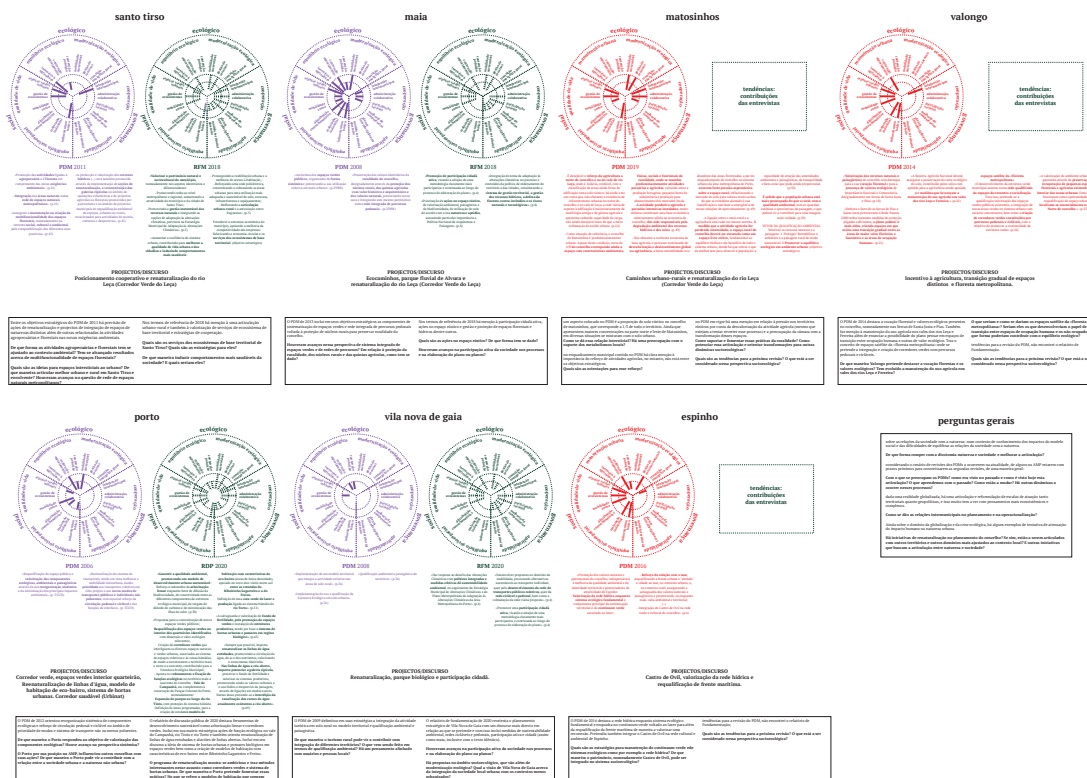
- **Passo 1: Amostragem de concelhos.** Em relação à escolha de concelhos para estudo de casos múltiplos, algumas questões foram levadas em consideração: localização geográfica – territórios limítrofes à cidade do Porto devido a sua representatividade e influência na AMP –, geração do PDM, casos em que houve uma notável mudança de discurso, municípios que não tinham disponibilizado seus termos de referência para revisão do PDM de modo que as entrevistas pudessem fornecer informações sobre tendências e também o fator de propostas interessantes nos objetivos estratégicos. O Quadro 13 expõe as amostras e indica as motivações da escolha de cada uma delas.
- **Passo 2: Elaboração de guia de entrevista.** Antes de elaborar um modelo de entrevista, foram desenhadas fichas com as rosetas, com alguns fragmentos retirados dos documentos estratégicos, e perguntas específicas, conforme ilustrado na Figura 7. O objetivo foi elaborar uma parte da entrevista focada no concelho e outra com perguntas comuns à todos os casos. Um primeiro ensaio de perguntas para entrevistas semiestruturadas foi aplicado em um estudo de caso piloto, nomeadamente no concelho de Matosinhos. Após essa aproximação, o guião foi repensado e redesenhado de maneira a agrupar as perguntas em cinco tópicos temáticos – sendo o último deles direcionado para a apresentação e discussão do exercício das rosetas – para deixar a entrevista mais livre de maneira que as pessoas entrevistadas pudessem responder conforme fosse mais conveniente. Foi decidido, portanto, realizar entrevistas semiestruturadas com perguntas mais gerais e comuns aos concelhos, para que durante a experiência pudessem ser levantadas outras questões mais específicas à cada território. O Quadro 14 reproduz o guia de entrevista usado.

Quadro 13. Amostragem de concelhos para estudo de casos múltiplos

concelho	critérios de escolha	justificativas
Porto	revisão do PDM na fase final; caráter de influência na AMP.	PDM aprovado em 2021; concelho mais influente na AMP; Proposta interessante: Laboratório de inovação na sustentabilidade.
Matosinhos	geração recente do PDM; discurso estratégico direto no PDM.	A entrevista nesse caso pode vir a trazer contribuições de tendências para o futuro pois o PDM foi aprovado em 2019; Proposta interessante: Esforço intermunicipal de renaturalização do rio Leça.
Maia	geração pré 2014 do PDM; tendências de mudança estratégica.	PDM apresentava um discurso estratégico direto; Propostas interessantes: Esforço intermunicipal de renaturalização do rio Leça, ecocaminhos e parque fluvial de Alvura.
Santo Tirso	geração pré 2014 de PDM; tendências de mudança estratégica.	Evidente mudança de abordagem do discurso estratégico entre o PDM e os termos de referência para revisão; Proposta interessante: Esforço intermunicipal de renaturalização do rio Leça.
Valongo	geração pós 2014 do PDM; discurso estratégico direto no PDM.	A entrevista nesse caso pode vir a trazer contribuições de tendências para o futuro pois os termos de referência não constam no sítio da câmara; Proposta interessante: floresta metropolitana.
Espinho	geração pós 2014 do PDM; discurso estratégico direto no PDM; caráter geográfico do concelho.	A entrevista nesse caso pode vir a trazer contribuições de tendências para o futuro pois os termos de referência não constam no sítio da câmara; Menor concelho da AMP localizado no litoral com preocupação hídrica.
Vila Nova de Gaia	geração pré 2014 do PDM; revisão do PDM em discussão; tendências de mudança estratégica.	A entrevista nesse caso pode vir a trazer contribuições de tendências para a revisão em curso do PDM; Abordagem interessante: ênfase na participação cidadã ativa.

Fonte: elaboração própria.

Figura 7. Fichas guia do primeiro exercício de elaboração de perguntas para entrevistas



Fonte: elaboração própria.

- Passo 3: Realização das entrevistas.** As entrevistas seguiram um ensaio exploratório que reuniu dois perfis de pessoas entrevistadas, sendo alguns de carácter técnico, designadamente 4 casos, e outros político, representados por 2 casos, para que fossem levantadas perspectivas, experiências e discursos diferenciados. As entrevistas foram realizadas remotamente em duas etapas: uma primeira parte com a exposição do conjunto das perguntas e, em seguida, uma segunda seção que focou na apresentação e discussão do estudo qualitativo dos gráficos roseta realizados. O objetivo do segundo tópico foi validar o exercício metodológico e solicitar quaisquer outras contribuições com a análise.
- Passo 4: Proposta de exercício de contribuição.** Em acordo com o ensaio aberto exploratório, foi estruturada uma proposta de exercício disposta em apresentação com tópicos de contribuição a serem preenchidos pelas pessoas entrevistadas, pois uma reflexão acerca da leitura realizada por essa investigação poderia ser melhor realizada após a entrevista. Assim, foram enviadas à elas por e-mail para que retornassem uma versão com comentários, sugestões e críticas. A Figura 8 reproduz sinteticamente a proposta enviada.

Quadro 14. Guia de perguntas para entrevista semiestruturada

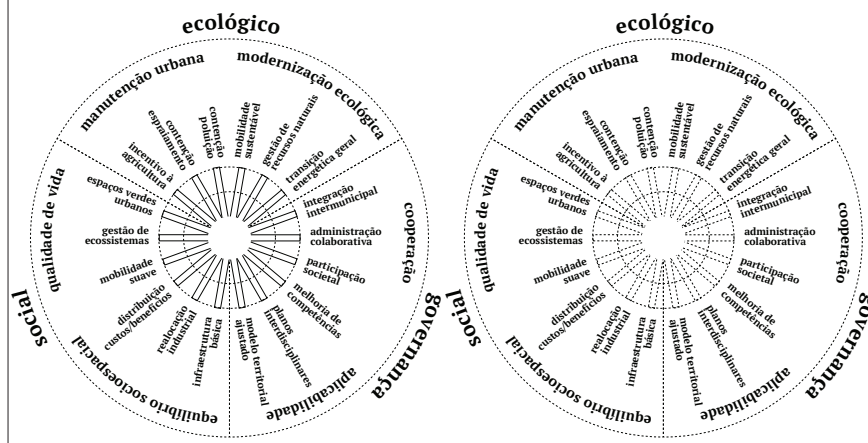
Eixo Temático	Perguntas
I. Conceptual	Num contexto em que se estão a reforçar as relações da sociedade com a natureza e existem dificuldades em equilibrar essas relações: De que forma a Câmara Municipal está a procurar romper com a dicotomia natureza e sociedade e melhorar a articulação? De outra forma, como é que o município abordava esta questão e como é que a aborda atualmente?
II. Instrumentos de planeamento	Considerando os PDMs, no passado e no atual cenário de revisões Nesta temática, como era no passado e como é hoje se vê essa articulação? O que aprendemos com o passado? O que se mantém e o que está a mudar? Há outras dinâmicas a ocorrer nesses processos?
III. Articulações territoriais e geopolíticas	Hoje em dia, há uma maior articulação e reformulação de escalas de atuação, tanto territoriais quanto geopolíticas, e isso relaciona-se com abordagens mais ecossistémicas e complexas. Como é que estão a ocorrer essas relações intermunicipais no planeamento e na sua operacionalização? Dê exemplos.
IV. Visões, experiências, dinâmicas em curso	Ainda no atual contexto de crise ecológica, há tentativas de atenuação do impacto humano na natureza. No município, há iniciativas de renaturalização de áreas artificializadas? Dê exemplos. Estão a ser articulados com outros territórios ou noutros domínios, procurando um maior ajustamento aos contextos locais? E existem outras iniciativas que buscam uma maior articulação entre a natureza e a sociedade?
V. Diagrama de síntese dos objectivos estratégicos e termos de referência para revisão dos PDMs	Na execução destes instrumentos, cumpriu-se estes objectivos ou podemos construir um novo esquema?

Fonte: elaboração própria.

Figura 8. Ficha proposta de exercício de contribuição com a investigação

Conforme apresentado na entrevista, o trabalho de sistematização dos objetivos estratégicos em categorias de análise qualitativa dos PDMs da AMP teve como objetivo sintetizar a narrativa estratégica municipal. A pesquisa pretende identificar de que forma o planeamento territorial (PDM) está a fomentar mudanças socioambientais. Adotamos uma metodologia aberta exploratória e, por isso, a vossa opinião é de grande contributo para esta síntese.

1. Apresentação da descrição dos critérios de análise dos objetivos estratégicos, definidos para a leitura dos PDMs de todos os concelhos da AMP. Se pretender poderá fazer algum comentário.
2. Tendo a matriz de análise descrita anteriormente em consideração, gostaríamos de pedir a vossa contribuição acerca da leitura realizada e expressada nos gráficos roseta. Gostaríamos de saber se concordam ou se consideram que existem falhas e possibilidades de melhoria da nossa sistematização dos PDMs.
3. Exercício de reflexão: Gráficos roseta em branco para preenchimento pelas entrevistadas e entrevistados da maneira que desejar.
 - a) No primeiro gráfico gostaríamos de saber como foi a operacionalização do PDM anterior. Para isso, basta preencherem o gráfico do lado esquerdo.
 - b) No gráfico do lado direito, gostaríamos que respondessem à seguinte questão: como pensam que vai ser operacionalizado no futuro o atual PDM, e de certa forma as políticas municipais complementares? Para isso, basta preencherem o gráfico do lado direito.



Fonte: elaboração própria.

Assim como a etapa de exploração de dados desenvolveu um ensaio metodológico mais abrangente, os procedimentos que constituíram essa fase foram fundamentais para uma perspectiva mais focada que também pode ser aplicada futuramente. Nesse sentido, as ferramentas analíticas desenvolvidas no âmbito das duas etapas apresentadas foram suficientes para produzir dados complementares a serem interpretados na etapa que foi concretizada em seguida. A utilização de um método aberto de pesquisa e de entrevistas semiestruturadas permitiram outros enfoques não previstos no começo do percurso, contribuindo assim para descobertas metodológicas e desenvolvimento de competências de análise. A seguir será apresentado o modelo de interpretação dos dados coletados utilizado para a discussão de resultados.

2.4. Interpretação

De acordo com Hesse-Biber (2017), interpretação e análise não tem suas trajetórias divergentes, mas, pelo contrário, em simultâneo ocorrem os procedimentos de levantamento, análise e interpretação de dados. Tendo isso em mente, essa etapa intitulada interpretação não se aplica só à fase subsequente das fases apresentadas anteriormente, dado que essa investigação teve o exercício da interpretação como eixo crucial e contínuo no processo como um todo.

Como referido anteriormente, a escolha por metodologias qualitativas múltiplas confere à pesquisa uma amplificação de dados ao ponto em que, entretanto, a investigação pode seguir rumos que fogem à questão central. Para evitar que isso ocorra, foram retomados o percurso metodológico, os objetivos específicos e a pergunta de pesquisa, de maneira a desenhar um modelo de interpretação dos dados. Assim, tendo realizado todo o levantamento de dados, essa etapa correspondeu à sistematização da análise.

Vale ressaltar, mais uma vez, que importa à essa pesquisa olhar para uma trajetória de mudanças do discurso socioecológico. Assim, o caráter narrativo foi de extrema relevância para alcançar os objetivos desse trabalho. Nesse contexto, foi utilizada uma análise do discurso em que visões, propostas, tendências e interfaces puderam iluminar significados e interpretações comparativas. Levando em consideração que, de uma maneira geral, duas grandes etapas metodológicas foram desenvolvidas – mapa de diagramas roseta e entrevistas semiestruturadas –, duas interpretações de narrativas, portanto, balizaram a discussão dos resultados.

Com a análise das narrativas cartográficas do discurso estratégico e com a das perspectivas técnicas e políticas, uma possibilidade de comparação das duas narrativas pode indicar padrões de tendências da mudança do discurso socioecológico. Ou seja, levantar pontos em comum e/ou conflitantes entre a linguagem das palavras documentadas e a das faladas pode vir a revelar pontos interessantes. O que foi tencionado nesse tópico se refere à exposição de critérios relevantes para a discussão de resultados, que será apresentada no capítulo a seguir.

PARTE III: Discussão de resultados

Como já discutido anteriormente, a expressividade da discussão acerca das questões ambientais conduziu a necessidade de rearranjos institucionais e governamentais para articular respostas à problemática. Nesse sentido, discutir aspectos das políticas significa abordar a importância da governança, sobretudo em domínios transversais como o ambiental. No caso de Portugal, as políticas do ambiente começaram a ser tratadas pelo Estado sobretudo a partir da década de 1970, altura em que obras públicas, principalmente voltadas à questão da água e do saneamento, foram realizadas para fazer a manutenção do funcionamento das cidades.

Como não é pretendido nessa investigação se debruçar no enquadramento histórico das políticas ambientais portuguesas, foi recorrido à reconstrução histórica de Queirós (2002) para levantar alguns pontos importantes que contextualizam o desempenho da questão ambiental em Portugal em termos de peso político. Com base na explanação da trajetória das políticas ambientais realizada pela autora, o ano de 1987 foi um marco para a política do ambiente portuguesa, designadamente através da Lei de Bases do Ambiente e da Lei das Associações de Defesa do Ambiente, movimentos que tem a ver com a adesão de Portugal à União Europeia em 1986 que, por sua vez, reforçou o conjunto orçamentário e legislativo para concretizar iniciativas, sobretudo a partir da Política da Coesão europeia que focou em aspectos socioeconômicos de infraestrutura, emprego e renda e de competitividade (Medeiros, 2020; Queirós, 2002). Ou seja, o fenómeno da «europeização», como já mencionado anteriormente, é fundamental para perceber a trajetória e as dinâmicas das políticas ambientais em Portugal enquanto Estado membro.

No entanto, de acordo com Ferreira et al. (2015, p. 19), esse movimento não significou propriamente uma convergência de esforços internos e externos, devido às dificuldades institucionais de implementar políticas ambientais de orientação europeia. Nesse aspecto, Ferreira et al. (2015) afirma que:

«Talvez por isso, os portugueses se distingam dos restantes cidadãos da EU pela maior ênfase atribuída aos problemas ambientais básicos, considerados de

«primeira geração», ligados nomeadamente ao saneamento, em detrimento dos problemas designados de «segunda geração», como são os casos das alterações climáticas, dos recursos naturais e dos hábitos de consumo» (Ferreira et al., 2015, p. 19).

Nesse contexto, os problemas de «segunda geração» já estão mais aderidos no discurso da política europeia enquanto em Portugal tem começado a ter maior expressividade. Como efeito, o inquérito do ISSP de 2012 apontou que a percepção de portugueses tem se firmado mais crítica quando o assunto é o desempenho do país na matéria do ambiente, revelando um ganho de consciência e de preocupação pública com essa problemática, conforme apresentado por Ferreira et. al (2015, p. 23).

No âmbito de políticas mais recentes, de acordo com a análise de Medeiros (2020, p. 12) acerca da estratégia Portugal 2020, genericamente, foram mantidas diretrizes do programa europeu da Política de Coesão ao nível dos projetos selecionados, que por sua vez, não se orientaram para uma visão mais estratégica nacional. Em contrapartida, esforços para a promoção de preservação ambiental tiveram visões mais globais com um perfil territorial mais equilibrado. Nesse sentido, a componente de sensibilização socioambiental, amparada nas ações educacionais e sociais acerca das mudanças climáticas e na importância da coleta seletiva de lixo, também manifestou uma crescente nos projetos aprovados (Medeiros, 2020).

Nesse sentido, discutir as mudanças dos problemas ambientais, que passaram de locais para globais, de distinguíveis para difusos, de curto para longo atraso e de baixa para alta complexidade (Holmberg & Karlsson, 1992, p. 91), significa rever mecanismos de gestão de problemas em todos os níveis. Contudo, interessou nessa investigação olhar para as narrativas estratégicas aos níveis mais locais em busca das visões ecossistêmicas dessa escala, a partir dos discursos da mudança e as mudanças de discurso quer em termos de resposta, quer em perspectivas de propostas dos contextos urbanos da AMP.

Em termos gerais, a leitura dos documentos estratégicos das escalas metropolitana e municipal, sobretudo dos conteúdos dos objetivos estratégicos, trouxeram uma visão

global dos enquadramentos dos planos de caráter político, estratégico e territorial, que buscam responder às lógicas orientadas pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). Nesse sentido, percebe-se genericamente algumas diretrizes em comum presentes nos discursos nos planos, como as dimensões da coesão territorial, da competitividade e da promoção do turismo.

Tendo em conta essas questões e as apresentadas no enquadramento metodológico, este capítulo reúne as análises desenvolvidas. Logo, está dividido entre três eixos de discussão de resultados, sendo o primeiro mais orientado aos resultados de uma análise de linguagem, em que foram ressaltados termos específicos dos objetivos estratégicos do discurso do ordenamento do território dos PDMs e da estratégia metropolitana, designadamente nos perfis de valorização/qualificação, de conservação/preservação e infraestruturação/modernização. Nessa primeira parte foi feita uma análise mais conceitual da linguagem estratégica do ordenamento do território, no sentido de identificar padrões.

Em seguida, estão os resultados da análise de conteúdos conduzida pela elaboração de categorias analíticas do discurso estratégico, tanto do nível do que está em vigor, quando do que são as expectativas para a revisão do plano diretor. Dessa forma, foram discutidos os resultados de cada nível analítico, nomeadamente as lentes, os domínios e os parâmetros, utilizados para avaliar as abordagens das narrativas estratégicas quanto ao grau de expressividade, podendo ser nula, direta ou indireta. Nesse sentido, foram avaliados os tópicos mais ou menos presentes em cada discurso municipal.

A terceira parte do capítulo apresenta as reflexões acerca das entrevistas realizadas com alguns concelhos específicos da AMP. Como referenciado anteriormente, alguns casos foram escolhidos para realizar entrevistas, podendo ser com perfis técnicos ou políticos. De maneira a resguardar as identidades, não foram referenciados os nomes, nem as posições profissionais e pelouros das pessoas entrevistadas. Como as entrevistas foram conduzidas a partir de temáticas que reuniram perguntas específicas, a apresentação dos resultados foi organizada de acordo com a estrutura do modelo de entrevista.

1. Abordagens dos objetivos estratégicos

No âmbito da linguagem dos discursos estratégicos dos PDMs e da AMP acerca da questão ambiental, três abordagens foram mais presentes nos objetivos. Como referido de maneira sucinta anteriormente, a primeira delas se refere à um modelo que evidencia lógicas de valorização e qualificação da natureza, no sentido de utilizar do meio ambiente como potencial recurso de integração social, econômica e ambiental. O segundo modelo tem o seu discurso mais alinhado à conservação e preservação do meio ambiente, com o objetivo de frear o espraiamento urbano e também para reverter impactos ambientais da lógica expansionista urbana a partir de demarcação de espaços para assegurar uma condição supostamente inalterada. Já o terceiro modelo evidencia a infraestruturação e a modernização, em que gestão e tecnologia são fundamentais no discurso que se apresenta voltado ao atendimento de necessidades básicas, desenvolvimento sustentável, gestão de recursos e alterações climáticas. Há casos também que manifestam modelos híbridos.

Inevitavelmente, toda ideia de valorização da natureza parte do esforço da preservação. No entanto, há aspectos diferentes entre preservar e valorizar no âmbito da relação estabelecida com o entorno. De acordo com Katz (1998, p. 56), a preservação por partir do princípio da exclusão física de territórios, muitas vezes são desconsideradas as questões sociais, econômicas, culturais e políticas dos contextos submetidos à ideia da conservação. Nesse sentido, o discurso da valorização parece oferecer mais recursos para políticas de restauração mais ecossistêmicas com foco em reconexão de ambientes, que considera de certa forma o entrelaçamento entre natureza e cultura. No entanto, em um contexto que a natureza é efetivamente integrada às estratégias de acumulação, é possível afirmar que em todos os modelos naturezas são produzidas para viabilizar a rentabilidade futura.

Como referido na discussão acerca do conceito de natureza, a complexidade da definição do significado da natureza envolve disputas entre interesses diversos que tem seus próprios entendimentos do que significa o meio ambiente. E, como visto no esquema do percurso da questão ambiental na discussão político econômica, o

período após o boom do ambientalismo migrou de uma visão preservacionista para a da «ecologização», que se aproxima ao discurso da valorização. No entanto, não significa que discursos preservacionistas se limitem à uma temporalidade passada e que na atualidade tenha só estratégias voltadas à valorização. Inclusive, como referido anteriormente, as duas perspectivas coexistem e, nesse aspecto, interessa perceber qual delas sobressai em cada caso.

Como resultado da análise dos discursos estratégicos dos PDMs e da estratégia da AMP, houveram 13 situações do modelo que enfatiza a valorização/qualificação, 11 do que preconiza a preservação/conservação e 10 do que foca na infraestruturação/modernização, conforme apresentado no passo da sistematização de abordagens textuais recortadas (página 68) e reproduzido no Quadro 15. Ou seja, de uma maneira geral, pode-se verificar um equilíbrio dos modelos. Os discursos dos concelhos apresentaram estratégias orientadas à mais de um modelo, e especialmente o PDM do concelho de Vale do Cambra apresentou apenas orientação para preservação/conservação. Entretanto, em termos de temporalidade, o modelo de valorização demonstrou, salvo o caso do Porto, ganhar mais força nos objetivos estratégicos dos PDMs a partir de 2012, assumindo uma visão mais socioecológica face à postura regulatória. Já o caso da AMP (Estratégia AMP2020, 2014) se alinha mais aos modelos de preservação/conservação e infraestruturação/modernização.

No âmbito das tendências para o futuro representadas pelos objetivos estratégicos dos termos de referência para revisão do PDM, o modelo preservação/conservação apareceu menos que os outros. Nesse sentido, os modelos de valorização/qualificação e infraestruturação/modernização estão mais equilibrados entre si no discurso estratégico do planejamento territorial dos concelhos. Designadamente foram 9 situações no modelo que enfatiza a valorização/qualificação sendo a totalidade dos casos em análise, 5 ocorrências no focado na preservação/conservação e 8 aos moldes da infraestruturação/modernização, com excessão de apenas o concelho de Gondomar, conforme apresentado no passo da sistematização de abordagens textuais recortadas (página 68) e reproduzido no Quadro 15. Serão discutidos os comportamentos dos discursos face às diretrizes de cada modelo de abordagem.

Quadro 15. Abordagens textuais dos objetivos estratégicos

Objetivos estratégicos dos PDM e do programa da AMP

Território	Ano	Valorização/ Qualificação	Conservação/ Preservação	Infraestruturação/ Modernização
Porto	2006	X		X
Vale de Cambra	2008		X	
Vila Nova de Gaia	2008	X		
Maia	2008	X	X	X
Arouca	2009	não consta	não consta	não consta
Santo Tirso	2011	X		X
São João da Madeira	2012			X
Oliveira de Azeméis	2012	X	X	
Trofa	2012	X	X	X
Paredes	2014	X	X	
Póvoa de Varzim	2014	X		X
Valongo	2014	X		X
AMP	2014		X	X
Santa Maria da Feira	2015	X	X	
Gondomar	2015	X	X	X
Espinho	2016	X	X	
Vila do Conde	2018		X	
Matosinhos	2019	X	X	X

Referências para revisão dos PDMs

Território	Ano	Valorização/ Qualificação	Conservação/ Preservação	Infraestruturação/ Modernização
Maia	2018	X	X	X
Santo Tirso	2018	X		X
Paredes	2018	X		X
Gondomar	2018	X	X	
Vila Nova de Gaia	2018	X		X
Arouca	2019	X	X	X
Vale de Cambra	2019	X		X
Póvoa do Varzim	2019	X	X	X
Porto	2020	X	X	X

Fonte: elaboração própria.

1.1. Modelo do discurso valorização/qualificação

A sistematização dos objetivos estratégicos a partir da reprodução das ideias que seguem a lógica da valorização/qualificação da natureza contidas na matriz estratégica dos PDMs contribuiu com a percepção de padrões de discurso que apontam alguns alinhamentos entre os concelhos. Ainda que os termos «valorização do património natural», «valorização de elementos naturais» e significados nesses gêneros mais abrangentes tenham aparecido com frequência nas estratégias dos concelhos, algumas ideias foram indicadas mais concretamente.

As matrizes estratégicas dos PDMs dos concelhos do Porto, da Maia, de Santo Tirso e de Oliveira de Azeméis deram destaque à integração de componentes ecológicas e de espaços verdes. Nesse sentido, interessa apontar que o município de Santo Tirso discursa por uma «rede de espaços naturais metropolitanos», apontando, portanto, para uma visão que busca atravessar fronteiras administrativas. As ideias voltadas à integração, à organização sistêmica e aos percursos pedonais apareceram mais nos PDMs antes de 2014, sugerindo uma conformidade com a preocupação de coesão territorial urbana no conjunto de PDMs desse recorte temporal.

Outro ponto interessante que apareceu nos casos de Trofa, de Gondomar e do Valongo foi a ênfase à promoção de espaços verdes de uso público. Nessa perspectiva, Valongo aponta que tem vocação florestal com importâncias supraconcelhia e comunitária, designadamente com os territórios das Serras de Santa Justa e Pias que se inserem no conjunto das Serras do Porto que abrange também os concelhos de Paredes e de Gondomar. Nessa perspectiva, o discurso de Gondomar indica preocupação com as componentes socioecológicas dos núcleos histórico culturais, sobretudo com a proposta da integração das «Serras do Porto» em uma agenda de promoção comunicacional e investigativa dos valores naturais da região.

No aspecto da promoção de uma melhor qualidade de vida, é necessário que os espaços verdes sejam públicos e de uso coletivo para que configurem lugares de socialização e de lazer. Os casos da Maia, de Santo Tirso e de Paredes abordaram concretamente a questão da qualidade de vida urbana com diretrizes de melhorias e

de promoção. Inclusive, Santo Tirso apresentou um discurso voltado à indução de comportamentos mais saudáveis para melhorar a qualidade de vida urbana. Ainda nessa questão, o concelho de Espinho, por estar geograficamente localizado no litoral, enfatiza a importância da componente hídrica como «continuum» fundamental para o sistema ecológico que oferece potencial para a promoção de territórios de lazer.

Interessa também apontar a componente econômica que integra as diretrizes socioecológicas voltadas à valorização e qualificação da natureza. No âmbito da produção agrícola, o discurso de Gondomar aborda a valorização das práticas extensivas agroflorestais diversificadas no espaço rural. Há também a perspectiva da indicação dos recursos naturais como patrimônio, que são submetidos à lógica da acumulação pela natureza com foco no futuro. Nesse sentido, os concelhos de Espinho e de Matosinhos indicam essa lógica concretamente ao apontar os valores naturais como «mais-valia ambiental e territorial» que devem ser protegidos e rentabilizados de maneira sustentável. No entanto, o discurso de Espinho acerca da valorização indica o Castro de Ovil como patrimônio importante para a rede verde e cultural enquanto Matosinhos segue uma linguagem mais genérica nos objetivos estratégicos.

No âmbito das tendências, o cenário da linguagem da valorização predomina em todos os termos de referência para revisão dos PDMs dos concelhos, designadamente Maia, Santo Tirso, Paredes, Gondomar, Arouca, Vale de Cambra, Póvoa do Varzim, Vila Nova de Gaia e Porto. Acerca do discurso regional, o concelho de Gondomar destaca como uma de suas diretrizes estratégicas a valorização dos corredores ecológicos concelhios e metropolitanos, enquanto Santo Tirso evidenciou a perspectiva concelhia da valorização ambiental. Nesse aspecto, Gondomar foi o único município que indicou uma visão mais aberta à integração em termos da valorização da biodiversidade com outros concelhos.

Quanto aos espaços verdes, os concelhos da Maia, de Vila Nova de Gaia e do Porto abordam diretrizes para a valorização desses espaços, ainda que os discursos se diferenciem à certa maneira. Vila Nova de Gaia apresenta a ideia de maneira mais genérica, a Maia associa as áreas verdes como um vetor importante da valorização da biodiversidade ambiental sob o eixo de desenvolvimento urbano e o Porto foca na

perspectiva da interação social. Nesse aspecto, o Porto além de enfatizar a preocupação não só com a quantidade quanto com a qualidade dos espaços verdes, também apresenta uma abordagem ampliada da valorização ambiental, indicando diretrizes de planejamento da arborização linear das vias para a proteção do sistema húmido do conjunto dos corredores verdes.

Os concelhos de Arouca e de Vale de Cambra apoiam o modelo da valorização via recursos endógenos e património ambiental como impulsos de desenvolvimento económico sobretudo orientado ao setor turístico. O concelho de Póvoa do Varzim apoiou seu discurso em uma perspectiva de revisão de valores e reestruturação do modelo territorial com foco na promoção turística. Nesse sentido, os casos apontados vincularam as vertentes ambiental e cultural no discurso da valorização da natureza para dinamizar atividades económicas.

Em termos comparativos dos discursos dos PDMs face às referências para revisão dos PDMs, há genericamente alguns pontos a serem destacados acerca de reorientações:

- O discurso do concelho de Maia, de 2008, focou na importância do acréscimo de áreas verdes no passado e, 10 anos depois, em 2018, orientou o discurso para a valorização das áreas verdes;
- Santo Tirso apontava em 2011 para uma abordagem da integração metropolitana e em 2018 apresentou como referência a valorização concelhia do património natural;
- Paredes não apresentou grandes mudanças, seu discurso em 2014 era voltado à promoção da qualidade de vida e do ambiente e em 2018 apresentou uma visão do futuro focada no reforço da valorização ambiental;
- Gondomar partiu de um discurso voltado ao equilíbrio de espaços verdes e à promoção da paisagem através da cultura e do ambiente em 2015 para uma visão acerca de corredores ecológicos metropolitanos e concelhios em 2018;
- Póvoa do Varzim indicou em 2014 a implantação de redes qualificadoras, como a ecológica, e orientou em 2019 referências para uma revisão dos valores e

reestruturação do modelo territorial em busca do desenvolvimento sustentável voltado ao turismo;

- Vila de Nova de Gaia tinha um discurso genérico acerca da qualificação ambiental em 2008 e 12 anos mais tarde, em 2020, indicou como referência para a revisão do PDM a valorização das áreas verdes;
- O concelho do Porto se orientou à valorização das componentes ambientais a partir de reorganização sistêmica territorial em 2006 e 14 anos depois, em 2020, apresentou como estratégia para o futuro a preocupação com a qualidade de vida e a garantia de contínuos ambientais.

Em suma, pode-se afirmar genericamente que o discurso do passado estava orientado à implantação de espaços verdes e integração de componentes ambientais em termos de equilíbrio territorial, enquanto o do presente/futuro se volta à integração ambiental e cultural, com um maior conhecimento dos contextos sociais dos concelhos sobretudo no âmbito da importância da perspectiva ecossistêmica.

1.2. Modelo do discurso conservação/preservação

No cenário do modelo que enfatiza a conservação/preservação no âmbito dos objetivos estratégicos dos PDMs, os discursos dos concelhos não diferem tanto entre si, indicando estratégias genéricas de salvaguarda dos elementos naturais. No entanto, os concelhos de Vale de Cambra e de Vila do Conde orientam a proteção dos espaços agrícolas em seus PDMs, que tem uma janela de 10 anos entre si, sendo de 2008 e de 2018 respectivamente. Outro caso que apareceu nos discursos da Maia, de 2008, e de Gondomar, de 2015, refere-se à preservação de valores identitários locais. Inclusive, o concelho de Gondomar propõe que as «Serras do Porto» sejam incorporadas em uma área protegida para fomentar a preservação da identidade histórica cultural do território em que se insere.

No âmbito das referências para revisão dos PDMs, o modelo que preconiza a conservação/preservação tem uma menor ocorrência que o da

valorização/qualificação, designadamente nos discursos dos concelhos da Maia, Gondomar, Arouca, Póvoa do Varzim e do Porto. Em termos da linguagem, as diretrizes estratégicas apontam a salvaguarda e a proteção dos elementos naturais de maneira mais genérica. No entanto, Gondomar refere-se aos corredores ecológicos metropolitanos e concelhios, Arouca discursa pelos recursos endógenos, Póvoa do Varzim indica as áreas como faixas de gestão de combustível nas proximidades de zonas florestais e o Porto introduz a preocupação com o sistema úmido.

Quanto ao comparativo dos discursos dos PDMs com as referências para revisão dos PDMs, há dois casos a serem confrontados:

- O concelho da Maia no PDM de 2008 vinculou a valorização dos elementos naturais à promoção do ambiente urbano, enquanto nas referências de 2018 se ateve à preservação e proteção dos recursos naturais;
- Gondomar no PDM de 2015, assim como no modelo que enfatiza a valorização/qualificação, focou na preservação da identidade histórico cultural com a integração das Serras do Porto em zona de proteção, enquanto em 2018 se orientou para a salvaguarda de corredores ecológicos metropolitanos e concelhios;

Os discursos voltados à conservação/preservação tanto nos PDMs dos concelhos e na estratégia da AMP quanto nas referências para revisão do PDM se apresentaram determinados e muito parecidos entre si. Contudo, integraram a maior parte dos PDMs pós 2014, designadamente os concelhos de Santa Maria da Feira, Gondomar, Espinho, Vila do Conde e Matosinhos, bem como da estratégia da AMP, que não focou no modelo que enfatiza a valorização/qualificação.

1.3. Modelo do discurso infraestruturação/modernização

No contexto do modelo que evidencia a infraestruturação/modernização dos objetivos estratégicos dos PDMs e da AMP, três diretrizes sobressairam: questões acerca da mobilidade e do transporte, redes de saneamento básico e fornecimento de água e

adaptação às alterações climáticas. Os concelhos do Porto, da Maia, do Valongo, de Matosinhos e a AMP abordaram orientações de racionalização do sistema de transporte e fomento aos ambientalmente sustentáveis focados nos modos suaves e públicos. No aspecto da infraestrutura básica de água e águas residuais, os concelhos de Santo Tirso, de Trofa e de Póvoa do Varzim orientaram estratégias em sua matriz do plano diretor municipal, com enfoque na coesão e na melhoria da prestação desses serviços. Quanto à adaptação às alterações climáticas, a estratégia da AMP focou nessa problemática bem como na promoção da gestão de riscos.

Nesse sentido, a matriz estratégica da AMP forneceu bases para as revisões dos PDMs, influenciando principalmente diretrizes voltadas à adaptação das alterações climáticas. Como efeito, todos os territórios que tiveram referências para revisão do PDM apresentaram objetivos estratégicos que se enquadraram no modelo da infraestruturação/modernização, nomeadamente os municípios da Maia, de Santo Tirso, de Paredes, de Vale de Cambra, de Póvoa do Varzim, de Vila Nova de Gaia, do Porto e mais indiretamente o concelho de Arouca, que não usou exatamente a expressão «adaptação às alterações climáticas» mas focou na gestão florestal devido aos eventos de focos florestais. No âmbito da gestão dos recursos naturais, os concelhos de Santo Tirso, de Vale de Cambra, de Póvoa do Varzim e de Vila Nova de Gaia discursam nesse sentido. Outra abordagem interessante foi a gestão de riscos urbanos, presentes nos discursos da Maia, de Póvoa do Varzim e do Porto.

Ainda na discussão acerca das tendências para revisão dos PDMs e no âmbito das diretrizes voltadas às redes de saneamento básico e fornecimento de água, Santo Tirso foi o único concelho que abordou essa questão. Já as temáticas da mobilidade e do transporte sustentável apareceram em quase a totalidade dos concelhos, com exceção dos concelhos de Arouca e de Póvoa do Varzim. Interessa evidenciar que a questão da neutralidade carbônica foi abordada pelos concelhos de Vale de Cambra e do Porto. Vale ressaltar que nos aspectos técnico e tecnológico o concelho do Porto apresentou uma abordagem mais específica, com a apresentação de uma série de diretrizes, como por exemplo modernização ecológica para conforto bioclimático no setor residencial e para monitorização de qualidade do ar e de ruído.

No âmbito comparativo dos discursos estratégicos dos PDMs em relação às referências para revisão do instrumento do ordenamento do território em questão, há 4 casos a serem referidos:

- O concelho da Maia em 2008 delimitou a mobilidade sustentável como uma das estratégias do plano, manteve o discurso pelo transporte sustentável nas referências de 2018 e incluiu as questões da adaptação às alterações climáticas e prevenção e redução de riscos urbanos na matriz para revisão do PDM;
- O município de Santo Tirso em 2014 incluiu na matriz estratégica do PDM a finalização das redes de saneamento básico que, por sua vez, apareceu nas referências para a revisão do PDM em 2018 com uma abordagem de expansão da oferta da infraestrutura com atenção à eficiência da prestação do serviço, além da inclusão das agendas da mobilidade sustentável, da adaptação às alterações climáticas e da gestão de recursos;
- O discurso de Póvoa do Varzim em 2014 se orientou para melhorias do serviço de infraestrutura pública enquanto em 2019 apresentou diretrizes para adaptação às alterações climáticas, gestão florestal, dos recursos e de riscos;
- A abordagem do Porto em 2006 se relacionou com a lógica da racionalização da mobilidade intra urbana e da promoção dos transportes não poluentes e apresentou uma reorientação para a revisão do PDM em 2020 a partir das diretrizes pela qualidade de vida, gestão de recursos e riscos e mobilidade suave com uma linguagem focada sobretudo no âmbito tecnológico.

De uma maneira geral, é possível verificar que houveram reorientações dos objetivos estratégicos do planejamento territorial dos concelhos, que no passado focaram mais na atuação espacial com reorganização territorial urbana, e na perspectiva para o futuro estão a seguir um caminho mais estratégico e abrangente voltado ao enfrentamento dos problemas criados pelo modelo urbano através da tecnologia e da gestão. Nesse sentido, a recente revisão dos PDMs indica uma nova geração do planejamento territorial que dá uma maior ênfase à questão socioambiental através da pauta da qualidade de vida em comparação com a anterior focada na atração

socioeconômica. Esse ponto de vista se alinha à visão de Dias et al. (2020), ao apontar que a 3ª geração de PDMs orienta os espaços verdes urbanos como eixo fundamental de conexão entre os domínios social, cultural, econômico e ambiental no contexto urbano (Cunha Dias et al., 2020, p. 45).

A análise qualitativa sistemática da linguagem dos objetivos estratégicos conduziu uma avaliação das abordagens adotadas no discurso do planejamento territorial dos concelhos e da AMP. Na componente apresentada anteriormente foi possível se aproximar à visão estratégica dos concelhos e da AMP acerca de questões socioecológicas, como o discurso se estruturou em termos de abordagem e quais as tendências para a revisão dos documentos estratégicos. De maneira a expandir o campo analítico, o tópico a seguir apresentará a discussão dos resultados obtidos do exercício de análise categorial focado na interpretação dos conteúdos.

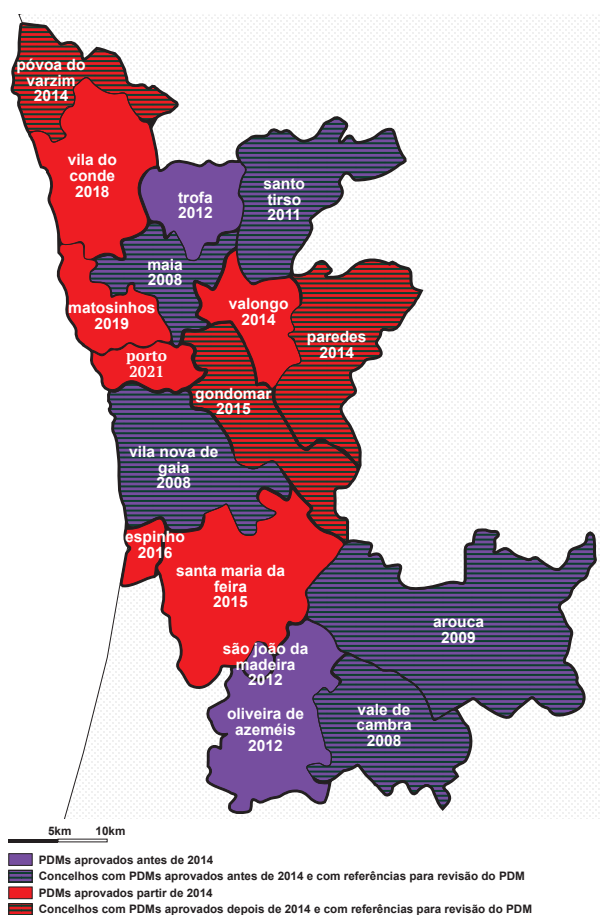
2. Avaliação das categorias analíticas

O exercício de interpretação dos conteúdos e de desenvolvimento de categorias para avaliar a matriz estratégica dos PDMs e da AMP, que resultou na cartografia representada na Figura 6 (página 73), pode ser discutido de diversas maneiras. Os ângulos recorridos à discussão dos resultados corresponderam às perspectivas do âmbito geográfico – que destacou a identificação de padrões territoriais –, da temporalidade dos documentos – designadamente os perfis dos PDMs elaborados antes e depois de 2014 e as tendências representadas pelas referências para revisão dos PDMs – e das recorrências de referências – que quantificou os dados das abordagens mais diretas e/ou mais indiretas de maneira a verificar comparativamente o comportamento das lentes, dos domínios e dos parâmetros.

Em termos geográficos, é possível observar na Figura 9 que os concelhos mais próximos à Vila Nova de Gaia e do Porto – nomeadamente Espinho, Santa Maria da Feira, Gondomar, Valongo, Paredes, Matosinhos, Vila do Conde e Póvoa do Varzim – aprovaram seus PDMs depois de 2014. Importa apontar que a revisão do PDM do Porto foi aprovada em 2021 e que o de Vila Nova de Gaia está em discussão pública.

Contudo, o caso do Porto foi considerado como referências para revisão do PDM nessa investigação, por conta da temporalidade de aprovação do PDM face ao desenvolvimento do trabalho. Nessa conjuntura, verifica-se, portanto, que todos os municípios que tem os PDMs aprovados mais recentemente estão localizados mais nas regiões central e norte da AMP e especialmente mais no litoral.

Figura 9. Temporalidade dos PDMs e das referências para revisão



Fonte: elaboração própria.

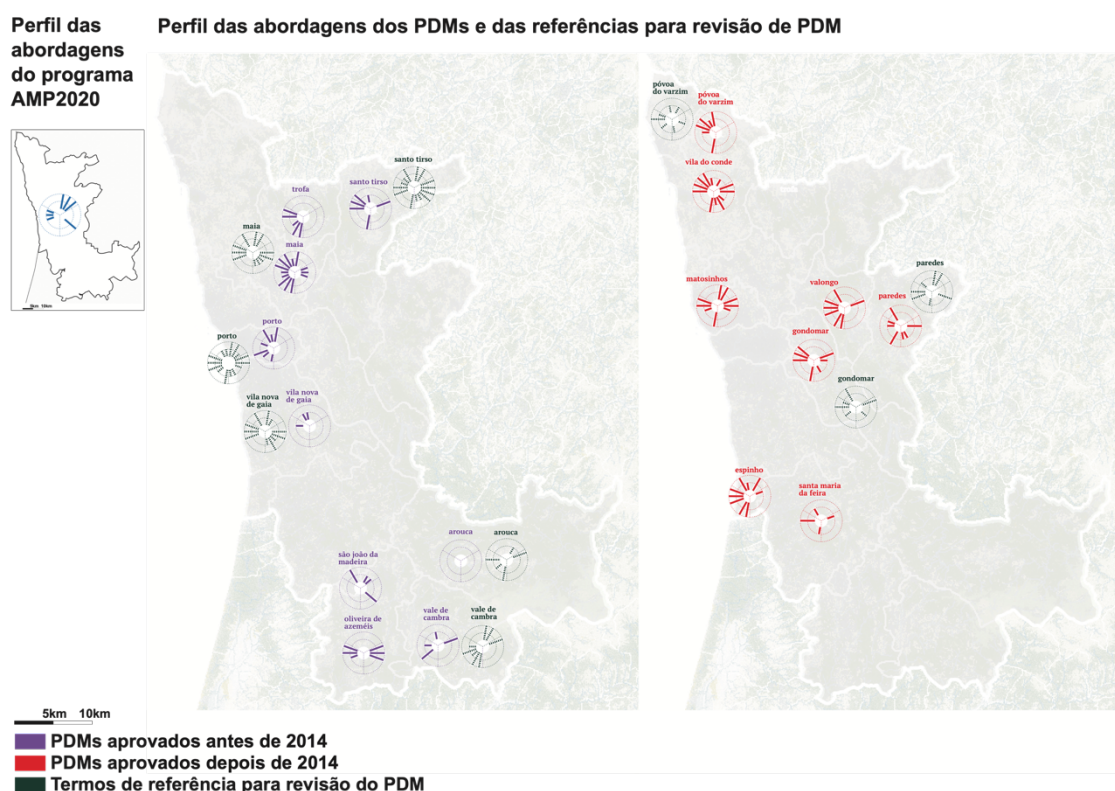
2.1. Lentes analíticas

De uma forma geral, ao olhar para a Figura 10, é possível verificar que os 8 concelhos com PDMs desenvolvidos antes de 2014 apresentaram um discurso estratégico que abordou pouco a lente da governança, com exceção da Maia e de Oliveira de Azeméis,

que manifestaram a totalidade dos parâmetros do domínio da cooperação indiretamente, no caso da Maia, e diretamente no plano de Oliveira de Azeméis. As outras lentes apresentaram, genericamente, uma abordagem mais direta do que indireta, sendo que a social teve uma maior expressividade que a ecológica. No fim do capítulo estão reproduzidos todos os gráficos roseta em tamanho estendido para melhor visualização. O Quadro 16 representa a expressividade das lentes analíticas nas matrizes estratégicas à luz das recorrências quantitativas em um âmbito mais geral e o Quadro 17 apresenta os dados desagregados por concelhos.

O discurso estratégico da AMP apresentado em 2014, em contrapartida, focou mais na lente ecológica que, por sua vez, se inclinou para o domínio da modernização ecológica e, em segundo lugar, mais indiretamente, orientou a lente social através do domínio da qualidade de vida. Contudo, os 8 concelhos com PDMs elaborados depois de 2014 apresentaram um perfil de crescente abordagem da lente da governança face os PDMs anteriores. Ainda acerca dos PDMs pós 2014, as outras unidades de lente

Figura 10. Diagramas roseta dos concelhos



Fonte: elaboração própria.

Quadro 16. Expressividade de referências das lentes analíticas

lente	abordagem	matriz estratégica			
		PDM antes de 2014	AMP2020 2014	PDM depois de 2014	Termos de referência
social	direta	15	-	23	22
	indireta	9	3	5	10
ecológica	direta	7	3	11	15
	indireta	8	-	5	9
governança	direta	6	1	8	15
	indireta	3	-	9	13

Fonte: elaboração própria.

Quadro 17. Quantitativos de ocorrências das abordagens das lentes analíticas

data	território	lente social				lente ecológica				lente governança			
		abordagem direta		abordagem indireta		abordagem direta		abordagem indireta		abordagem direta		abordagem indireta	
		PDM	Ref.	PDM	Ref.	PDM	Ref.	PDM	Ref.	PDM	Ref.	PDM	Ref.
antes de 2014	2006 Porto	1	4	3	1	2	2	1	3	-	2	-	3
	2008 Vale de Cambra	1	3	1	2	-	2	1	-	1	1	-	-
	2008 Vila Nova de Gaia	-	3	1	-	-	2	2	1	-	3	-	2
	2008 Maia	4	3	2	-	3	3	1	-	-	2	3	3
	2009 Arouca	-	2	-	1	-	-	-	1	-	1	-	-
	2011 Santo Tirso	3	3	-	1	1	3	1	1	1	4	-	2
	2012 São João da Madeira	-	-	-	-	1	-	2	-	1	-	-	-
	2012 Oliveira de Azeméis	2	-	1	-	-	-	-	-	3	-	-	-
	2012 Trofa	4	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2014 AMP	-	-	3	-	3	-	-	-	1	-	-	-
depois de 2014	2014 Paredes	1	2	2	1	1	2	-	1	1	1	2	-
	2014 Póvoa do Varzim	2	1	1	2	2	-	1	2	-	-	-	2
	2014 Valongo	5	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-
	2015 Santa Maria da Feira	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-	1	-
	2015 Gondomar	3	1	-	2	1	1	-	-	1	1	2	1
	2016 Espinho	5	-	-	-	2	-	1	-	-	-	1	-
	2018 Vila do Conde	3	-	-	-	2	-	2	-	3	-	2	-
	2019 Matosinhos	3	-	1	-	2	-	-	-	2	-	1	-
TOTAL		38	22	17	10	21	15	13	9	15	15	12	13

Fonte: elaboração própria.

expressaram um discurso mais direto do que indireto, sobretudo quando comparado às versões antes de 2014. Assim como as matrizes anteriores, a lente social também teve uma maior representatividade que a ecológica, lente essa que começou a aparecer mais nos PDMs pós 2014.

Em relação às abordagens nulas, houveram 5 casos que não apresentaram uma ou mais lentes nos PDMs antes de 2014. Os concelhos do Porto e de Vila Nova de Gaia não exploraram a lente da governança, São João da Madeira a social, Oliveira de

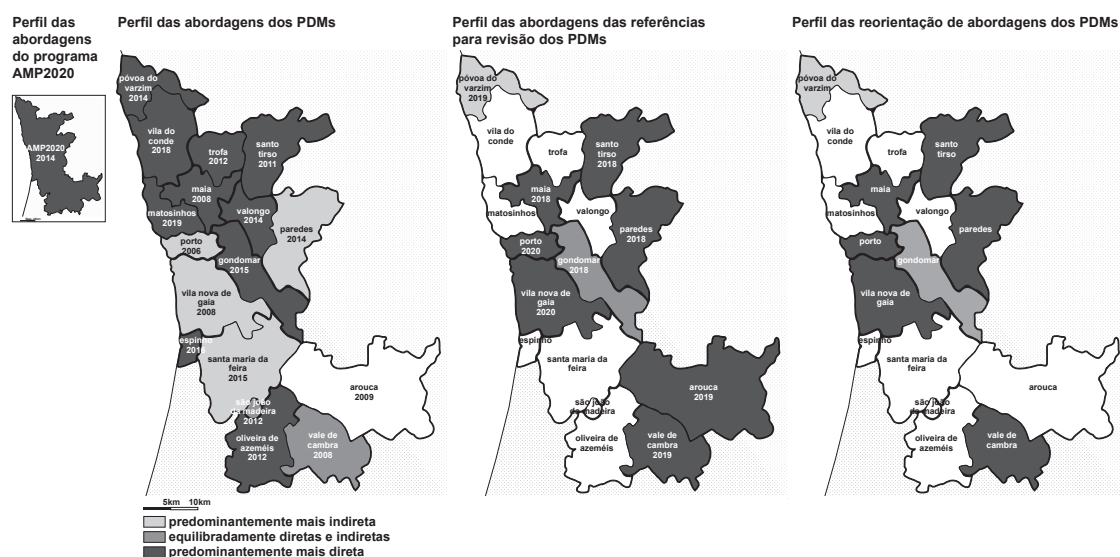
Azeméis a ecológica e Trofa não abordou nem a lente social nem a da governança. Quanto aos PDMs depois de 2014, apenas o concelho de Póvoa do Varzim não tratou da lente da governança. Ou seja, é possível deduzir que as abordagens dos PDMs tornou-se mais variada, sobretudo com o fato de nenhum caso dos termos de referência ter apresentado abordagem nula de uma ou mais lentes.

As referências para revisão dos PDMs, representadas por 9 concelhos, apresentaram genericamente um perfil mais equilibrado entre as lentes. De uma maneira geral, é possível verificar uma tendência dos discursos de assumir linguagens mais diretas. Os resultados mostram também que as lentes ecológica e da governança manifestaram uma crescente presença no discurso estratégico do planejamento territorial dos concelhos. Nesse aspecto, se alinham à estratégia da AMP na lente ecológica mas, em contrapartida, indicam uma tendência de importância da lente da governança para o conjunto das revisões de PDMs mesmo que essa pauta não tenha sido efetivamente o enfoque da estratégia metropolitana.

Ainda acerca da dimensão das lentes analíticas e com um olhar mais aproximado ao território, a Figura 11 apresenta cartograficamente os perfis de abordagem das discursos estratégicos considerando a expressividade unificada das lentes analíticas nas escalas de discurso direto, direto/indireto nos casos em que há equivalência quantitativa e indireto. Nesse contexto, é possível verificar que tanto a estratégia AMP quanto os PDMs apresentaram perfis de discursos mais diretos do que indiretos, com exceção do Porto, de Vila Nova de Gaia – que tem PDMs mais antigos –, de Paredes e de Santa Maria da Feira – com PDMs depois de 2014. No campo das referências para revisão dos PDMs, abordagens mais diretas também foram mais presentes do que as indiretas, representadas pelos concelhos de Gondomar e de Póvoa do Varzim.

À vista disso, comparativamente, nota-se que os PDMs que apresentaram referências para revisão em sua maioria expressaram discursos com abordagens mais diretas. Em termos territoriais, verifica-se uma tendência dos concelhos ao sul da AMP de orientar

Figura 11. Cartografia dos perfis de abordagens das lentes analíticas



Fonte: elaboração própria.

discursos mais diretos, enquanto os municípios mais ao norte já apresentaram suas estratégias de maneira mais direta desde os PDMs, com exceção de Póvoa do Varzim e de Gondomar. Nesse aspecto, pode-se deduzir que, de uma maneira geral, os discursos estratégicos da AMP tem se reorientado para uma comunicação mais direta.

2.2. Domínios analíticos

No âmbito dos domínios analíticos, genericamente, há também mais ocorrências de abordagens diretas face às indiretas tanto nos PDMs quanto nas referências para revisão, como é possível verificar no Quadro 19 e de no Quadro 18. Os domínios mais abordados tanto nos PDMs antes quanto depois de 2014 se enquadraram na lente social, sendo que o mais recorrente deles correspondeu à qualidade de vida enquanto o menos expressivo dentro do quadro dos atributos está inserido no âmbito da lente da governança, nomeadamente a aplicabilidade do plano estratégico. Quanto à trajetória dos domínios, verifica-se que o equilíbrio socioespacial ao passo que foi mais abordado depois de 2014, apresenta um decréscimo de abordagem no âmbito das referências para revisão dos PDMs, enquanto o campo da modernização ecológica deu um salto nas ocorrências. Nesse aspecto, a esfera da cooperação apresenta uma crescente de ocorrências, sobretudo na conjuntura dos termos de referência. Sobre as

Quadro 19. Expressividade de referências dos domínios

lente	domínio	abordagem	matriz estratégica			
			PDM antes de 2014	AMP2020 2014	PDM depois de 2014	Termos de referência
social	qualidade de vida	direta	8	-	14	17
		indireta	6	3	4	4
	equilíbrio socioespacial	direta	7	-	9	5
		indireta	3	-	1	6
ecológica	manutenção urbana	direta	5	-	8	4
		indireta	6	-	4	5
	modernização ecológica	direta	2	3	3	11
		indireta	2	-	1	4
governança	cooperação	direta	5	-	7	13
		indireta	3	-	4	2
	aplicabilidade	direta	1	1	1	2
		indireta	-	-	5	11

Fonte: elaboração própria.

Quadro 18. Quantitativos de ocorrências das abordagens dos domínios analíticos

data	território	lente social								lente ecológica								lente governança							
		qualidade de vida				equilíbrio socioespacial				manutenção urbana				modernização ecológica				cooperação				aplicabilidade			
		direta	Ref.	indireta	Ref.	direta	Ref.	indireta	Ref.	direta	Ref.	indireta	Ref.	direta	Ref.	indireta	Ref.	direta	Ref.	indireta	Ref.	direta	Ref.	indireta	Ref.
antes de 2014	2006 Porto	1	3	1	-	-	1	2	1	1	-	1	2	1	2	-	1	-	2	-	1	-	-	-	2
	2008 Vale de Cambra	-	1	1	1	1	2	-	1	-	-	1	-	2	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
	2008 Vila Nova de Gaia	-	3	1	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	1	-	1	-	2	-	-	-	1	-	2
	2008 Maia	1	3	2	-	3	-	-	-	2	1	1	-	1	2	-	-	-	2	3	-	-	-	-	3
	2009 Arouca	-	1	-	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-
	2011 Santo Tirso	2	2	-	1	1	1	-	-	1	1	1	1	-	2	-	-	1	3	-	-	-	1	-	2
	2012 São João da Madeira	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
	2012 Oliveira de Azeméis	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-
	2012 Trofa	2	-	-	-	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2014 AMP	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
depois de 2014	2014 Paredes	-	2	2	-	1	-	-	1	1	-	1	-	2	-	-	-	1	1	-	-	-	-	2	-
	2014 Póvoa do Varzim	1	1	1	1	1	-	-	1	2	-	1	1	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	1
	2014 Valongo	3	-	-	-	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
	2015 Santa Maria da Feira	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
	2015 Gondomar	2	1	-	1	1	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	1	1
	2016 Espinho	3	-	-	-	2	-	-	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
	2018 Vila do Conde	2	-	-	-	1	-	-	-	2	-	1	-	-	1	-	-	2	-	-	-	1	-	2	-
	2019 Matosinhos	2	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2	-	1	-	-	-	-	-
TOTAL		22	17	13	4	16	5	4	6	13	4	10	5	8	11	3	4	12	13	7	2	3	2	5	11

Fonte: elaboração própria.

abordagens mais indiretas, os discursos voltados ao equilíbrio socioespacial e à aplicabilidade se enquadraram em uma crescente subjetividade.

De maneira a contextualizar mais especificamente cada domínio, interessa discutir as especificidades e o comportamento de cada um, conforme representado na Figura 12. No contexto da lente social, o domínio da qualidade de vida foi tratado no quadro estratégico da maioria dos PDMs, com exceção dos concelhos de São da João da Madeira e de Arouca, que no caso não apresentou objetivos estratégicos no relatório do PDM. Dessa forma, foram mais recorrentes as abordagens diretas do que indiretas ou diretas/indiretas. A estratégia metropolitana abordou indiretamente essa temática, bem como o município de Paredes, que também é de 2014, enquanto a maioria dos PDMs pós 2014 apresentou de maneira direta, exceto Póvoa do Varzim que teve um

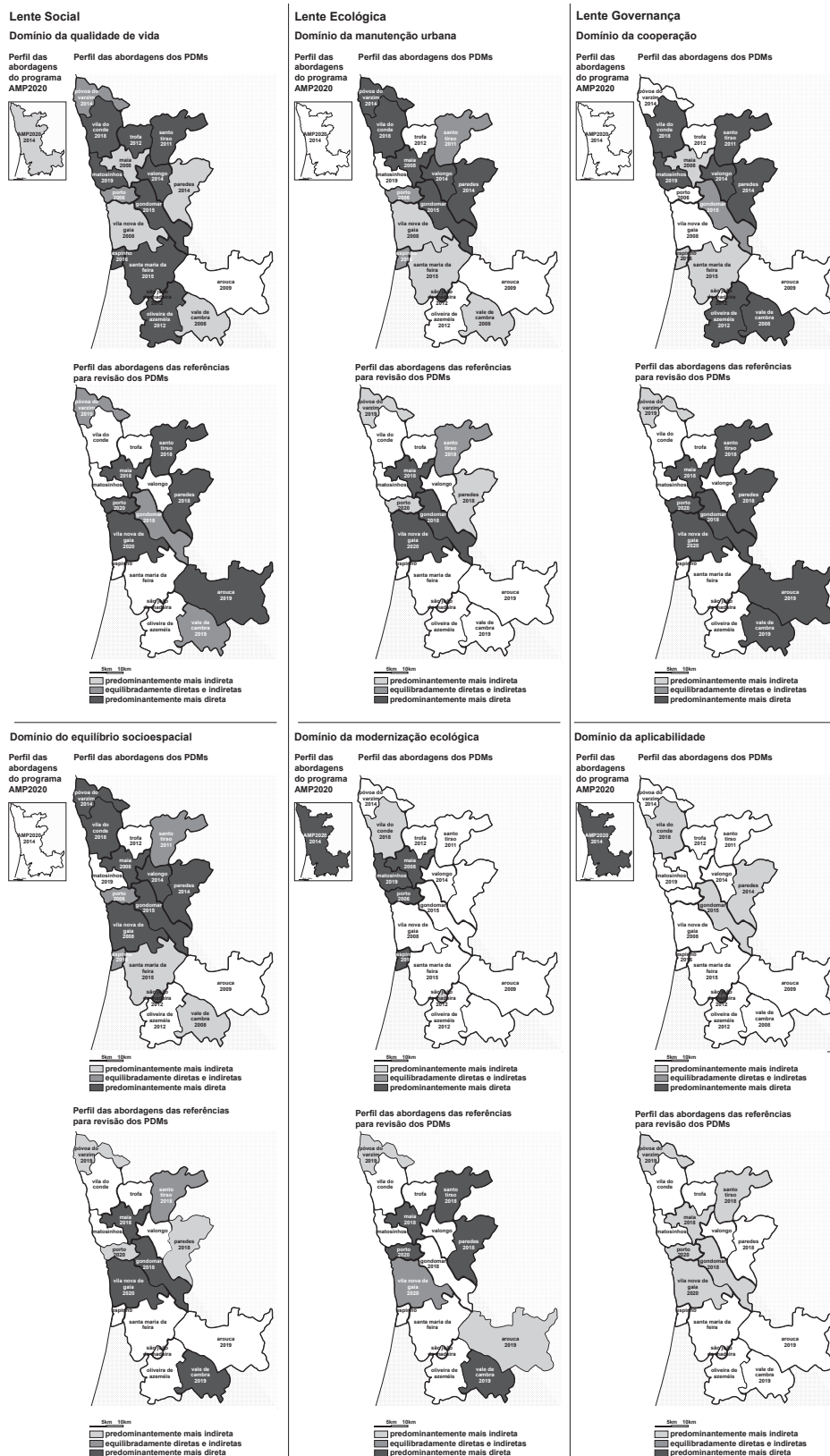
discurso híbrido direto/indireto nessa temática. No âmbito das referências, não houveram discursos indiretos, sendo portanto, todos os casos ou direto ou direto/indireto. Nesse contexto, é do conhecimento que, de uma forma geral, a agenda da qualidade de vida urbana tem ganhado importância, expressividade e aderência no discurso estratégico do planejamento territorial urbano.

O outro domínio inserido na lente social corresponde ao equilíbrio socioespacial, que apresentou uma abordagem direta mais homogênea nos concelhos da AMP no caso dos PDMs. No entanto, os municípios de Trofa, Oliveira de Azeméis e Matosinhos e a estratégia metropolitana não versaram sobre essa temática. Nesse sentido, os discursos mais diretos concentraram-se nos municípios localizados mais ao centro e ao norte da AMP. Quanto às referências para revisão do PDM, houveram menos abordagens acerca dessa problemática, apresentando um equilíbrio entre ocorrências diretas e indiretas.

Em relação aos domínios da lente ecológica, a temática da manutenção urbana apareceu em quase todos os PDMs com maior ocorrência direta, sobretudo nos concelhos localizados mais ao centro e interior e ao norte da AMP. Quanto à estratégia metropolitana, não foi abordada e teve menos ocorrências nas referências para revisão do PDM, com exceção do concelho de Vila Nova de Gaia, que apresentou uma abordagem mais indireta no PDM e mais direta nas referências. Com isso, pode-se deduzir que há uma tendência de decréscimo de importância desse assunto no discurso estratégico.

No âmbito da modernização ecológica, o comportamento desse domínio correspondeu genericamente à uma baixa expressividade nos PDMs. Entretanto, apresentou abordagens diretas notadamente mais concentradas no eixo Porto, Matosinhos e Maia, e indiretas esparsas, representadas pelos municípios de Vila do Conde e São João da Madeira. Quanto ao discurso estratégico da AMP, esse domínio esteve significativamente explícito e, nesse sentido, verifica-se um comportamento semelhante nas referências, que apresentaram uma predominância da abordagem direta nos territórios mais ao centro e no norte da AMP.

Figura 12. Cartografia dos perfis de abordagens dos domínios



Fonte: elaboração própria.

No que se refere à lente da governança, o domínio da cooperação no âmbito dos PDMs revelou uma perspectiva interessante em termos territoriais. Exceto Matosinhos, o perfil dos concelhos que mais apresentaram discurso direto coincide com localizações mais às bordas da AMP. Ainda que a estratégia metropolitana não tenha abordado essa temática, as referências manifestaram uma dinâmica de abordagem direta na maioria dos planos, com exceção apenas de Póvoa do Varzim.

O domínio da aplicabilidade se manifestou de forma pouca expressiva nos PDMs com abordagens em sua maioria indiretas, exceto o concelho de São João da Madeira em 2012. Nesse aspecto, todos os municípios que apresentaram essa temática em seus PDMs foram de depois de 2014 e de maneira indireta. A estratégia da AMP abordou diretamente esse assunto enquanto as referências em sua totalidade trataram indiretamente. Em termos territoriais, houveram mais ocorrências nos municípios localizados mais ao centro e no norte da AMP. A seguir das apresentações dos pormenores das lentes e dos domínios, compete discutir os parâmetros analíticos.

2.1. Parâmetros analíticos

Acerca dos parâmetros analíticos, assuntos relacionados à gestão – nomeadamente gestão de ecossistemas e de recursos naturais – apresentaram ascendência de abordagens diretas tanto nos PDMs quanto nas referências para revisão. Já os assuntos voltados ao desenho urbano – designadamente espaços verdes urbanos, realocação industrial e contenção de espraiamento – manifestaram uma certa estabilidade, tendo a recorrência algumas vezes decrescido e outras crescido pouco. Quanto à matéria do transporte e da mobilidade – mobilidade sustentável e mobilidade suave – que tem apresentado uma crescente aderência no planeamento estratégico dos concelhos da AMP. Entretanto, os parâmetros de transição energética geral e modelo territorial ajustado tiveram uma baixa expressividade, com referências diretas nulas. O Quadro 20 apresenta a expressividade através dos quantitativos de cada parâmetro analítico face aos PDMs, à estratégia da AMP e às referências para revisão do PDM e o Quadro 21 reúne os dados desagregados.

Quadro 20. Expressividade de referências dos parâmetros analíticos

lente	domínio	parâmetro	abordagem	matriz estratégica			
				PDM antes de 2014	AMP2020 2014	PDM depois de 2014	Termos de referência
social	qualidade de vida	espaços verdes urbanos	direta	4	-	6	3
			indireta	1	1	1	3
		gestão de ecossistemas	direta	3	-	6	8
			indireta	3	1	2	1
		mobilidade suave	direta	1	-	2	6
			indireta	2	1	1	-
	equilíbrio socioespacial	distribuição custo/benefício	direta	2	-	-	-
			indireta	2	-	-	5
		realocação industrial	direta	2	-	3	1
			indireta	-	-	-	-
		infraestrutura básica	direta	3	-	6	4
			indireta	1	-	1	1
ecológica	manutenção urbana	incentivo à agricultura	direta	2	-	3	-
			indireta	-	-	-	2
		contenção do espraiamento	direta	3	-	4	4
			indireta	1	-	2	1
		contenção da poluição	direta	-	-	1	-
	modernização ecológica		indireta	5	-	2	2
		mobilidade sustentável	direta	2	1	1	6
			indireta	-	-	-	-
		gestão de recursos naturais	direta	-	1	2	5
			indireta	1	-	1	3
governança	cooperação	transição energética geral	direta	-	1	-	-
			indireta	1	-	-	1
		integração intermunicipal	direta	3	-	4	5
			indireta	1	-	2	-
		administração colaborativa	direta	1	-	3	4
			indireta	1	-	1	-
	aplicabilidade	participação societal	direta	1	-	-	4
			indireta	1	-	1	2
		melhoria de competências	direta	1	1	-	1
			indireta	-	-	1	3
		planos interdisciplinares	direta	-	-	1	1
			indireta	-	-	2	3
		modelo territorial ajustado	direta	-	-	-	-
			indireta	-	-	2	5

Fonte: elaboração própria.

No âmbito da lente social, a Figura 13 apresenta cartograficamente o comportamento dos parâmetros. No contexto do domínio da qualidade de vida urbana, o parâmetro dos espaços verdes urbanos compôs o quadro estratégico dos PDMs dos territórios do norte da AMP com abordagens em sua maioria diretas. A estratégia metropolitana, de 2014, apresentou um discurso indireto acerca desse assunto e na perspectiva das referências para revisão do PDM. Contudo, o discurso estratégico do Porto ficou mais direto enquanto o de Gondomar, Santo Tirso e Póvoa do Varzim seguiram o modelo metropolitano e ficaram mais indiretos.

No que diz respeito à gestão de ecossistemas, o parâmetro foi abordado nas duas gerações de PDMs de uma maneira geral, com ocorrências diretas sobretudo depois de 2014, com exceção de Póvoa de Varzim e de Paredes. Ainda que a estratégia metropolitana tenha se referido ao assunto de maneira indireta, a totalidade dos casos que apresentaram referências para revisão do PDM, com exceção de Vale do Cambra,

Quadro 21. Quantitativos de ocorrências das abordagens dos parâmetros analíticos

lente social

data	território	qualidade de vida espaços verdes urbanos				gestão de ecossistemas				mobilidade suave				equilíbrio socioespacial infraestrutura básica				realocação industrial				distribuição custos/benefici			
		abordagem		indireta		abordagem		indireta		abordagem		indireta		abordagem		indireta		abordagem		indireta		abordagem		indireta	
		PDM	Ref.	PDM	Ref.	PDM	Ref.	PDM	Ref.	PDM	Ref.	PDM	Ref.	PDM	Ref.	PDM	Ref.	PDM	Ref.	PDM	Ref.	PDM	Ref.	PDM	Ref.
antes de 2014	2006 Porto	-	1	1	-	-	1	-	-	1	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
	2008 Vale de Cambra	-	-	-	-	-	1	1	-	1	-	-	1	-	-	1	-	1	-	-	1	-	-	-	1
	2008 Vila Nova de Gaia	-	1	-	-	-	1	1	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2008 Maia	1	1	-	-	-	1	1	-	-	1	1	-	1	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-
	2009 Arouca	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	2011 Santo Tirso	1	-	-	1	1	-	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012 São João da Madeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012 Oliveira de Azeméis	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012 Trofa	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-
	2014 AMP	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
depois de 2014	2014 Paredes	-	-	1	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
	2014 Póvoa do Varzim	1	-	-	1	-	1	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	2014 Valongo	1	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015 Santa Maria da Feira	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015 Gondomar	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	2016 Espinho	1	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
	2018 Vila do Conde	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2019 Matosinhos	1	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	10	3	3	3	9	8	6	1	3	6	4	0	9	3	2	2	5	1	0	0	2	0	2	5

lente ecológica

data	território	manutenção urbana incentivo à agricultura				contenção espraioamento				contenção poluição				modernização ecológica mobilidade sustentável				gestão recursos naturais				transição energética geral			
		abordagem		indireta		abordagem		indireta		abordagem		indireta		abordagem		indireta		abordagem		indireta		abordagem		indireta	
		PDM	Ref.	PDM	Ref.	PDM	Ref.	PDM	Ref.	PDM	Ref.	PDM	Ref.	PDM	Ref.	PDM	Ref.	PDM	Ref.	PDM	Ref.	PDM	Ref.	PDM	Ref.
antes de 2014	2006 Porto	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	1	1	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
	2008 Vale de Cambra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
	2008 Vila Nova de Gaia	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
	2008 Maia	1	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009 Arouca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011 Santo Tirso	1	-	-	1	-	1	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
	2012 São João da Madeira	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-
	2012 Oliveira de Azeméis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012 Trofa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2014 AMP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-
depois de 2014	2014 Paredes	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
	2014 Póvoa do Varzim	1	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-
	2014 Valongo	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015 Santa Maria da Feira	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015 Gondomar	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2016 Espinho	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
	2018 Vila do Conde	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-
	2019 Matosinhos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	5	0	0	2	7	4	3	1	1	0	7	2	4	6	0	0	3	5	2	3	1	0	1	1

lente da governança

data	território	cooperação integração intermunicipal				administração colaborativa				participação societal				aplicabilidade melhoria de competências				planos interdisciplinares				modelo territorial ajustado			
		abordagem		indireta		abordagem		indireta		abordagem		indireta		abordagem		indireta		abordagem		indireta		abordagem		indireta	
		PDM	Ref.	PDM	Ref.	PDM	Ref.	PDM	Ref.	PDM	Ref.	PDM	Ref.	PDM	Ref.	PDM	Ref.	PDM	Ref.	PDM	Ref.	PDM	Ref.	PDM	Ref.
antes de 2014	2006 Porto	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
	2008 Vale de Cambra	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2008 Vila Nova de Gaia	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1
	2008 Maia	-	-	1	-	-	1	1	-	-	1	1	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-
	2009 Arouca	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011 Santo Tirso	1	1	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	1
	2012 São João da Madeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012 Oliveira de Azeméis	1	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012 Trofa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2014 AMP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
depois de 2014	2014 Paredes	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-
	2014 Póvoa do Varzim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	2014 Valongo	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015 Santa Maria da Feira	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
	2015 Gondomar	1	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
	2016 Espinho	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2018 Vila do Conde	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-
	2019 Matosinhos	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	7	5	3	0	4	4	2	0	1	4	2	1	2	1	1	3	1	1	2	3	0	0	2	5

Fonte: elaboração própria.

abordaram diretamente o tema. Nesse sentido, conforme referido anteriormente, pode-se deduzir que esse tema apresenta uma crescente aderência no discurso estratégico do planeamento territorial municipal.

Relativamente ao parâmetro da mobilidade suave, de forma geral, houve pouca expressividade nos PDMs. Nesse aspecto os concelhos do Porto, de Valongo e de Espinho apresentaram abordagens diretas enquanto Maia, Oliveira de Azeméis e Matosinhos trataram indiretamente a temática, assim como a estratégia da AMP. No

entanto, é notável a recorrência do assunto nas referências com abordagens sobretudo diretas, representadas pelo eixo Porto, Vila Nova de Gaia e Maia e outros concelhos mais periféricos, nomeadamente Santo Tirso, Paredes e Vale de Cambra.

No âmbito do domínio do equilíbrio socioespacial, o parâmetro da infraestrutura básica apresentou maior recorrência nos concelhos do centro e do norte da AMP, inclusive nos mais recentes. Contudo, as diretrizes estratégicas das referências orientaram menos essa questão que, além do município do Porto, ficaram mais centradas nos concelhos nas bordas da AMP. Quanto às orientações estratégicas metropolitanas, essa temática não foi abordada.

No que se refere ao parâmetro da realocação industrial, percebe-se uma tendência decrescente de abordagem, que foi mais presente nos PDMs, menos nas referências e nula na estratégia da AMP. Em termos territoriais, observa-se ocorrência direta nos PDMs dos concelhos mais interioranos, no centro norte da AMP e próximos do município do Porto, com exceção de Espinho, enquanto somente Vale de Cambra abordou nas referências.

Quanto ao parâmetro da distribuição de custos e benefícios, verifica-se que essa questão foi mais abordada nos PDMs de antes de 2014. A AMP não dissertou acerca do assunto e houve um acréscimo de referências que abordaram a problemática, mas de maneira indireta na totalidade dos casos. Em termos territoriais, observa-se um conjunto de concelhos vizinhos que abordaram o tema em um eixo do Porto sentido ao interior e à porção mais no sul da AMP, bem como de Póvoa do Varzim, no extremo norte do limite metropolitano.

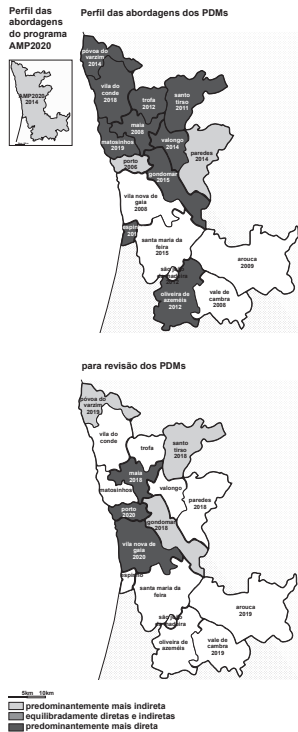
No contexto da lente ecológica, a Figura 14 representa a cartografia do desempenho dos parâmetros ecológicos. Relativamente ao domínio da manutenção urbana e do parâmetro do incentivo à agricultura, é possível identificar no âmbito dos PDMs um eixo de Póvoa do Varzim à Gondomar com discurso direto nessa temática com temporalidades distintas, sendo o PDM da Maia de 2008 e os outros pós 2014. O concelho de Santo Tirso também versou nesse sentido. Quanto à estratégia

Figura 13. Cartografia dos parâmetros sociais

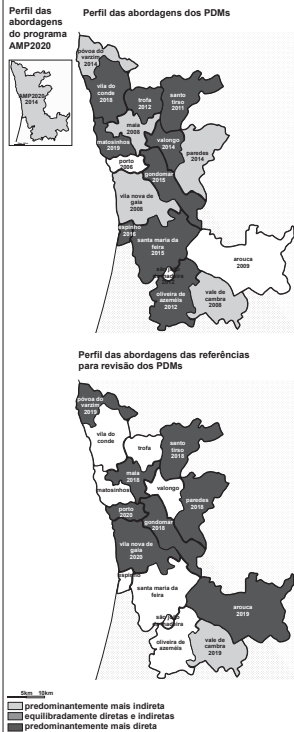
Lente Social

Domínio da qualidade de vida

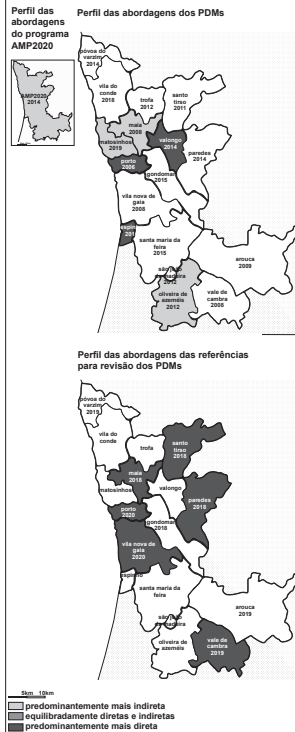
Espaços Verdes Urbanos



Gestão de Ecossistemas

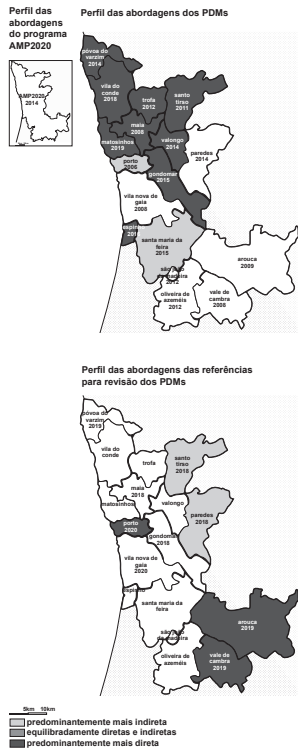


Mobilidade Suave

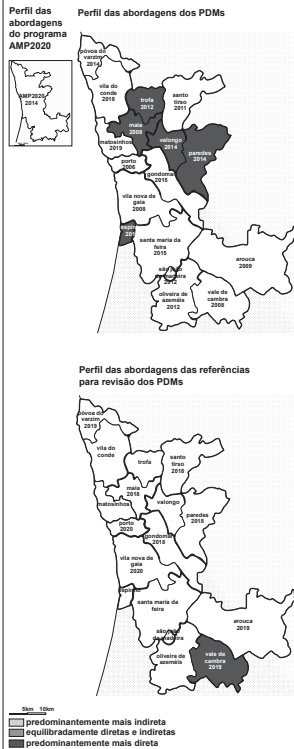


Domínio do equilíbrio socioespacial

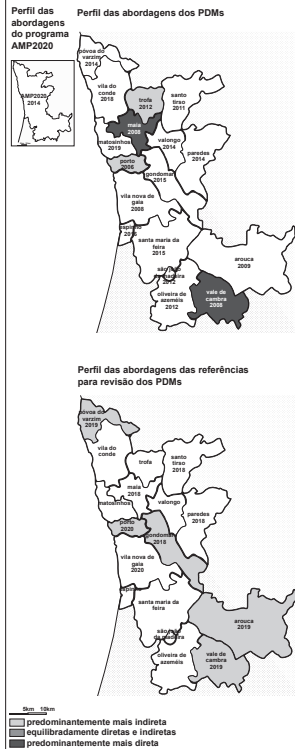
Infraestrutura básica



Realocação industrial



Distribuição custos/benefícios



Fonte: elaboração própria.

metropolitana, esse assunto não foi abordado e, nesse sentido, ocorreram apenas dois casos das referências que mencionaram indiretamente, Santo Tirso e Paredes.

No âmbito da contenção do espraiamento, de maneira geral, os municípios localizados mais nas regiões centro e sul apresentaram discursos mais indiretos no contexto dos PDMs enquanto os do norte da AMP expressaram mais diretamente. Também tiveram casos mais esparsos que incluíram a temática no quadro estratégico planejamento territorial municipal, como São João da Madeira e Espinho com abordagem direta e Póvoa do Varzim com indireta. A estratégia da AMP não abordou o assunto e as referências indicaram discursos mais diretos, concentrados sobretudo à volta do Porto. Acerca da contenção da poluição, os PDMs abordaram indiretamente esse assunto com exceção do concelho de Póvoa do Varzim que, por sua vez, teve seu plano aprovado no mesmo ano que a estratégia metropolitana, que também apresentou discurso direto nessa problemática. No entanto, as referências para revisão do PDM foram representadas apenas pelos concelhos de Póvoa do Varzim e do Porto, com ocorrências indiretas.

No que diz respeito ao domínio da modernização ecológica, o parâmetro da mobilidade sustentável foi diretamente abordado pelos PDMs do eixo Porto, Maia e Matosinhos. A estratégia metropolitana referiu diretamente o assunto e, nesse aspecto, a temática ganhou aderência nas referências para revisão do PDM, sobretudo de maneira direta. Nesse sentido, pode-se deduzir que o assunto tem ganhado relevância e apresentado tendência de crescimento de abordagens nos discursos estratégicos dos PDMs da AMP.

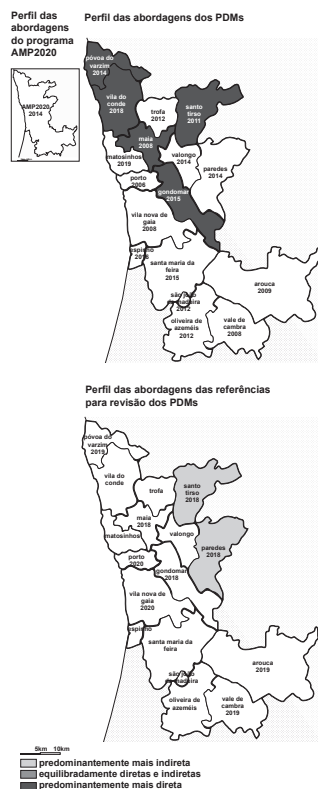
Quanto à gestão de recursos naturais, pode-se perceber uma dinâmica parecida com o parâmetro da mobilidade sustentável, com poucas ocorrências nos PDMs e tendência de crescimento com abordagem direta no discurso estratégico da AMP e das referências. No que se refere aos PDMs, verifica-se que as versões mais recentes abordaram o assunto, com exceção do plano de São João da Madeira de 2012. A maior parte dos casos diretos das referências localizam-se mais no centro e no norte, principalmente na região mais ao interior da AMP.

Figura 14. Cartografia dos parâmetros ecológicos

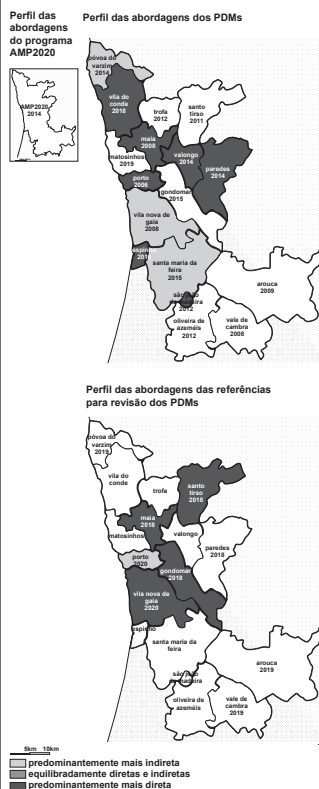
Lente Ecológica

Domínio da manutenção urbana

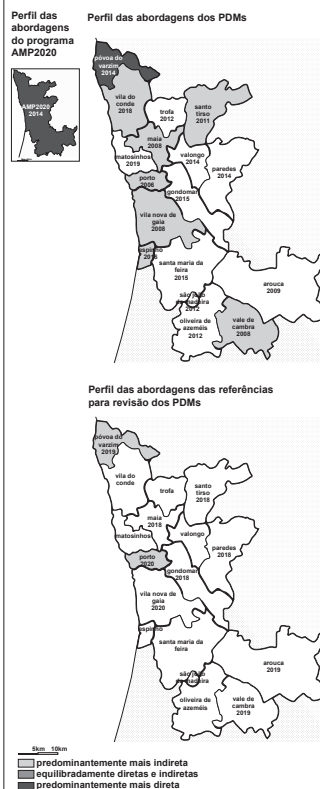
Incentivo à agricultura



Contenção do espraiamento

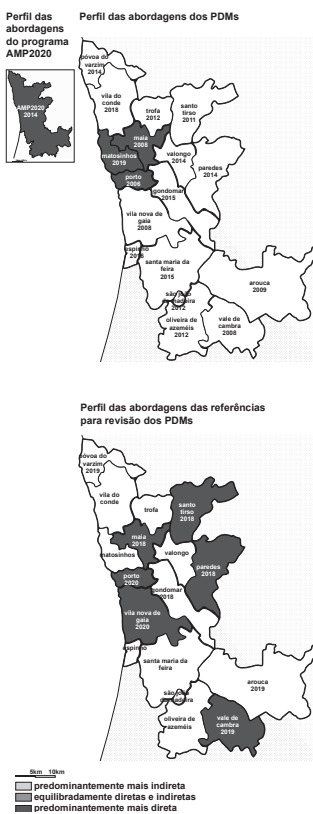


Contenção da poluição

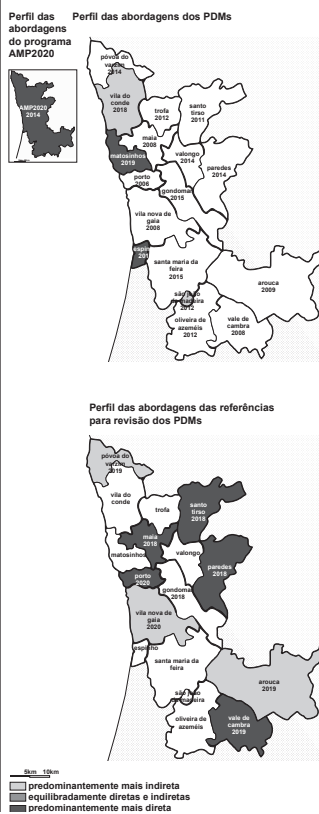


Domínio da modernização ecológica

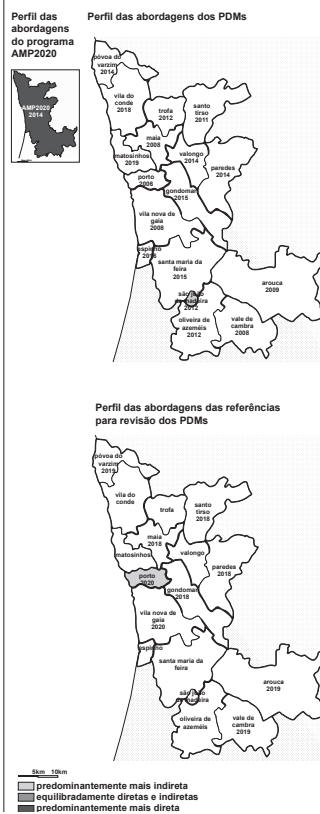
Mobilidade sustentável



Gestão de recursos naturais



Transição energética geral



Fonte: elaboração própria.

Em relação ao parâmetro da transição energética geral, embora o assunto tenha expressado pouca aderência, a estratégia metropolitana tratou da temática diretamente. Já no caso dos concelhos, foi tratado de forma indireta pelo PDM de São João da Madeira e pelas referências do Porto. Ainda que esse parâmetro não tenha apresentado expressividade, percebe-se que a temática apresenta uma maior importância ao planeamento estratégico do nível metropolitano.

Relativamente à lente da governança, a Figura 15 reúne os desempenhos dos parâmetros enquadrados nessa esfera. No que se refere ao domínio da cooperação, o parâmetro da integração intermunicipal apresentou mais ocorrências diretas do que indiretas nos PDMs. Verifica-se de uma maneira geral que as abordagens se espalharam pelo território metropolitano e foram tratadas tanto pelos PDMs antes quanto depois de 2014, ainda que não tenha aparecido no discurso estratégico da AMP. Quanto às referências, apenas abordagens diretas foram presentes nos discursos e em termos territoriais apareceram mais nos concelhos do centro e do sul da AMP. Já o parâmetro da administração colaborativa apareceu no discurso de 2 concelhos com PDM antes de 2014, designadamente Oliveira de Azeméis e Maia, com abordagens consequentemente direta e indireta. Nesse sentido, o assunto foi abordado de formas diretas nos PDMs pós 2014, com exceção do caso de Gondomar. Não esteve presente no discurso estratégico da AMP, mas se enquadrava diretamente nas referências do Porto, de Vila Nova de Gaia, da Maia e de Santo Tirso.

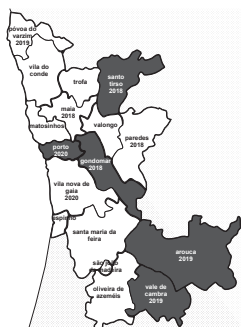
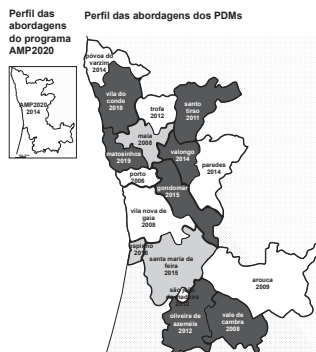
O parâmetro da participação societal esteve presente diretamente no discurso do PDM de Oliveira de Azeméis e indiretamente nos municípios da Maia e de Matosinhos. No âmbito da AMP não foi abordado e das referências apareceu mais vezes, mas deve ser levado em consideração que os termos de referência são componentes do que se espera tanto do PDM quanto do processo de elaboração do PDM. Nesse aspecto, pode-se, portanto, não estar necessariamente escrito no quadro estratégico do PDM, mas estar presente nos propósitos do processo do planeamento.

Na perspectiva do domínio da aplicabilidade, nomeadamente do parâmetro da melhoria de competências, o discurso desse tema ficou concentrado no eixo dos PDMs do Porto, de Vila Nova de Gaia e de Matosinhos, ainda que em momentos diferentes.

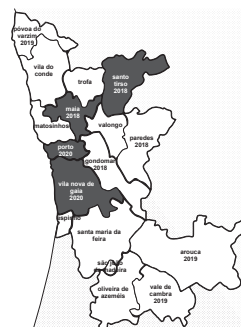
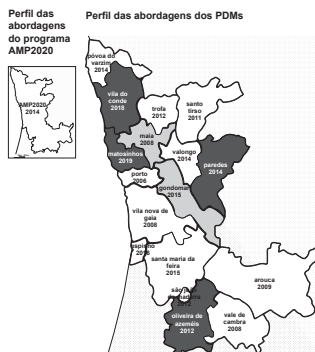
Lente da Governança
Domínio da cooperação

Integração intermunicipal

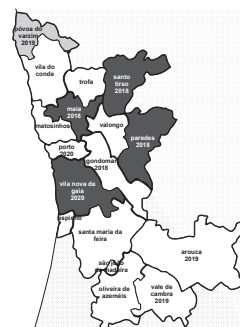
Perfil das Perfil das abordac



Administração colaborativa

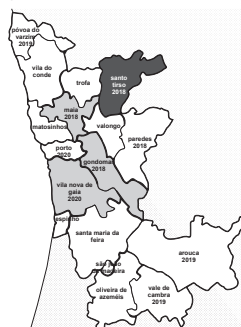
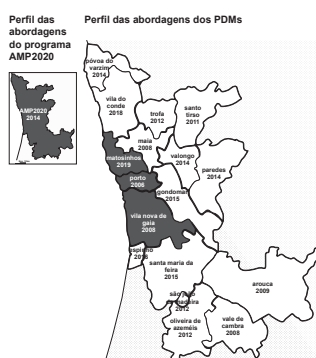


Participação societal

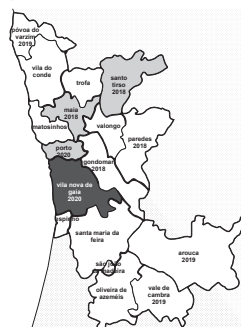
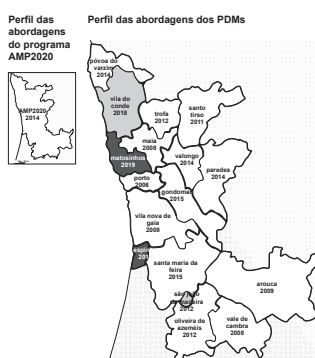


Domínio da aplicabilidade

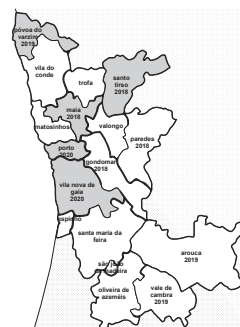
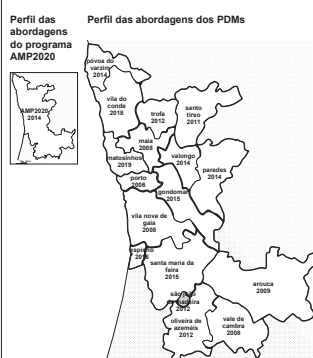
Melhoria de competências



Planos interdisciplinares



Modelo Territorial Ajustado



109

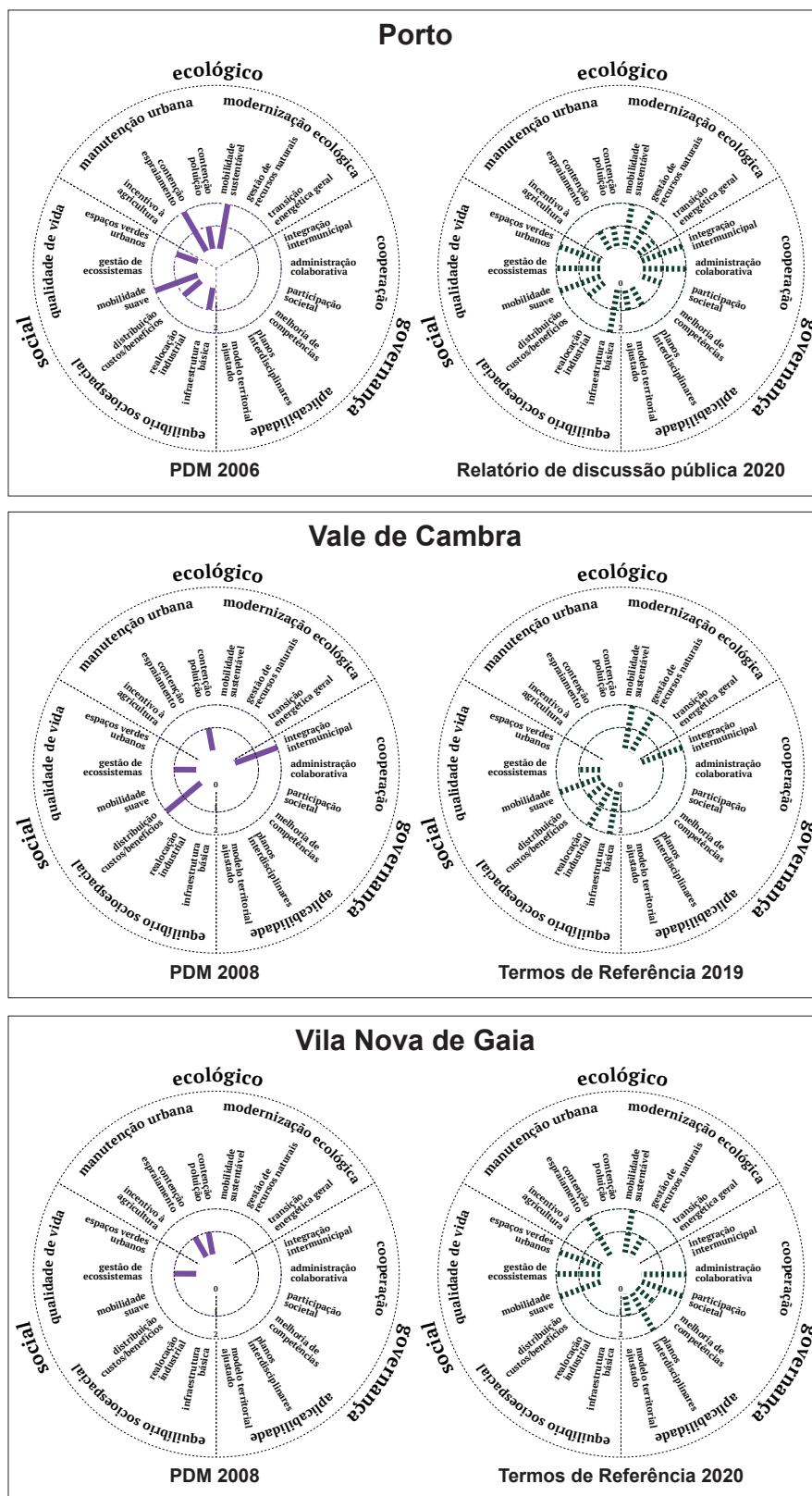
Já no âmbito metropolitano, esteve presente diretamente e, nesse sentido, se manteve de certa forma no repertório do planeamento estratégico das referências, mas com menor evidência. Os discursos indiretos centraram-se na região central da AMP através dos concelhos da Maia, de Gondomar e de Vila Nova de Gaia enquanto houve apenas um caso de abordagem direta, designadamente o de Santo Tirso.

No que se refere ao parâmetro dos planos interdisciplinares, houve pouca adesão nos PDMs com casos diretos e indiretos em planos datados de depois de 2012. A estratégia metropolitana não abordou a temática, mas, no entanto, houve um aumento de ocorrências nas referências para revisão do PDM. Nesse sentido, houve um caso de abordagem direta, o concelho de Vila Nova de Gaia, e três indiretas, Porto, Maia e Santo Tirso. Territorialmente verifica-se que os municípios que abordaram o assunto se localizaram no centro e no norte da AMP.

Quanto ao parâmetro do modelo territorial ajustado, apenas o concelho de São João da Madeira abordou indiretamente a temática no PDM. Não foi abordado no quadro metropolitano e no âmbito das referências esteve presente indiretamente nos discursos de concelhos no centro e no norte da AMP. Contudo, esse parâmetro pode ser um caso que se enquadra mais no propósito das referências para revisão, do que propriamente no quadro estratégico do PDM.

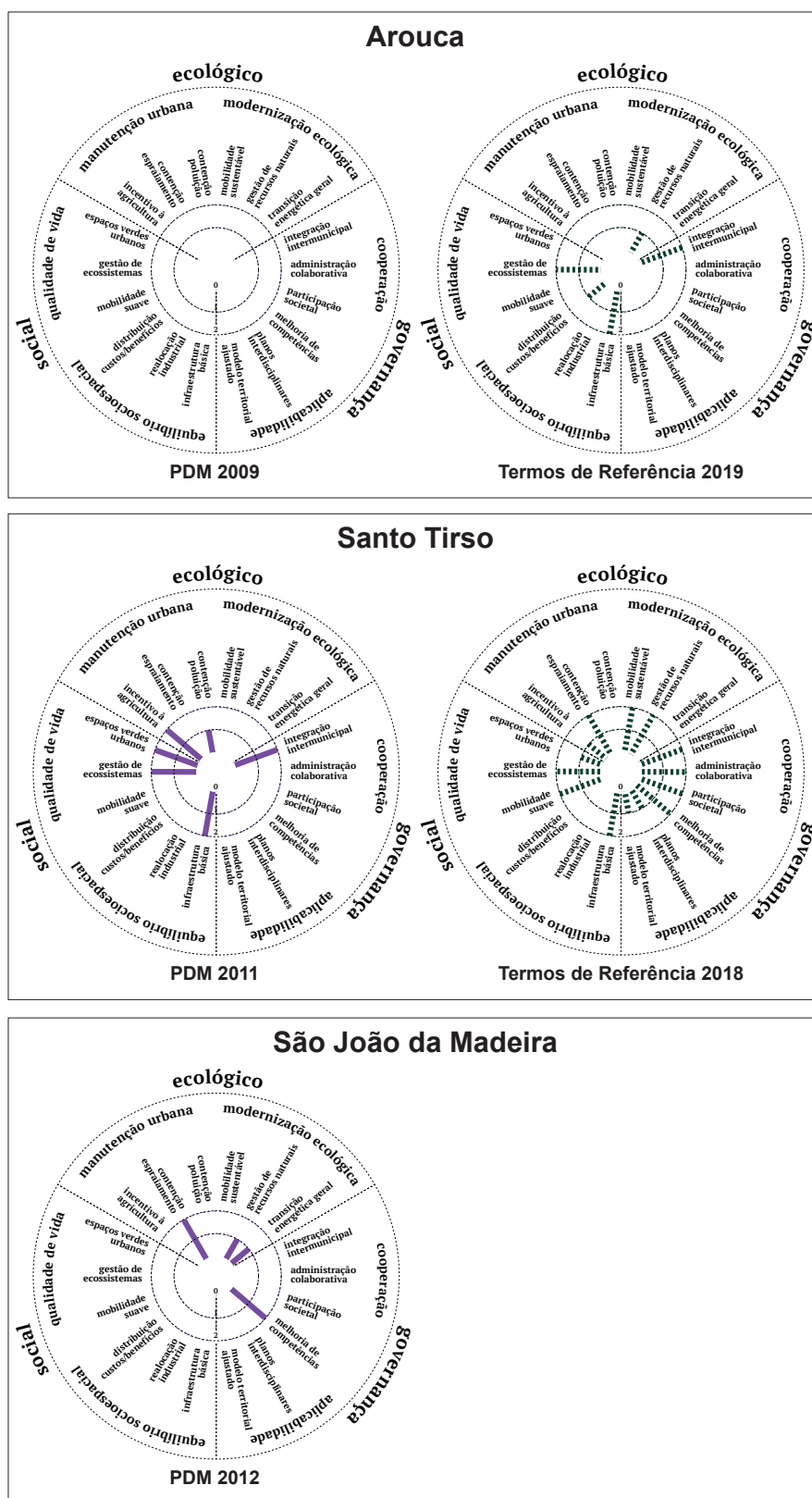
As análises realizadas nas escalas das lentes, domínios e parâmetros possibilitou olhar mais concretamente para o desempenho da análise de conteúdos elaborada nessa investigação. Ainda que generalizações tenham sido efetuadas, foi possível também verificar especificidades dos concelhos e do planeamento estratégico territorial. Antes de avançar para o tópico seguinte, que aborda e reúne as perspectivas trazidas pelas entrevistas realizadas no âmbito de alguns estudos de caso da AMP, serão reapresentados os diagramas roseta de cada concelho em detalhe.

Figura 16. Gráficos roseta: Porto, Vale de Cambra e Vila Nova de Gaia



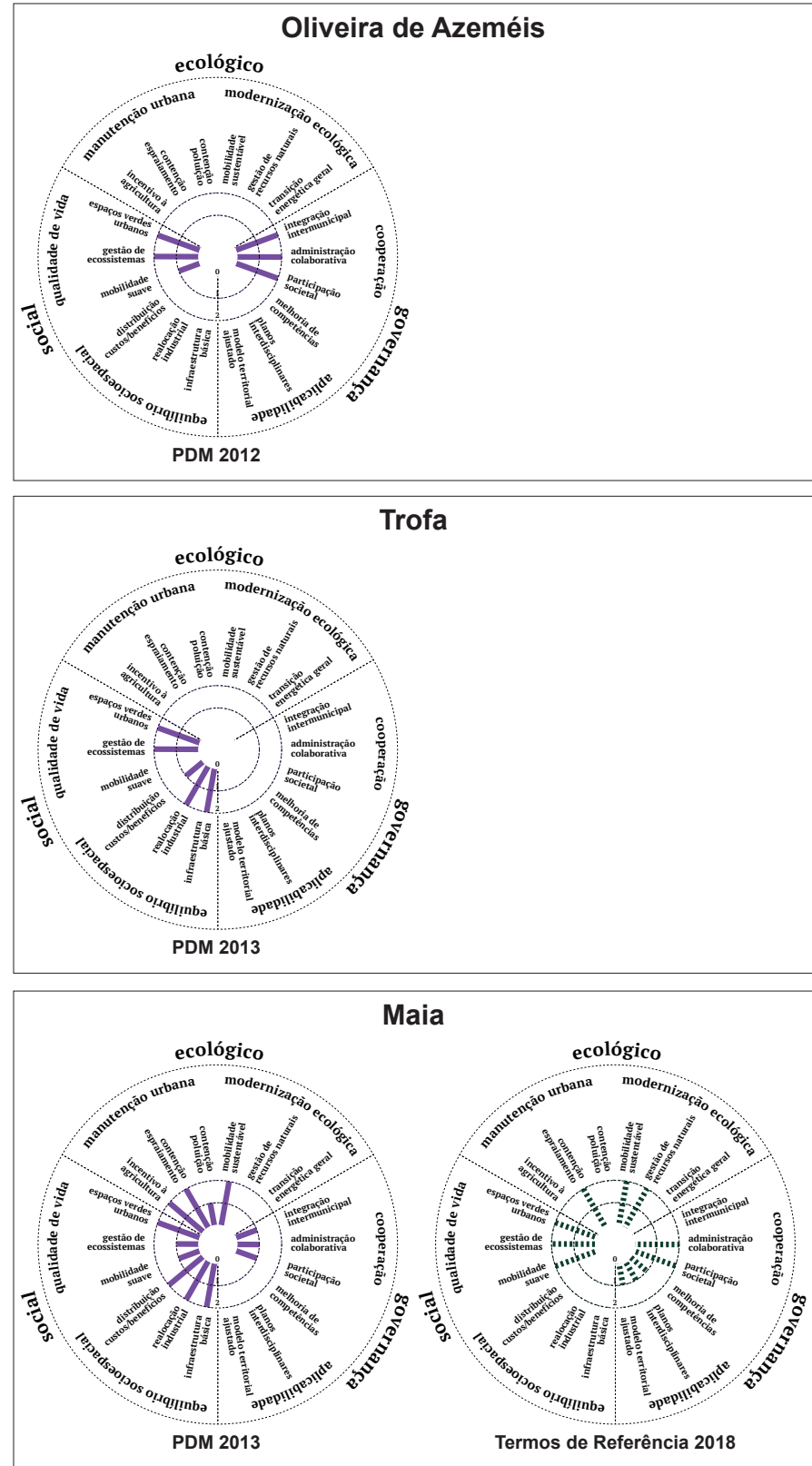
Fonte: elaboração própria.

Figura 17. Gráficos roseta: Arouca, Santo Tirso e São João da Madeira



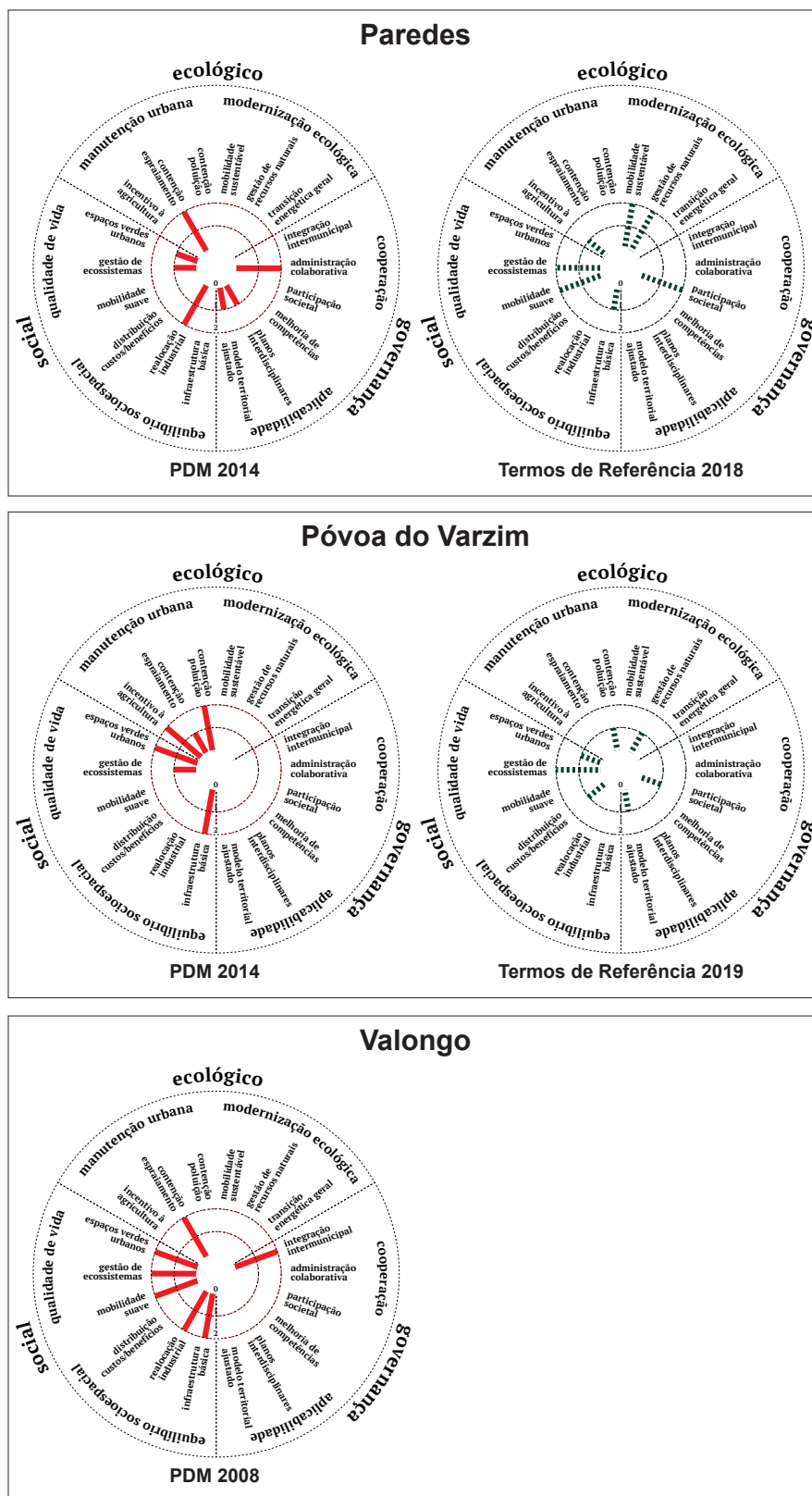
Fonte: elaboração própria.

Figura 18. Gráficos roseta: Oliveira de Azeméis, Trofa e Maia



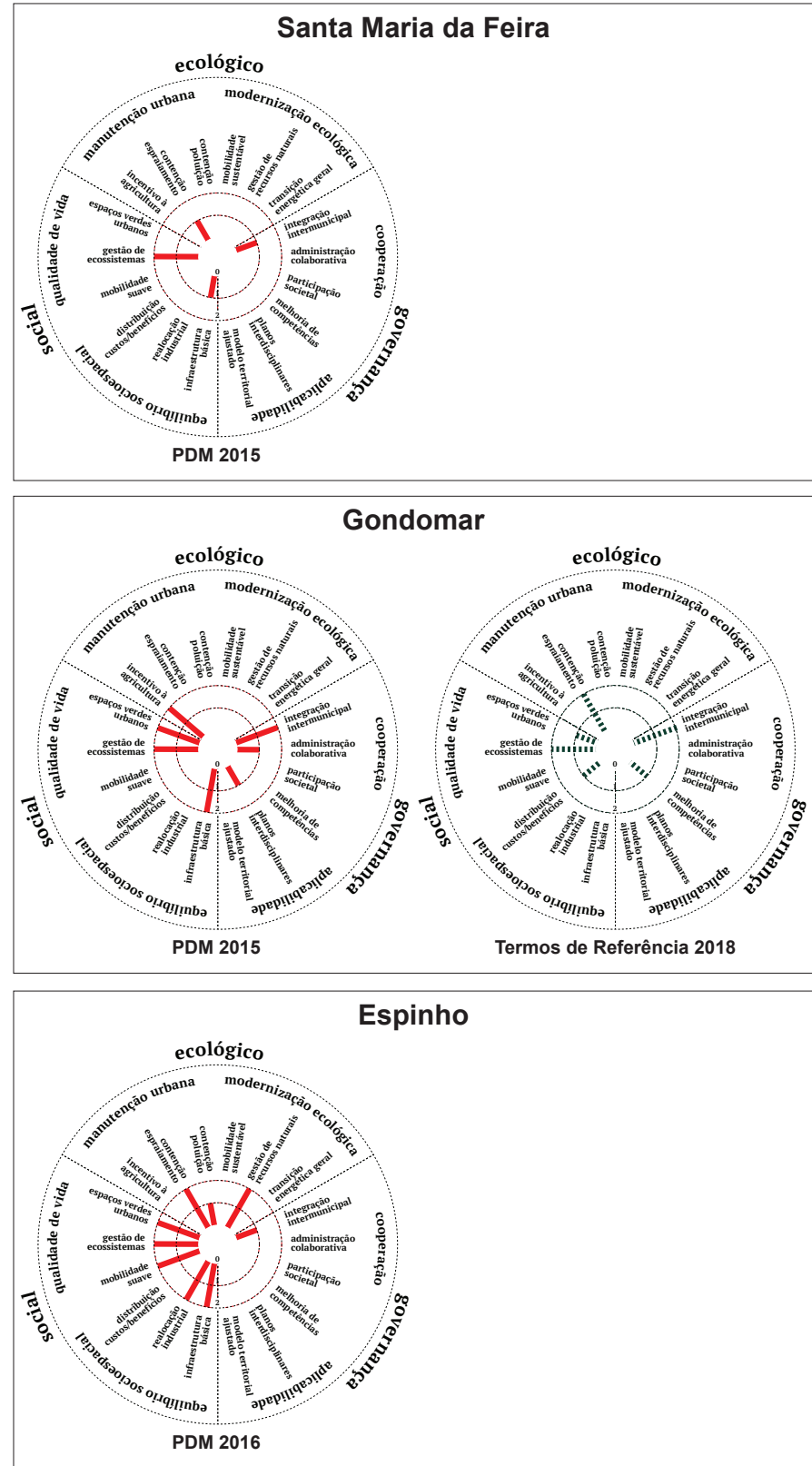
Fonte: elaboração própria.

Figura 19. Gráficos roseta: Paredes, Póvoa do Varzim e Valongo



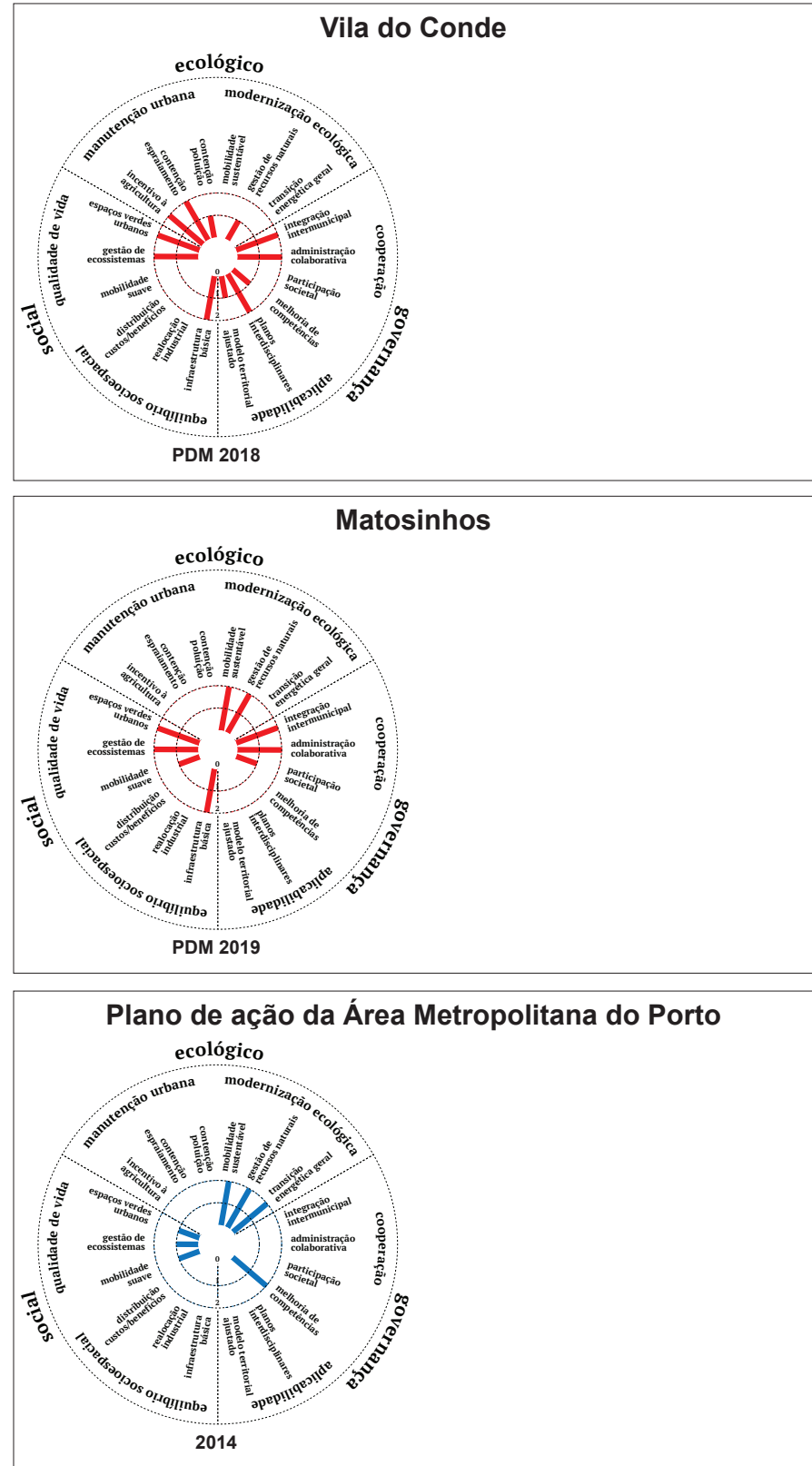
Fonte: elaboração própria.

Figura 20. Gráficos roseta: Santa Maria da Feira, Gondomar e Espinho



Fonte: elaboração própria.

Figura 21. Gráficos roseta: Vila do Conde, Matosinhos e AMP2020



Fonte: elaboração própria.

3. Narrativas da escala intraurbana

O concelho de Matosinhos foi escolhido para um primeiro exercício com o objetivo de testar o formato e a dinâmica da entrevista. Nesse sentido, as perguntas endereçadas foram mais livres e, com isso, a entrevista correu para um lado mais descritivo e focado sobretudo na contação de experiências específicas da pessoa de perfil técnico entrevistada. Dessa forma, ficou concentrada no caso de um projeto específico de Matosinhos e, com isso, foi importante para perceber como que um processo mais aberto de entrevistar poderia funcionar comumente para os outros casos. Assim, o método foi repensado e as reuniões seguintes foram conduzidas de forma diferente.

No âmbito da realização de entrevistas mais dinâmicas e livres, foram feitas escolhas pela parte das pessoas entrevistadas por prioridades de temáticas a responder. Ou seja, como as perguntas foram apresentadas de maneira conjunta e ficaram projetadas, alguns casos discursaram mais sobre uns assuntos do que outros. Nesse sentido, foram coletadas respostas que, em alguns pontos tem confluências, mas em outros ofereceram caminhos completamente distintos. A seguir serão apresentados e discutidos alguns trechos de acordo com as temáticas desenvolvidas nas entrevistas, nomeadamente, questões conceituais, de instrumentos do ordenamento do território, de articulações territoriais e de dinâmicas em curso. A estrutura das perguntas foi pensada de maneira a conectar as temáticas das perguntas em si, seguindo uma dinâmica de raciocínio contínuo e comparativo, de modo a identificar aprendizados.

3.1. Campo conceitual

No campo mais conceitual, as perguntas foram voltadas às práticas da câmara que buscam romper com a dicotomia natureza e sociedade e à reflexão da abordagem do passado e da atualidade. Basicamente todas as pessoas entrevistadas revelaram sentir uma diferença de abordagem do passado para as práticas recentes e também, sobretudo, para o que se espera no futuro. Nesse sentido, versaram sobre a desconexão da sociedade urbana com a natureza, sob o aspecto de uma visão limitada acerca do conjunto do meio ambiente e sobre as ações e visões do planeamento e da

governança no passado, numa perspectiva de aprendizagem, quer à nível municipal, quer à níveis supraconcelhios no âmbito da componente socioambiental. Com isso, os Quadro 22 e Quadro 23 reproduziram trechos retirados das entrevistas que tem a ver com aprendizagens e visões, respectivamente.

Designadamente no eixo das aprendizagens com o passado, identificou-se que, em termos do planeamento e da governança, as experiências anteriores voltavam-se mais ao desenho de um plano diretor que regulamentava onde podia e onde não podia ser construído. Foi mencionada mais de uma vez a prática dos espaços verdes serem o que sobrava, face às áreas com maiores potenciais construtivos para o modelo de urbanização. Nesse sentido, dificultava um olhar integrado dos impactos das alterações do território, abordando pouco a questão dos espaços verdes urbanos. E quando eram pensados, orientavam-se mais à perspectivas de preservação e de contemplação, com pouca assimilação das importâncias dos serviços prestados pelos sistemas naturais. Ou seja, a questão ambiental era tratada como externa e separada da social e urbana, em uma perspectiva mais regulamentar.

Na ótica das visões contemporâneas, foram feitas reflexões com base no passado para indicar o que se percebe na atualidade – sobretudo no ponto de vista dos espaços verdes urbanos – no âmbito do papel da componente natural para a qualidade de vida urbana e as dificuldades do pensamento acerca do que envolve o planeamento. Ou seja, as práticas do passado contribuíram para um fazer planeamento menos proativo e mais reativo ou defensivo, de maneira a estarmos muito atrás dos problemas criados pelas diretrizes do passado. Mas também houveram comentários acerca de uma percepção de aumento de sensibilidade e consciência, quer no âmbito das componentes naturais inseridas nos espaços verdes urbanos, quer no exercício do planear sob os pontos de vista das conexões territoriais, da participação pública e da importância do conhecimento do território, ponto fundamental para a gestão.

Quadro 22. Contribuições das entrevistas acerca de questões conceituais da aprendizagem

Concelho	Abordagem	Perfil	Discurso
Espinho	Aprendizagem com o passado	Político	Por um lado são os grandes efeitos dos grandes ataques, digamos ao funcionamento normal da natureza, mas também por má gestão nas zonas menos povoadas, ou seja, uma gestão diria conservadora no aspecto de não ter uma atuação sobre essa natureza. Ou seja, Portugal é um bom exemplo disso, no passado, estou aqui falando sobre as abordagens municipais e territoriais, temos um Estado que nos últimos 50 anos talvez, pelo menos nos anos da democracia adotou políticas de gestão ambiental, nomeadamente as florestas, no sentido de bloquear a sua gestão, ou seja, deixa-la como está, sem atuação, sem interferência. Isso é um erro, porque a manutenção e a gestão da floresta requer ação, requer iniciativa, requer gestão, portanto, já mais recentemente começa a perceber por causa dos incêndios a importância da gestão da floresta. No passado as abordagens eram simples, eram as zonas não edificadas, portanto as zonas verdes. Temos uma série de manchas basicamente que afetam o desenvolvimento do território em termos daquilo que são os planos urbanísticos de edificação, vamos dizer assim. E no passado a lógica era apenas dizer que não se pode construir porque é zona verde, e depois há uma faixa para linha de comboio, a outra faixa para autoestrada e a outra faixa para proteção marítima ou domínio público marítimo. Portanto, estas são as manchas onde o município que não pode atuar porque tem a tutela governamental.
Santo Tirso		Técnico	Nós planeávamos um território urbano e o que restava era a natural. Nós até definíamos manter o critério do sim e do não, o sim era do urbano e o não era o resto, era o natural. E isto está subjacente também uma valorização que se dava, porque dizer sim era o território bom para fazer coisas e etc, e o do não era o território onde havia chicote, porque era o território da Reserva Agrícola da Reserva Ecológica, que era o território não planeado e que não interessava. Acho que essa visão foi alterando e na revisão que fizemos em 2011...Porque também o plano estava tudo mais orientado para o urbano não é, embora nós no nosso território as características do nosso território é a mistura entre aquilo que é urbano e rustico rural...
Porto		Técnico	Até engraçado, quando revisei mesmo os relatórios de caracterização do diagnóstico, estava ali muito realmente uma fase da consciência mais ambiental que era ainda muito verde como valor de paisagem exclusivamente. Portanto, tudo o que tem a ver de facto com a importância que nós hoje sabemos dos sistemas dos serviços do ecossistema, que são prestados em meio urbano, tudo que diz respeito claro naturalmente aos riscos etc era completamente omissivo.
Maia		Técnico	O que meter ou o que cair nesta sarjeta está no oceano, quer dizer, esta ligação mental das coisas longínquas que as pessoas perderam por via da forma como encaram, a maioria das pessoas, como encaram hoje a vida, que é uma coisa muito contaminada no sentido da sobrevivência, associada também a um comportamento de consumo compulsivo, desligou as pessoas do sentido das coisas, portanto, e em planeamento, a ligação dos sentidos das coisas é o fundamental...É impressionante nessas sessões públicas, nalguns momentos discutimos isso, é impressionante, como é que vou dizer, é um sinal muito eloquente da distância que as pessoas criaram com os espaços em que vivem. A relação que as pessoas têm com a árvore, quer dizer, a maioria das pessoas vê que chegou ao ponto de ver a árvore como um incômodo...Portanto, eu, se conseguir reconstituir através deste universo conceptual, se conseguir regenerar essa vontade de preservar, de guardar coisas, de restabelecer contínuos naturais... Somos nós que trazemos a natureza à balbúrdia a que chamamos de cidade. Portanto, se eu conseguir voltar a ligar esses bocados de natureza encapsulados metidos em redomas, que são os jardins urbanos em contínuos até fora dos territórios urbanos, eu restabeleço verdadeiramente equilíbrios ambientais intra urbanos para os equilíbrios ambientais extra urbanos...O que vimos é que as pessoas nessas sessões públicas de discussão do PDM tinham instintos muito emotivos e relacionados com memórias do que já não tem. Na Maia, ou melhor se quiserem, no arco periurbano norte da Área Metropolitana, é necessário compreender que a matriz da paisagem, a paisagem aqui no sentido lato, paisagem histórica social e física é rural e, boa parte, quer dizer, são séculos de ruralidade...E a Maia, agora... Há uma procura brutal por solos para edificar, para instalar, para assentar atividades económicas, residenciais de todo tipo...Portanto, há um critério quantitativo de meados do anos 80 até o início do século XXI, há uma sobrevalorização do critério quantitativo deixando os critérios qualitativos amarrados a essa consciência da história.

Fonte: elaboração própria a partir de entrevistas realizadas.

Quadro 23. Contribuições das entrevistas acerca de questões conceituais de visões atuais

Concelho	Abordagem	Discurso
Maia	Visão contemporânea	<i>Hoje a função do rural entende-se que inclua toda a componente natural. E que muitas vezes, se calhar, nas primeiras gerações, estariam mais associadas às componentes produtivas, e hoje já estamos a falar de outro tipo de funções e temos a componente do lazer e da paisagem, da fruição coletiva...a parte também da natureza produtiva que hoje é diferente e tem outro nível de preocupações creio eu. Isso também ajuda a criar valor adicionado ou outro tipo de valor a essas componentes que não estritamente ligada à atividade produtiva clássica do agricultor ou do produtor florestal. Hoje toda a componente da indústria agroalimentar, da componente do turismo e da fruição dos espaços vai por essa via também. Portanto, eu diria que neste percurso tendemos a romper com essa dicotomia e, por outro lado, também a necessidade de ter os espaços naturalizados no solo urbano. Com isso, chegamos às áreas verdes urbanas, aos parques e jardins e a importância dos mesmos no contexto da vida social no dia a dia. Também se calhar a dicotomia que houve nos primeiros tempos e o que com isso acabou por levar por trazer algumas das cidades ou das áreas urbanas em que se começou a notar algum desequilíbrio, há um excesso de betão digamos assim, por comparação com o que deveria existir com a falta de verde, com a falta de natural de áreas naturalizadas. Fez com que se tivesse a noção de que era preciso procurar esse equilíbrio.</i> <i>Nós que tivemos diretamente ligados à essa experiência sofremos até alguma entropia conceitual, porque foram muitos anos a fazer do bombeiro a tentar remediar, digamos assim, a precipitação do erro veio com essa concentração e quantidade de urbanização do território. Por isso, eu hoje digo, tenho dito e escrito que no Arco Norte da AMP, particularmente no território gerido pela Maia, as duas palavras-chave são resgate e regeneração. Não uso por qualificação, não uso por reabilitação, uso resgate e regeneração. Se eu conseguisse nesses dois Rs, reestabelecer equilíbrios, eu podia voltar a um planeamento proativo. Portanto, isso significa, de fato, esta geração de PDMs que eu chamo desde o início, a nova geração do planeamento, não é uma verdadeiramente uma revisão do PDM, é mesmo um novo paradigma de plano. Porque é que também vem na sequência da finalmente acontecida revisão do quadro de legislação envolvente. Nova Lei dos Solos, novo registo, há uma nova, quer dizer, que chegou com 30 ou 20 anos de atraso, mas há verdadeiramente uma nova plataforma regulamentar e legal que permite efetivamente quase obriga até, acentuou também a dicotomia entre a decisão política e a investigação técnico científica, mas que quase obriga à prática do planeamento prospetivo e não do planeamento reativo e defensivo. E, portanto, nós temos que migrar, é isso que temos tentado fazer, do defensivo para o integrador.</i>
Santo Tirso		<i>hoje eu começo a ter consciência disso, a agricultura é muito má em termos ambientais. A gente deve ficar assustado com aquilo que realmente a agricultura pode ser, não é mesmo. E aqui nós sofremos muito com isso, porque aqui nesta zona do Ave foi tudo muito a cultura leiteira, que agora já não é com aquelas forragens campos de milho e aquele milho híbrido ou lá o que que é, transgénico. E muito da agricultura tradicional se perdeu e outra tendência que é passar campos agrícolas à vinha...Quer dizer nós já normalmente associamos é verde é bom, mas também pode ser mau. E acho que aqui nos falta muita cultura para quem está nessas equipas acho que nos falta muita cultura e até mesmo da própria agricultura...</i> <i>Eu acho que os sistemas naturais e isto como estava a dizer sob o ponto de vista da nossa consciência como técnicos e sobre isso que vou falar, acho que tem vindo a ser cada vez mais entendidos como sistemas estruturais no ordenamento do território... Nós temos discutido de uma forma proativa com o envolvimento da população e acho que as pessoas e a sociedade estão muito mais despertas para este tipo de questões, ainda que se não com muito conhecimento e fundamento que lhes permita ter uma visão bem informada, mas pelo menos a questão do verde, das árvores e tal, da floresta, as pessoas começam a perceber que isso é importante na questão do combate às alterações climáticas e etc. Portanto, começam a ter alguma sensibilidade para essas questões.</i> <i>Nas questões que vem das reflexões pós pandemia ou durante pandemia que a gente não sabe se já estamos no pós, acho que ainda não, mas tem a ver com a questão da redução das cadeias curtas e da introdução de cadeias curtas da produção alimentar, etc. Acho que nestes municípios a volta do Porto, entre os quais Santo Tirso, Maia, acho que é um papel muito importante porque há muita área agrícola boa área agrícola que podia funcionar como abastecedor da AMP...</i>
Valongo		<i>Nós temos avançado para um processo muito ambicioso com outros 3 concelhos da criação de uma imensa infraestrutura verde, nós criamos um parque que se chama parque Serras do Porto, que é uma infraestrutura verde. E é uma estrutura muito marcante que permite romper essa tal dicotomia entre a natureza e a sociedade...Vou dar exemplo, nós estamos hoje com obras no terreno, ou seja, algumas já existem. Olhamos com outros olhos para bioengenharia. Nos rios fazemos estruturas de mobilidade sustentável que no fundo são os antigos caminhos junto aos rios, ou então todo o território das Serras, está a ser ativado com a presença de trilhos. Quer dizer, que permitem que a cidade esteja ligada digamos assim a natureza, diretamente. Portanto, como é que a câmara está a procurar romper é no fundo articular, os grandes eixos são essas infraestruturas que nós temos... mas tudo isso ligado com os povoamentos. Ou seja, com as cidades e com as vilas... Depois, dentro da cidade, no espaço urbano, mais ou menos consolidado, o que nós fazemos fazem os outros municípios, que são os espaços verdes.</i>

Fonte: elaboração própria a partir de entrevistas realizadas.

3.2. Esfera de instrumentos do ordenamento do território

Relativamente aos instrumentos do ordenamento do território, foram levantadas perspectivas variadas pelos concelhos, conforme reportadas no Quadro 24. O tema da Estrutura Ecológica foi importante nas argumentações de Santo Tirso e do Porto, mais especificamente. Nesse sentido, o exercício de elaboração da estrutura ecológica requer olhares mais qualitativos e, consequentemente, maiores dificuldades de planejar. E nesse aspecto, o modelo do planeamento do passado exerce uma pressão no pensamento estratégico, pois, face à complexidade da problemática urbana atual, tem de ser feito um esforço para planejar de outra forma, que se apoie em componentes de valoração e qualificação que conduzam o regulamento do plano.

Notou-se que o conhecimento do território, que vem cada vez mais sendo adquirido sobretudo com o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas de deteção e monitorização, contribuiu para a delimitação de novos instrumentos que, em contextos de ocupação mais consolidada, como o caso do Porto, foi exigida uma capacidade criativa para orientar ações no âmbito socioambiental. Nesse sentido, o atributo do novo PDM do Porto de orientar ações de renaturalização de rios, mesmo os que estão cobertos, requererá um grande esforço da câmara para viabilizar as diretrizes estratégicas do plano.

Também foi relatado, tanto pelos perfis políticos quanto pelos técnicos, dificuldades enfrentadas para articular as duas frentes de trabalho, que acabam por vivenciar conflitos na execução dos objetivos estratégicos e na operacionalização do plano. Ou seja, há uma lacuna entre o que se desenhava para implantar e o que de fato vem a ser executado, sobretudo quando o fator dos financiamentos é determinante. Nesse sentido, como o PDM tem a vigência superior aos mandatos autárquicos, há tendências de mudanças estratégicas de acordo com o perfil político. E, com isso, alguns pensamentos integados e complexos podem ficar pelo caminho, onde outras prioridades são colocadas à frente, de acordo com influências supramunicipais.

No âmbito das reflexões acerca da temática dos instrumentos e da revisão do PDM, sobretudo com perspectivas de aprendizagem com o passado e com dinâmicas

recentes, foi levantada a questão da participação social, nomeadamente pelos concelhos de Valongo e da Maia. O discurso de Valongo versou mais sobre as contribuições de processos participativos quando no passado não eram praticadas, enquanto a exposição da Maia apontou a baixa adesão e dificuldades ainda de implementar processos mais integradores internamente e externamente. No entanto, os dois casos expuseram experiências que tiveram com os processos participativos dos projetos do Vale do Leça e das Serras do Porto e reportaram que foram processos difíceis mas ao mesmo tempo muito enriquecedores.

Quadro 24. Contribuições das entrevistas acerca de questões do ordenamento do território

Concelho	Abordagem	Discurso
Santo Tirso	Experiências do processo dos instrumentos	<i>Lembro-me das discussões que tivemos em 2011 quando tivemos que criar a estrutura ecológica municipal, foi quando foi criada essa figura, que nós tivemos muitas discussões ainda muito conceptuais de perceber o que na altura o Álvaro Dominguez também estava a dar apoio e nós tivemos a discutir muito como é que era, se a estrutura ecológica era uma categoria que responde à categoria de espaço, se não era, se era qualitativa e acabamos por nos fixar nesse conceito, que é um conceito que a estrutura ecológica é uma qualificação do território que se sobrepõe às outras categorias de espaço. E acho que aí nós começamos a entender mais o espaço natural como qualidades que interagem e qualificavam o território no seu todo sem esta dicotomia do rural e do urbano, mas que era o sistema que nos configurava o espaço e que fazia sentido para estruturar esse mesmo espaço, e também o espaço urbano. E foi assim que a gente tratou, tivemos alguma dificuldade regulamentar, que ainda temos, estamos a discutir essa regulamentação ainda há pouco neste PDM. E até da parte de alguns técnicos há uma visão um bocadinho, não sei se é negativa, mas desiludida relativamente aos resultados da Estrutura Ecológica.</i>
Porto		<i>Nós dizemos que este PDM não estabelece propriamente uma ruptura com o plano anterior porque a cidade é a mesma e muitas das suas dinâmicas se mantêm, mas neste domínio, volto a repetir, é provavelmente uma área em que há uma diferença muito mais significativa entre as duas propostas de planos. E então a componente que se calhar que vale a pena falar um bocadinho é mesma estrutura ecológica municipal. Pronto, que é a peça a que de facto pois sintetiza todo este esforço de visitar o nosso território, de aprofundar o conhecimento sobre ele e ter uma nova proposta de intervenção em termos de ordenamento do território. E de facto nós partimos aqui muito da rede azul, das linhas da água e que temos aqui uma noção do sistema húmido... E este PDM a aposta de forma decisiva na renaturalização das linhas de água. É evidente que temos a noção que há muitas dificuldades nalguns casos para o fazer, mas, portanto, a nossa perspectiva foi tentar aproveitar todas as possibilidades em que isso possa ocorrer por ainda termos condições de espaço disponível... Há ideias de construir novos parques ou novos jardins de proximidade em que a componente da linha d'água é fundamental na estruturação da tese do território... Esta estrutura ecológica neste momento faz parte da planta de ordenamento, o que significa que também aqui há uma diferença muito acentuada relativamente ao plano anterior.</i>
Valongo		<i>Nós abrimos umas dinâmicas completamente novas. A partir do momento em que deixamos de ter medo, e aí eu penso que foi um contributo importante de 2018, foi não ter medo de entrar num processo altamente participativo... eu acho que havia e há sempre ainda hoje já algum medo da participação cidadã... Eu acho que no passado não havia muito esta sensibilidade para a participação. As coisas eram decididas um bocadinho à porta fechada e, portanto, está a haver uma mudança muito grande. Acho que a participação é uma mudança qualitativa muito grande nestes processos e no fundo criando dinâmicas que estão já no terreno.</i>
Maia		<i>E a propósito do tema da integração, o caminho difícil relativamente ao envolvimento e, neste caso, à integração do social envolvendo as pessoas nos processos também, e esse caminho é de fazê-lo e trilhar no envolvimento dos colegas nos contextos de diversas ações de planeamento setorial na tentativa de integração. Sabemos a dificuldade que tem sido quer ao nível do planeamento fazer a integração multisetorial quer ao nível do desenho de projecto, e portanto, estão falados projetos multisetoriais que são fundamentais hoje... como sendo o referencial de projetos a considerar no próximo quadro. Mas são muito difíceis de, por um lado desenhar e sobretudo executar.</i>

Fonte: elaboração própria a partir de entrevistas realizadas.

3.3. Âmbito de articulações territoriais

As contribuições acerca do assunto da integração intermunicipal revelaram duas perspectivas gerais, uma mais voltada ao compartilhamento de dificuldades de integração e outra acerca de articulações em prática, conforme representado no Quadro 25. Nesse sentido, foram levantados fatores limitantes de concretização de projetos intermunicipais, no âmbito de competências e de arranjos instrumentais para desenvolver à nível intermunicipal e metropolitano, tendo como resultado, na prática, grandes esforços concelhios para realizar esses projetos. Dessa forma, dificulta que haja um planeamento mais integrador e que atravessa as fronteiras administrativas. A exposição de Santo Tirso trouxe o exemplo do projeto do Leça, que não conseguiu ser emplacado como um projeto metropolitano, mas do conjunto de quatro municípios, nomeadamente Santo Tirso, Valongo, Maia e Matosinhos.

Quanto às práticas referidas, o caso da Maia é interessante pela sua posição geográfica única na AMP que orienta à uma postura mais integradora no exercício do planeamento em termos intermunicipais. O concelho do Porto, pela sua expressividade na AMP, assume uma postura de influenciar práticas nos concelhos vizinhos e, por isso, se apóia no posicionamento estratégico e inovador. O projeto do rio Leça por ser recente e estar a ser implantado, apareceu repetidamente nas contribuições dos concelhos e, nesse sentido, por ser um esforço conjunto, orientou a comunicação mais constante entre as estratégias e decisões dos municípios. Contribuiu sobretudo para o desenvolvimento de arranjos políticos e estratégicos.

Com essas exposições, deduz-se que há tendências e tentativas de promoção de projetos e de estratégias supramunicipais que podem vir a construir redes de colaboração e cooperação na governança. Nesse sentido, percebe-se também um esforço da AMP em consolidar um arranjo regional capaz de romper barreiras administrativas e instrumentais. No âmbito socioambiental, é necessário que tomadas de decisão ocorram em conjunto e que o território seja gerido em conjunto para que, de fato, resultados concretos e ecossistêmicos sejam alcançados.

Quadro 25. Contribuições das entrevistas acerca de questões de integrações intermunicipais

Concelho	Abordagem	Discurso
Espinho	Dificuldades de articulação	<i>Mas efetivamente há essa dificuldade nos projetos intermunicipais. Nós estamos inseridos na AMP. Eu diria que não sinto que hajam bloqueios dos projetos metropolitanos, pelo contrário, mas sinto que a estrutura metropolitana não tem capacidade, a entidade metropolitana não tem capacidade técnica e meios para impor projetos de âmbito metropolitano. Ou seja, vemos vários projetos que estão em curso e o tempo que eles levam, os desafios que existem exatamente porque é uma estrutura técnica que tem ainda muito poucas competências do Estado central, tem um quadro pessoal muito restrito e portanto a maior parte das competências são colocadas diretamente nos municípios o que dificulta efetivamente o aparecimento de projetos intermunicipais.</i>
Santo Tirso		<i>Quanto às questões mais práticas, são sempre sistemas complexos porque o território não tem fronteiras e normalmente esses sistemas atravessam e não se circunscrevem em um município só. E depois, claro que colocam esses problemas de articulação e de definição de políticas conjuntas, porque nós também não temos estruturas supra municipais adequadas à gestão destas políticas... E a partir de 2016 criamos na área metropolitana, começamos a tentar introduzir o rio Leça como agenda metropolitana. Mas tivemos algumas dificuldades e essas dificuldades até se refletem na forma como o processo decorreu porque nunca foi entendido como um projeto metropolitano como nós gostaríamos que fosse, mas como um projeto intermunicipal que corta parte da AMP e a AMP também como parceira. Mas não é um projeto metropolitano, é um projeto de 4 municípios.</i>
Maia	Práticas articuladoras	<i>A Maia no arco norte da AMP, no contexto da AMP, é o único concelho interior, não tem fronteira com a área exterior da AMP, nem com a frente atlântica, e por outro lado é o único concelho que faz fronteira com 7, portanto, se há definição de rotunda, se há necessidade de visão territorializada intermunicipal é na Maia. Porque a Maia é completamente interior na AMP, e é a única. Portanto, nós temos essa tradição, compreendemos isso cedo... As fronteiras norte nascente e poente da Maia são fronteiras rigorosamente administrativas em termos territoriais e há uma extensão, digamos assim, há contínuos que extravasam as fronteiras administrativas. Daí que nós na Maia, desde muito cedo quando foi possível sobretudo na segunda geração de planos começar a interagir de uma forma intermunicipal. Sempre fomos grandes defensores e procuramos muito a plataforma da área metropolitana para poder debater os temas associados ao território. Na perspectiva do macro planeamento, percebemos cedo no início do século que as políticas de regeneração têm que ser territorializadas e não faz qualquer sentido do ponto de vista técnico científico tomar demasiado a sério as fronteiras administrativas.</i>
Porto		<i>Existe uma comissão que acompanha o desenvolvimento do plano e nessa comissão que acompanha participam os municípios vizinhos e, portanto, aquilo que nós tivemos foi a hipótese com eles discutir algumas das situações de fronteira, nomeadamente em termos desta estrutura ecológica. Não fazia sentido que ela não tivesse alguma continuidade, pronto e, portanto, em várias situações o que nós tentamos foi quer na própria definição da nossa própria estrutura quer tentando influenciar também propostas dos vizinhos. Portanto, fizemos a articulação que foi particularmente evidente grande, fizemos com Matosinhos que não podia deixar de ser, mas também compo uma até... porque no caso de Gondomar, é engraçado, porque nós temos ali a nossa zona até ecologicamente mais forte, na zona oriental onde está ainda mais preservada que temos ali ainda espaços mais livres e que justamente do lado de Gondomar muitas delas até são a fronteira urbanizada do lado de Gondomar. Mas até achamos que esta nossa aposta aqui poderá dar força, pois aqui há um rearranjo mesmo do ponto de vista de Gondomar deste espaço de ligação nós assumimos também muito esta vocação da área de baixa densidade que também é uma novidade.</i>
Valongo		<i>O Parque das Serras do Porto obrigou a um diálogo muito profundo entre os três municípios, porque são 60 quilómetros quadrados partilhados por três municípios e que estão, obriga a que os instrumentos de gestão territorial, os PDM que é o principal IGT, instrumento de gestão territorial do território desses três municípios esteja perfeitamente articulado. A pior coisa que há na gestão de uma área, digamos assim, de qualquer território é haver incoerência nas decisões. Ou seja, se o projeto entra no concelho tem uma decisão, se entra noutro tem uma ou outra decisão. Isso mata completamente a gestão do território e, portanto, fomos mais uma vez bater à porta do conhecimento para gerirmos o nosso território. Quando me perguntam como é que está a ocorrer esta relação intermunicipal no planeamento, é total. Quer ao nível do planeamento quer ao nível da operacionalização e eu dei o exemplo ao nível da operacionalização. O Rio Leça inevitavelmente vai também obrigar a fazer articulação intermunicipal no planeamento e dar origem também a casos concretos de operacionalização.</i>

Fonte: elaboração própria a partir de entrevistas realizadas.

3.4. Contexto de dinâmicas, experiências e visões

No que diz respeito à exposição de dinâmicas e iniciativas em curso, a maior parte dos relatos discursaram no âmbito da renaturalização de rios, como é possível identificar no Quadro 26. Nesse sentido, a fala da Maia indicou a o motivo desse recurso natural estar entre a maior parte dos projetos. De fato existe uma maior sensibilização da condição dos rios como contínuos e, essa questão juntamente com o conhecimento do contexto da atividade humana e urbana ser conduzida pelos cursos d'água para os oceanos, contribuem com uma conscientização popular. Como consequência, há um estímulo às intervenções nessas componentes, que acabam por ter com uma maior aderência na agenda da renaturalização. Pode ter a ver também com a questão tecnológica empregada, porque consegue atingir resultados mais rápidos do que a implantação de corredores inteiros arbóreos, que demoram anos para se consolidar. Nesse sentido, o caso do Porto se apóia na questão da umidade e do aproveitamento dos contextos aluvionares como corredores ecológicos por excelência a partir do enfoque na renaturalização de sistemas de cursos d'água.

Um ponto de vista trazido por Santo Tirso foram as possibilidades de repercussão e expansão multidisciplinar do caso do rio Leça, que é um curso d'água totalmente inserido na área metropolitana, condição essa que favorece a viabilidade do projeto. Nesse aspecto, é um plano importante e expressivo que oferece oportunidades de leitura na totalidade, de maneira a fomentar o desenvolvimento de programas educativos e investigativos acerca da história, da geografia, do patrimônio e sobretudo da componente socioambiental do próprio curso d'água. No âmbito das ações educativas, foram mencionados diversos casos em que foram realizadas atividades em conjunto com escolas, demonstrando sobretudo a importância que as câmaras tem dado ao desenvolvimento da cultura do território para com as crianças.

3.5. Exposição de análise qualitativa e contribuições

Quanto à validação do exercício qualitativo desenvolvido no âmbito dessa investigação, foi interessante perceber como os comentários foram

Quadro 26. Contribuições das entrevistas acerca de questões de dinâmicas em curso

Concelho	Abordagem	Discurso
Maia	Experiência de dinâmicas em curso	<i>Não é por acaso que está a acontecer o Plano Intermunicipal do Leça. E não é por acaso que é o primeiro verdadeiramente próximo do plano de ação. Aliás está no terreno em parte, mas a associação está constituída, intermunicipal, etc...Nós usamos o rio é um bocado de desespero. Ou seja, pega-se no rio porque o rio por excelência é um contínuo, é fluido. O rio não conhece fronteiras, quer dizer, não há político nenhum que consiga contrariar o argumento que temos que tratar do rio porque se eu tratar do meu rio, do rio no meu território e ele não vier tratado a montante, e é assim, os rios são o leito, são as encostas, são as vertentes, os afluentes, é todo um território. Portanto, é fácil usar o rio como a noção mais eloquente da necessidade da territorialização do pensamento e das políticas, e foi o que fizemos. Quer dizer, o Leça era um ótimo exemplo porque atravessa territórios que foram industrializados de forma pouco inteligente, aliás é só subir o rio e apanham-se as zonas industriais todas dos anos 70. Se subirmos o Leça apanhamos em cordão todas zonas de produção industrial dos anos 70, porque o rio era o esgoto, não é. Quer dizer, a infraestrutura da drenagem dos afluentes da indústria era o rio.</i>
Santo Tirso		<i>Fizemos o estudo e com base nesse estudo foi criado alguma massa crítica e algum conhecimento e instrumentos que permitiram fazer alguma pressão sobre primeiro os próprios municípios e depois sobre o poder central...Com a promoção da biodiversidade, mas que se pretende depois alargar a associação que tem outros objetivos e depois até mais operativos de criação da relação entre sociedade, economia e natureza, portanto, de criação de dinâmicas em torno desta área. E acho que nesse aspecto acho que é um bom exemplo de projetos futuros que se podem fazer. No entanto, como estava a dizer, é uma pena não existir um enquadramento administrativo que permita desenvolver estes processos...O rio Leça é o rio que é metropolitano e permite dentro da área metropolitana, em 40 km nós podemos ter mesmo em termos de educação ambiental, podemos ter a leitura do rio na sua plenitude, desde nascente até a foz e com todos os seus problemas...Portanto, é o rio que tem muitas coisas que podem funcionar. Como nós pretendemos até criar polos em cada um dos municípios de trabalho e de investigação relacionados com experiências de boas práticas relacionadas com o tipo de problemas que se põem ao longo do rio. Acho que pelo menos é um projeto que tem uma dimensão e propósitos que são exequíveis e podem tornar-se exemplares, porque outras questões são muito mais abrangentes e exigem uma concentração até da governança que tem muito mais entidades envolvidas. Este é um problema que nós podemos ainda configurar a nossa escala e que podemos conseguir resolver a nossa escala sem ter muita obrigatoriedade de envolvimento de muitas entidades externas, que muitas vezes trazem muitos problemas...temos a noção de que isto tem que ser quase como se faz uma autoestrada se nós não conseguirmos o acordo, temos que fazer uma declaração pública e fazer a expropriação das margens para podermos intervir nelas, porque é um projeto que só faz sentido em conjunto. Mas estamos também cientes de que vai ter aceitação por parte da população, e há troços que já estão feitos. Matosinhos já está a trabalhar muito, já vinha a trabalhar no âmbito do PEDU, já vinha a fazer percursos pedonais e uma ciclovia que também nos interessava fazer e tem a intenção de ter um percurso que em Santo Tirso não há de ser tão acessível por ter zonas muito difíceis, mas no limite queremos ter um percurso que fosse acessível e que nos permitisse percorrer o rio da nascente até a foz.</i>
Valongo		<i>Nós temos exemplos de renaturalização de áreas verdes artificializadas. Nós em Ermesinde e em Valongo, Ermesinde e Alfena, mas temos já um exemplo em Ermesinde no Rio Leça, onde através do recurso a bioengenharia, nós através da bioengenharia estamos a fazer contenção de margens, recuperação de margens, algumas margens eram artificializadas com muros, por causa daquela questão antiga, são rios que no passado a solução era fazerem muros de pedras para evitar o assoreamento. E nós aqui que estamos, nós estamos usar a técnica de bioengenharia e estamos a recuperar parcelas de margem para também fazer mobilidade sustentável. São no fundo caminhos para as pessoas voltarem a caminhar nos corredores fluviais, nos corredores ribeirinhos, digamos assim, que também são infraestruturas verdes, são sistemas que nos oferecem vantagens ecossistémicas. Andar a pé, respirar, contemplar, fazer exercício físico, conviver, defender a natureza e salvaguardar ou promover a biodiversidade, garantir que a água está boa e não chegue aos mares má, porque o mar é hoje o sítio para onde vai toda a atividade humana. Portanto, quando nos perguntam por iniciativas de renaturalização, temos no Leça e também temos no Ferreira em pequenas parcelas quer nos rios principais, Leça e Ferreira, quer nos afluentes. Conseguimos que a APA nos apoiasse com quatro milhões de euros que vão ser aplicados ao longo do rio Leça que dá mais ou menos 1 milhão de euros que é no fundo recuperação das margens do rio Leça. vai ser um milhão em cada concelho, à volta disso. a recuperação das margens com intervenções com recurso a bioengenharia, vai ser um ganho muito, muito. E depois terminando no fundo são iniciativas que são eminentemente iniciativas que envolvem uma profunda articulação entre a natureza e a sociedade, através das entidades públicas, mas também através da academia, através de associações de defesa do ambiente e através desta força brutal que é a força da cidadania.</i>
Porto		<i>E de facto nós partimos aqui muito da rede azul, das linhas da água e que temos aqui uma noção do sistema húmido que, 75% das linhas de água do município estão canalizadas. E este PDM a aposta de forma decisiva na renaturalização das linhas de água. É evidente que temos a noção que há muitas dificuldades nalguns casos para o fazer, mas, portanto, a nossa perspectiva foi tentar aproveitar todas as possibilidades em que isso possa ocorrer por ainda termos condições de espaço disponível.</i>

Fonte: elaboração própria a partir de entrevistas realizadas.

predominantemente endereçados aos parâmetros que não foram preenchidos nos gráficos. Dessa forma, as notas indicaram que haviam questões em falta e que provavelmente estariam ligadas à não estar nos objetivos estratégicos, mas em outros instrumentos, conforme reproduzido no Quadro 27. Nesse sentido, como a lente da governança foi a que apresentou mais resultados de discurso indireto, as contribuições acerca dela versaram no sentido de que os parâmetros estariam mais presentes no processo do planejamento e da governança de formas indiretas e internas, não propriamente no discurso dos objetivos estratégicos.

Relativamente à proposta facultativa de exercício de contribuição, foi obtida uma resposta, designadamente do concelho de Santo Tirso. Foram feitas indagações acerca de alguns parâmetros utilizados, nomeadamente na gestão de recursos naturais, mobilidade sustentável e infraestrutura básica. De fato, a descrição dos critérios foi elaborada de maneira simples e propositadamente sucinta, com o objetivo de aperfeiçoar competências da síntese. E a proposta da atividade objetivou a validação da análise qualitativa a partir da reflexão individual da pessoa entrevistada, sem interferências da investigadora. No entanto, foi relatado que para a pessoa que estava a realizar o exercício, ficaram em falta maiores definições dos critérios mencionados.

Conforme reportado na resposta do exercício, que está representada na Figura 22, o quadro que se refere ao futuro foi preenchido de acordo com a previsão do PDM, que estava em vias de ser concluído na altura, designadamente em julho de 2021, enquanto o primeiro reporta o que foi operacionalizado do PDM de 2011. Em termos comparativos, notadamente percebe-se uma divergência entre a análise qualitativa dos objetivos estratégicos do PDM e do que foi concretizado. Ou seja, houveram avanços em campos que, de acordo com a análise qualitativa realizada, não estavam previstos nos objetivos estratégicos, principalmente na lente da governança. Quanto ao que está enquadrado na revisão do PDM, percebe-se que a lente social está mais coberta do que o gráfico roseta realizado a partir dos objetivos estratégicos dos termos de referência para revisão do PDM. Ainda que a adesão ao exercício tenha sido baixa, o resultado foi satisfatório em termos de desenvolvimento de competências e de ferramentas metodológicas a serem trabalhadas em investigações futuras.

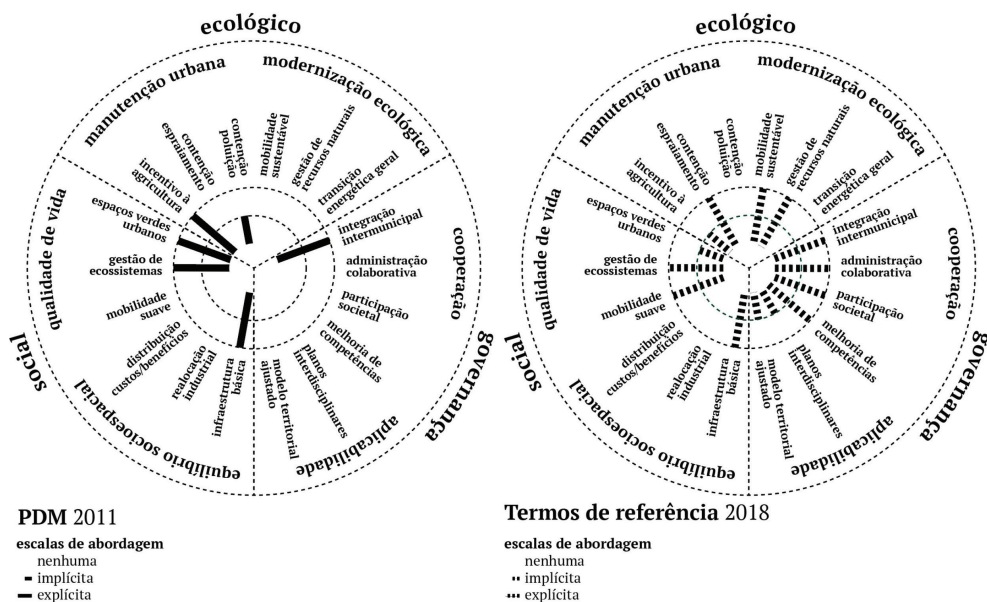
Quadro 27. Contribuições das entrevistas acerca dos gráficos roseta

Concelho	Abordagem	Discurso
Espinho	Reflexões e contribuições	<i>Numa primeira análise rápida ao que aqui está. Se repararem ao nível da governança é muito pouca ação. Portanto muito, muito pouco é dito acerca da governança. Isto porque a equipa de PDM é uma equipa urbanística pura. Se repararem os aspetos digamos de que tem a ver com as manchas urbanas ou com os atributos são os aspetos mais preenchidos. O que está mais ligado ao planeamento urbano propriamente dito, está mais preenchido e depois a que está menos preenchida é exactamente a zona de governança que tem apenas uma piscina que no íntimo de integração intermunicipal. Isso tem a ver com as próprias competências de quem elabora o documento e as preocupações de quem elabora o documento. digamos a preocupação que na altura havia de fazer a tal postura aos aspetos de planeamento, mas em planta portanto uma lógica de trabalho em planta. Portanto acho que isto de facto muito certo com o que fez com que um raciocínio que também tinha, mas também com uma linha de pensamento político da liderança municipal... por exemplo a administração colaborativa para passar a ser tal a melhoria de competências e os planos interdisciplinar de modelo territorial ajustado são áreas que nós trabalhamos, mas não ao nível do PDM. Portanto trabalhamos internamente... Uma das coisas que tínhamos previsto neste pdm e não concretizámos foi exactamente esses canais verdes das ribeiras, não conseguimos concretizar. Há outras ações que também não vamos poder concretizar, nós temos essas ribeiras a este do concelho ligam parques verdes, chamados parques cidade são parques muito naturais, nós queremos que continuem naturais, não podemos estar a ajardiná-los, mas são efetivamente parques naturais e públicos. Não podemos estar a desenvolver esses parques se não há como lá chegar. Temos uma série de projetos ligados à área que não podemos desenvolver porque não fizemos os canais de ribeiras tanto aqui algumas coisas que estavam previstas em PDM e outras não estavam, portanto quando se vai operacionalizar aparecem outras oportunidades que não estavam no PDM e às vezes as do PDM não aparecem oportunidades e não são desenvolvidas. A transição energética, primeiro não são só os municípios, não é só iluminação pública ou só substituir caldeiras a combustível por gás ou por painéis solares. É muito mais que isso, é transformação industrial, os tipos de consumo de hotéis no nosso caso. Não aparecem oportunidades, portanto estou a falar de financiamento. Há aqui uma componente política nas escolhas do plano de ação e eu falei um bocadinho sobre isso antes que é um político, com o objetivo de um mandato e é um PDM com objetivos de década. Tivemos um orçamento participativo, temos vários projetos, eles não estão integrados com as propostas do PDM.</i>
Valongo		<i>Nós temos muitas ferramentas adicionais que eu tenho algum receio que não sejam captadas no processo em curso...E depois disto estamos a fazer todos os anos nós integramos aquele projeto inovador da Católica em Lisboa os ODS local e era aquele projeto que envolvia estudar como os municípios estavam a trabalhar os 17 ODS...Mas isso pode não estar envolvido no planeamento do PDM e não temos só isso. Quando eu vejo que melhoria de competências ou de planos interdisciplinares eu tenho planos interdisciplinares nós temos por exemplo nós temos 2 planeamentos que fizemos...e nós temos o Plano Municipal de Urbanismo Sustentável. Temos o Plano Municipal de Acessibilidade para Todos. Temos planos ligados à sustentabilidade dos 17...Então nós estamos a colaborar com a universidade de Aveiro e o Laboratório de Políticas Públicas naquela questão do projeto piloto à procura do teu lugar. Aliás vou te dizer uma das consequências fomos o primeiro concelho de Portugal a aderir à Rede Cidade das Crianças. Basta olhar a gente percebe logo. O que eu acho porque eu acho que também facilita a vida, porque eu conheço a ferramenta e eu percebi logo quando vi isto que falta aqui informação. E vocês podem ajudar.</i>
Porto		<i>como incorporam a questão da estrutura ecológica estar dentro da planta de ordenamento? Isso é uma questão da governança, para nível de decisão. Como capturam esse tipo de mudança? O plano foi participado. No PDM não fazia sentido estar a dizer que o objetivo é ter um plano participado. No caso do Porto, o PDM acaba por ser mais complementar a outras intervenções.</i>
Maia		<i>E sim eu acho que faltam aqui coisas se calhar não estão completamente explícitas no relatório. Nós temos trabalhado mesmo no processo de revisão nos incentivos à agricultura temos trabalhado creio eu também na contenção da poluição. Temos trabalhado na transição energética também através de instrumentos setoriais como seja o Plano de Ação para a eficiência energética ou até o Plano de Ação para a adaptação às alterações climáticas que são dois instrumentos setoriais que foram já elaborados até pela adesão ao Pacto dos Autarcas e que de algum modo teremos que integrar também e é isso se calhar não estavam totalmente explícitos nesse documento.</i>

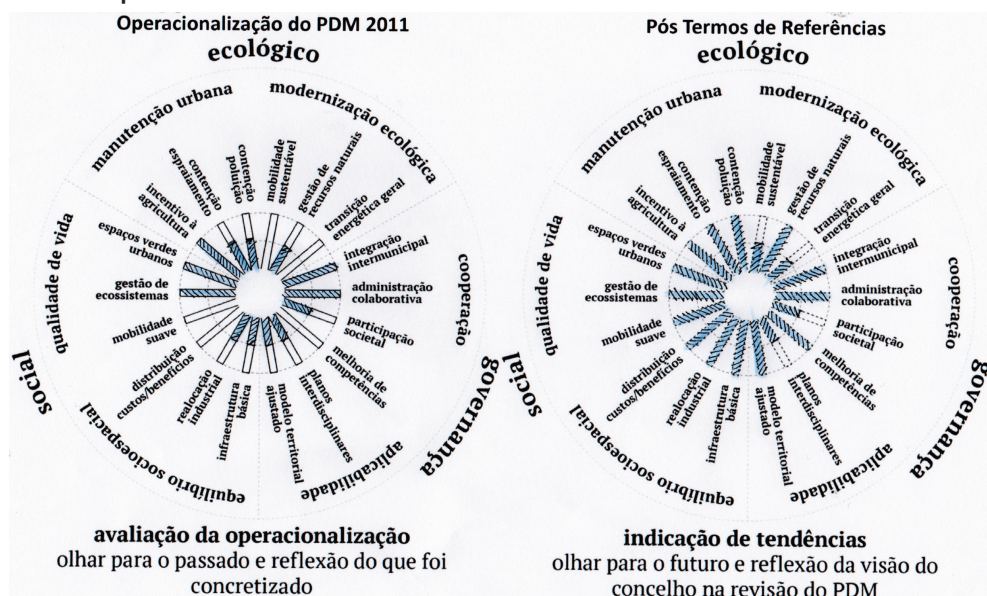
Fonte: elaboração própria a partir de entrevistas realizadas.

Figura 22. Exercício de contribuições de Santo Tirso acerca dos gráficos roseta

Gráficos análise qualitativa realizados na investigação



Visão do perfil técnico entrevistado



Fonte: elaboração própria com reprodução do material enviado por Santo Tirso.

Notas Finais

A componente teórica dessa investigação, de uma maneira ambiciosa, procurou reunir e apresentar conceitos e expressões que tem relações entre si. Ainda que as perspectivas nesse recorte tenham sido abordadas de uma forma mais genérica e global, essas exprimem potenciais correspondências com a parte empírica dessa investigação. De modo a avançar às metodologias e ao estudo de caso, importa antes fazer algumas observações acerca do que foi discutido até esse momento.

Em termos de desafios conceituais, foram expostas as complexidades de determinação do significado de natureza, que revelaram o caráter elástico do conceito. Assim como a cultura, a natureza indica modificações do pensamento humano. A reconstrução histórica da ideia da natureza demonstrou a transformação de seu significado no tempo que, por sua vez, ao ser conduzida à exterioridade pelo desenvolvimento científico, se direcionou para uma posição cada vez mais dialética no ideário social.

À medida que passou a ser descrita como poderosa, também foi colocada na condição de fragilidade face ao comportamento humano. No entanto, considerar a relação com a natureza como um produto histórico parece ser mais interessante para superar a ideia da dominação da natureza, e também para ter olhos mais atentos às redes de interação entre sociedade e natureza. Pode, inclusive, evidenciar as disputas sociais e políticas intrincadas no território da definição do termo.

As perspectivas teóricas apresentadas se debruçam na discussão acerca das mudanças da relação da sociedade com a natureza no âmbito da produção do espaço urbano capitalista. Nesse aspecto, incorporaram os conjuntos da natureza e da sociedade com o objetivo de construir narrativas teóricas acerca dos efeitos dos processos de urbanização e da industrialização. De uma maneira geral, as abordagens reunidas refletem questões circunscritas nos processos materiais de manutenção do modelo urbano e da reprodução simbólica da natureza.

A conjunção das componentes social e natural na prática de produção material do espaço – proposta pelas ideias da urbanização da natureza e da produção da socionatureza – manifesta a participação dos domínios sobretudo cultural e político

nesse processo. Com isso, fica evidente a importância do discurso político e das linguagens representacionais no processo de produção de sionaturezas. Nesse sentido, a perspectiva do metabolismo urbano ainda que seja mais técnica, pode incluir as ciências sociais e políticas no desenho dos fluxos, de maneira a mapear redes de produção de desigualdades e orientar medidas de justiça socioambiental.

Tanto os desafios conceituais quanto os olhares teóricos não se limitam em si e estão, por sua vez, totalmente correlacionados com as dificuldades práticas da questão socioecológica urbana, tendo interferência direta nas orientações do planejamento e da governança. A globalização, a urbanização extensiva e o reescalonamento territorial urbano ampliaram a crise ecológica para uma realidade total que demandou a mudança de narrativas político ambientais.

A natureza manifestada como um símbolo de crise em virtude da industrialização e da urbanização foi incorporada na pauta planetária que, conseqüentemente, passou a pressionar as escalas locais e regionais para tratar da questão ambiental, sobretudo a partir de meados do século XX. A cronologia da mudança das narrativas político ambientais exposta anteriormente apresenta o percurso do papel atribuído à natureza na cidade e também da questão ambiental face às abordagens políticas.

A trajetória da questão ambiental forneceu bases importantes para a análise do estudo de caso dessa investigação, que buscou identificar as mudanças do discurso político no âmbito da relação da sociedade com a natureza e os rebatimentos na governança e no ordenamento do território. Logo, nesse sentido, a componente metodológica foi fundamental para desenvolver critérios analíticos das narrativas estratégicas do planejamento territorial.

Desenvolver uma pesquisa majoritariamente qualitativa e com abordagem exploratória foi um desafio que exigiu competências interpretativas, sistemáticas e criativas. Nesse aspecto, o exercício contribuiu e muito para um amadurecimento do que envolve elaborar uma pesquisa. Uma das premissas do trabalho foi desenhar processos que pudessem contribuir com caminhos não pré determinados, de maneira a abrir o campo de visão. E essa dinâmica também refletiu complexidades na tarefa

seguinte, que foi especificar e recortar dados para discutir resultados. Quanto ao detalhamento da execução das tarefas, o intuito foi comunicar todo o processo, sobretudo por conta da significativa componente qualitativa que compôs esse trabalho. Nesse sentido, a ideia foi conduzir quem está a ler a dissertação de forma que pudesse percorrer e perceber melhor o encadeamento da produção de dados.

Ainda acerca das questões metodológicas, a análise de conteúdos foi realizada em três etapas, sendo a primeira delas mais focada na linguagem concreta dos objetivos estratégicos em busca de termos gerais recorrentes que balizaram diretrizes tendo como pano de fundo a análise da trajetória das narrativas político ambientais, a segunda em que foram destacadas temáticas dentro dos campos social, ecológico e da governança e a terceira que enfatizou os argumentos das entrevistas realizadas em uma perspectiva comparativa do passado e do presente acerca de visões conceituais, de instrumentos do ordenamento do território, de articulações territoriais, dinâmicas e validação do exercício qualitativo dessa investigação.

De acordo com os procedimentos metodológicos da pesquisa, a elaboração e a concretização das entrevistas também foi uma experiência enriquecedora e desafiadora pois seguiu um modelo semiestruturado e aberto. A sistematização das informações e dos conteúdos foi executada de maneira mais subjetiva e interpretativa, bem como nas outras etapas. Contudo, a articulação das entrevistas entre si não foi tão complexa quanto esperado pois, genericamente, os discursos convergiram.

Quanto aos resultados obtidos, pode-se considerar que os objetivos tanto gerais quanto específicos da investigação foram alcançados e que a pergunta de pesquisa pode ter sido respondida, talvez de modo mais subjetivo. O que é compreensível, pois a questão geral era ambiciosa, exploratória e aberta, onde a componente do tempo traz complexidade, visto que os planos analisados compreendem períodos e gerações de planejamento distintas.

Foram confirmadas alguns pontos da fundamentação teórica na obtenção de resultados, como tendências de ênfase em políticas de valorização e qualificação da componente ambiental bem como de gestão e de modernização ecológica, as

dificuldades regulatórias e institucionais dos arranjos territoriais para promoção de projetos mais abrangentes que buscam escalas metropolitanas e regionais e as transformações das visões acerca da relação da sociedade urbana com a natureza no âmbito das cidades, sobretudo com perspectivas mais conscientes da importância de rompimento da dicotomia sociedade e natureza. Foi verificado também que questões de primeira geração da política ambiental, nomeadamente provisão de infraestrutura básica, ainda estão entre os objetivos estratégicos, o que significa que não foi possível ainda avançar integralmente para as questões da segunda geração, que focalizam nas alterações climáticas, gestão de recursos naturais e dos hábitos de consumo.

Genericamente, Portugal aprendeu muito com as práticas do passado, sobretudo quando o assunto é preservação e orientação do plano diretor para suportar o crescimento urbano. Dessa forma, refletiu acerca das prioridades do passado e das consequências das políticas adotadas. Assim, se reorientou para questões mais qualitativas do que quantitativas, como era no passado. Nesse sentido, concluiu que ignorar que paisagem e recursos ambientais estão separados da sociedade e que enquadrar o ordenamento do território como um regulamento do que pode e onde pode construir e impermeabilizar foram um erro.

No âmbito do ensaio acerca dos concelhos da Área Metropolitana do Porto, recorrecontes foram os casos que apontaram diretrizes de renaturalização de componentes ambientais urbanos, com posturas até ambiciosas e cientes da complexidade de implementação no futuro próximo. Foram enfáticos com o papel dos cursos d'água e sua importância na prestação de serviços ecossistêmicos tanto nos limites internos das cidades quanto externos. Os resultados expressaram também uma maior conscientização e envolvimento da população na temática ambiental. Nesse sentido, é importante entender que a cidade não é o oposto da natureza, ela é uma natureza metabolizada que deve ser realizada como parte integrante do ecossistema.

Ao refletir acerca da componente teórica face à empírica, verificou-se que as noções do impacto do modelo urbano tem ganhado relevância no pensamento estratégicos do planeamento territorial municipal. Nesse sentido, a questão do metabolismo urbano se manifesta na discurso pelo encurtamento de cadeias e da economia circular,

focando sobretudo no funcionamento das redes urbanas. No âmbito das narrativas acerca da implantação de parques e praças como reforço de quantidade e qualidade dos espaços verdes se enquadra na discussão da produção da natureza. Já no âmbito do reescalonamento territorial da governança urbana, verificou-se que essa é uma questão que tem sido abordada como um fator ainda limitante quando se trata de esforços pela cooperação metropolitana, onde disputas do espaço regulatório local e regional se manifestam tanto por fatores políticos quanto institucionais, no sentido de faltar ferramentas e competências para construir a escala de atuação supramunicipal.

As experiências e os aprendizados dessa investigação certamente não se encerram nessa dissertação, pois é pretendido dar continuidade no exercício da análise dos discursos estratégicos, de maneira reforçar a metodologia de sistematização das categorias. Para isso, trabalhar sobretudo coletivamente com as câmaras municipais de modo a discutir e validar as ferramentas desenvolvidas no âmbito da investigação realizada, para elaborar leituras de perfis específicos dos concelhos. Ou seja, através da validação qualitativa dos gráficos roseta, sistematizar modelos estatísticos que reúnem as informações e indicam perfis do discurso estratégico dos concelhos.

Para além da análise dos objetivos e da linguagem do discurso, também é objetivado verificar, sobretudo, a operacionalização dos PDMs para perceber as lacunas entre discurso e concretização das estratégias. Dessa forma, pode ser possível perceber melhor partes do discurso estratégico que tem maior aderência na operacionalização e quais as possíveis motivações para esse desempenho. Nesse sentido, pode ser uma ferramenta interessante para monitorizar não só o que foi implementado, mas, em termos qualitativos, visões socioecológicas que ficaram por serem desenvolvidas.

Ou seja, desenvolver a investigação em etapas, sendo que essa primeira pode ser enquadrada como uma aproximação de ferramentas analíticas a serem amadurecidas para consolidar avaliações rigorosas e focadas nas narrativas, influências e operacionalização. Dessa forma, as etapas a seguir buscarão novas técnicas, sobretudo estatísticas, para avaliação de possíveis perfis municipais com um processo desenvolvido em conjunto com pessoas tanto de perfil técnico quanto político que tenham interesse em colaborar.

Referências

Bibliográficas

- Alteração ao Regulamento do Plano Diretor Municipal de Vila do Conde, Diário da República n.º 165 Série 2 de 2018-08-28 (2018).
- Angelo, H. (2020). O imaginário do esverdeamento urbano: a natureza urbanizada na região alemã do Vale do Ruhr. *E-Metropolis*, 8–29.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro (trans.)). Almedina Brasil.
- Berg, B. L. (2001). *Qualitative research methods for the social sciences* (4th ed.). Allyn & Bacon.
- Blaikie, N. (2000). *Designing Social Research*. Polity Press.
- Brenner, N. (2018). A globalização como reterritorialização: o reescalamento da governança urbana na União Europeia. In *Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica*. Letra Capital: Observatório das Metrôpoles.
- Brenner, N., & Schmid, C. (2014). The “urban age” in question. *International Journal of Urban and Regional Research*, 38(3), 731–755.
- Broto, V. C., Allen, A., & Rapoport, E. (2012). Interdisciplinary Perspectives on Urban Metabolism. *Journal of Industrial Ecology*, 16(6), 851–861.
- CMAD. (1991). Nosso Futuro Comum. In *Nosso Futuro Comum*.
- Comissão Europeia. (2019). Pacto Ecológico Europeu. In *Comissão Europeia*.
- Cunha Dias, R., Guedes Vidal, D., Castro Seixas, P., & Maia, R. L. (2020). Os espaços verdes e as preocupações com a sustentabilidade nos Planos Diretores Municipais de 3ª geração: Análise comparativa das Áreas Metropolitanas em Portugal. *CIDADES, Comunidades e Territórios*, 41, 44–70.
- Dey, I. (2005). *Qualitative data analysis: A user-friendly guide for social scientists*. Routledge.

- Dias, R. C., & Seixas, P. C. (2017). Modelos regionais de governança da sustentabilidade : Uma análise às primeiras estratégias integradas de desenvolvimento territorial em Portugal. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 48, 5–16.
- Dias, R. C., & Seixas, P. C. (2019). Territorialização de Políticas Públicas, Processo ou Abordagem? *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 55, 47–60.
- Dijst, M., Worrell, E., Böcker, L., Brunner, P., Davoudi, S., Geertman, S., Harmsen, R., Helbich, M., Holtslag, A. A. M., Kwan, M. P., Lenz, B., Lyons, G., Mokhtarian, P. L., Newman, P., Perrels, A., Ribeiro, A. P., Rosales Carreón, J., Thomson, G., Urge-Vorsatz, D., & Zeyringer, M. (2018). Exploring urban metabolism—Towards an interdisciplinary perspective. *Resources, Conservation and Recycling*, 132, 190–203.
- European Commission. (2015). *Towards an EU research and innovation policy agenda for Nature-Based Solutions & Re-Naturing Cities: Final report of the Horizon 2020 expert group on “Nature-based solutions and re-naturing cities.”*
- European Commission. (2019). *Urban agenda for the EU Multi-level governance in action.*
- European Commission. (2021). *Communicating Cohesion Policy in 2021-2027.*
- Ferreira, J. G., Guerra, J., & Schmidt, L. (2015). O ambiente em Portugal e na Europa. *Portugal Social Em Mudança*, 19–29.
- Harvey, D. (1993). The Nature of the Environment: The dialects of social and environmental change. *The Socialist Register*, 1–51.
- Harvey, D. (2018). *Justicia, Naturaleza y la geografía de la diferencia* (J. M. Amoroto (trans.)). Traficantes de Sueños.
- Hesse-Biber, S. N. (2010). *Mixed methods research. Merging theory with practice.* The Guilford Press.
- Hesse-Biber, S. N. (2017). *The Practice of Qualitative Research. Engaging Students in the Research Process* (3rd ed.).

- Holmberg, J., & Karlsson, S. (1992). On Designing Socio-Ecological Indicators. In *Society And The Environment: A Swedish Research Perspective*. Springer Netherlands.
- Kaika, M. (2005). *City of flows: Modernity, Nature and the City*. Routledge.
- Kaika, M., & Swyngedouw, E. (2012). The Urbanization of Nature: Great Promises, Impasse, and New Beginnings. *Bridge - The New Blackwell Companion to the City*, October 2017, 96–107.
- Kaika, M., & Swyngedouw, E. (2014). Radical urban political-ecological imaginaries. *Eurozine*, May, 1–9.
- Katz, C. (1998). Whose nature, whose culture? Private productions of space and the «preservation» of nature. In B. Braun & N. Castree (Eds.), *Remaking Reality: Nature at the Millenium* (pp. 46–63). Routledge.
- Lefebvre, H. (2002). *A revolução urbana* (S. Martins & M. M. de Andrade (trans.)). UFMG.
- Lélé, S. M. (1991). Sustainable development: A critical review. *World Development*, 19(6), 607–621.
- Lélé, S. M. (2013). Re-thinking sustainable development. *Current History*.
- Meadows, D. H., Meadows, D. L., Randers, J., & Behrens III, W. W. (1978). *Limites do Crescimento: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade*.
- Medeiros, E. (2020). Portugal 2020: An effective policy platform to promote sustainable territorial development? *Sustainability (Switzerland)*, 12(3).
- Monte-Mór, R. L. de M. (1994). Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In M. Santos, M. A. A. de Souza, & M. L. Silveira (Eds.), *Território, globalização e fragmentação* (pp. 169–181). Hucitec/Anpur.
- Oliveira, C., & Breda-Vásquez, I. (2016). Políticas Territoriais E Coordenação. *IPEA, Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, 14, 83–92.
- Pereira, E. M. (2018). Sensibilidade ecológica e ambientalismo: Uma Reflexão Sobre As

- Relações humanos-natureza. *Sociologias*, 49(20), 338–366.
- Queirós, M. (2002). O ambiente nas políticas públicas em Portugal. *Finisterra*, 37(73), 33–59.
- Seixas, P. C., Dias, R. C., & Vidal, D. G. (2020). Escala de Identidade Ambientalista: uma ferramenta para descobrirmos que ambientalistas somos. *Sociologia : Revista Da Faculdade de Letras Da Universidade Do Porto*, 39, 56–83.
- Smith, N. (1988). *Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e Produção do Espaço* (1st ed.). Editora Bertrand Brasil.
- Smith, N. (2008). *Uneven Development: Nature, Capital and the Production of Space* (3rd ed.). The University of Georgia Press.
- Swyngedouw, E. (1996). The city as a hybrid: On nature, society and cyborg urbanization. *Capitalism, Nature, Socialism*, 7(2), 65–80.
- Swyngedouw, E., & Heynen, N. C. (2003). Urban Political Ecology , Justice and the Politics of Scale. *Antipode*.
- Swyngedouw, E., & Kaika, M. (2008). The Environment of the City... or the Urbanization of Nature. *A Companion to the City*, 567–580.
- Wachsmuth, D. (2012). Three Ecologies: Urban Metabolism and the Society-Nature Opposition. *Sociological Quarterly*, 53(4), 506–523.
- WCED. (1987). Our Common Future. In *Environmental Policy and Law*. Oxford University Press.
- Williams, R. (2015). *Keywords: A vocabulary of culture and society* (2nd ed.). Oxford University Press.
- Willig, C. (2014). Interpretation and Analysis. In *The SAGE Handbook of Qualitative Data Analysis*. SAGE Publications Ltd.
- Wolman, A. (1965). The Metabolism of Cities. *Scientific American*, 213(3), 179–190.
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de Caso. Planejamento e Métodos* (D. Grassi (trans.); 2nd ed.). Bookman.

Leis, Regulamentos e Relatórios

Decreto-Lei n.º 80/2015. Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial,
Diário da República n.º 93/2015, Série I de 2015-05-14 (2015).

Estratégia AMP2020, Área Metropolitana do Porto (2014).

Lei n.º 31/2014. Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do
território e de urbanismo, Diário da República n.º 104/2014, Série I de 2014-05-30
(2014).

Proposta para Revisão do Plano Diretor Municipal de Gondomar, Câmara Municipal de
Gondomar (2018).

Regulamento do Plano Diretor Municipal de Gondomar, Diário da República n.º 219
Série 2 de 2015-11-09 (2015).

Regulamento do Plano Diretor Municipal da Maia, Diário da República n.º 145 Série 2
de 2013-07-30 (2013).

Regulamento do Plano Diretor Municipal de Oliveira de Azeméis, Diário da República
n.º 141 Série 2 de 2013-07-24 (2013).

Regulamento do Plano Diretor Municipal de Paredes, Diário da República n.º 98 Série 2
de 2014-05-22 (2014).

Regulamento do Plano Diretor Municipal de Santa Maria da Feira, Diário da República
n.º 109 Série 2 de 2015-06-05 (2015).

Regulamento do Plano Diretor Municipal de São João da Madeira, Diário da República
n.º 75 Série 2 de 2012-04-16 (2012).

Relatório de Discussão Pública do Plano Diretor Municipal, Câmara Municipal do Porto
(2020).

Relatório de Fundamentação, Metodologia e Plano de Trabalhos, Câmara Municipal de
Arouca (2019).

Relatório de Fundamentação, Metodologia e Programação de Trabalhos, Câmara
Municipal da Maia (2018).

Relatório de Fundamentação, Metodologia e Programação de trabalhos, Câmara Municipal de Paredes (2018).

Relatório de Fundamentação Metodologia e Programação de Trabalhos, Câmara Municipal de Vale de Cambra (2019).

Relatório do Estado do Ordenamento do Território, Câmara Municipal da Trofa (2017).

Relatório do Plano Diretor Municipal de Espinho, Câmara Municipal de Espinho (2016).

Relatório do Plano Diretor Municipal de Matosinhos, Câmara Municipal de Matosinhos (2019).

Relatório do Plano Diretor Municipal de Póvoa do Varzim, Câmara Municipal de Póvoa do Varzim (2014).

Relatório do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso, Câmara Municipal de Santo Tirso (2011).

Relatório do Plano Diretor Municipal de Valongo, Câmara Municipal de Valongo (2014).

Relatório do Plano Diretor Municipal, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (2008).

Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território, Câmara Municipal do Porto (2015).

Relatório sobre o estado do ordenamento do território, Câmara Municipal de Vale de Cambra (2018).

Revisão do Plano Diretor Municipal da Póvoa de Varzim, Câmara Municipal de Póvoa do Varzim (2019).

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (2020).

Termos de referência para 2ª revisão do Plano Diretor Municipal, Câmara Municipal de Santo Tirso (2018).